

Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Da Guerra Colonial a Abril de 1974 – Narrativas de militares que fizeram a Guerra e o 25 de Abril

Fábio André Almeida Moura

M

2016



Fábio André Almeida Moura

**Da Guerra Colonial a Abril de 1974 – Narrativas de militares que
fizeram a Guerra e o 25 de Abril**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

Da Guerra Colonial a Abril de 1974 – Narrativas de militares que fizeram a Guerra e o 25 de Abril

Fábio André Almeida Moura

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Grosso Correia
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Cristina Nogueira
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Professor Doutor Manuel Loff
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Dedicatória

Aos meus pais, por nunca me ter faltado nada.

Sumário

Sumário.....	5
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstrac.....	9
Lista de Siglas.....	10
Lista de Abreviaturas.....	12
Índice de Imagens.....	13
Índice de Quadros.....	14
Introdução.....	15
Estado da Questão.....	16
1. - A Guerra Colonial.....	20
1.1 - Os movimentos independentistas africanos: Portugal e o contexto internacional.....	20
1.2 - O rastilho para o conflito armado em África.....	27
1.3 - A “Geração NATO”.....	33
1.4 - “Para Angola, rapidamente e em força”.....	41
2 - A Caminho de Abril.....	48
2.1 - Do Marcelismo à criação do Movimento das Forças Armadas.....	48
2.2 - Os militares da Guerra Colonial e do 25 de Abril.....	58
2.2.1- Percurso pessoal até à maioridade.....	60
2.2.2 - Motivos de ingresso na Academia Militar.....	69
2.2.3 - Formação militar.....	75
2.2.4 - Percurso militar.....	89
2.2.5 - Preparação e execução do 25 de Abril.....	121
Considerações finais.....	148
Bibliografia.....	154
Anexos.....	158
Anexo 1 - Divisão Administrativa de Angola durante a Guerra Colonial.....	158
Anexo 2 - Divisão Administrativa da Guiné durante a Guerra Colonial.....	158

Anexo 3 - Divisão Administrativa de Moçambique durante a Guerra Colonial.....	159
Anexo 4 - Candidaturas à Academia Militar.....	159
Anexo 5 - Efetivos, em Angola, de 1960 a 1973.....	160
Anexo 6 - Efetivos, na Guiné, de 1960 a 1973.....	160
Anexo 7 - Efetivos, em Moçambique, de 1960 a 1973.....	160
Anexo 8 - Meios navais empregues nos três TO.....	161
Anexo 9 - Dispositivos da FAP nos três TO.....	161
Anexo 10 - Meios empregues pela FAP.....	162
Anexo 11 - Baixas de pessoal militar português nos três TO.....	162
Anexo 12 - Baixas em combate, por acidente, ou outras razões, nos três Teatros de Operações.....	163
Anexo 13 - Forças terrestres em Angola.....	163
Anexo 14 - Forças terrestres na Guiné.....	164
Anexo 15 - Forças terrestres em Moçambique.....	164
Anexo 16 - Oficiais que reuniram em Alcáçovas, a 9 de setembro de 1973.....	165
Anexo 17 - Preparação e execução das operações do 25 de Abril no Norte de Portugal.....	168
Anexo 18 - Cronologia operacional do 25 de Abril na Região Militar do Porto.....	175

Agradecimentos

Este trabalho, significa, por fim, o fim de um ciclo. 2010. Parece que foi ontem, mas já passaram seis anos desde que esta instituição me recebeu. Foram seis anos, que apesar de terem passado num ápice, têm o significado de uma vida.

Aos meus pais, o meu sincero obrigado por me terem aturado ao longo destes seis anos como estudante, e me terem proporcionado todas as condições favoráveis para o meu sucesso e felicidade.

Para a colheita de 2010, ao ano da Excelência, não há palavras. Há coisas que ficarão e serão para sempre. Não houve, não há, nem haverá igual. À Elite.

Ao C.U.C.A – Tuna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição que me viu e fez crescer, agradeço a todos os seus elementos que me receberam de braços abertos e fizeram de mim um deles. É com orgulho que envergo o seu Emblema e a vossa Irmandade.

À AEFLUP, por me terem proporcionado grandes momentos, num ambiente de trabalho e diversão, em que os estudantes, são a grande prioridade. Foram lutas, projetos, eventos, e mais importante, Amizades.

Ao meu orientador Professor Manuel Loff, o meu sincero obrigado por todo o seu contributo, paciência e ajuda. A sua contribuição para a elaboração deste projeto foi preponderante.

Ao coronel Ribeiro da Silva pela sua amável colaboração e pela sua agradável hospitalidade na Delegação do Norte da Associação 25 de Abril.

Aos funcionários da FLUP, que de uma forma ou de outra, uns mais, outros menos, sempre se mostraram acessíveis para o que quer que fosse.

Para terminar, a todos os meus amigos e colegas, que ao longo do meu percurso me acompanharam. Há coisas, que contadas, ninguém acreditaria.

Resumo

Angola. Inícios do ano de 1961. A Guerra Colonial estava prestes a eclodir. Como? Porquê? Não foi preciso esperar muito para que em 1963 a guerra também começasse na Guiné, e em 1964 se alastrasse a Moçambique. Portugal, um país considerado atrasado comparativamente a outros pares europeus, envolveu-se durante 13 longos anos numa guerra que parecia não ter fim. Comparativamente às forças e despesas desembolsadas pelos EUA na Guerra do Vietname, Portugal, comparando rácio populacional e riqueza interna, superou os americanos. Com três teatros de operações distintos, o velho regime esforçou-se por manter o seu império ultramarino contra tudo e contra todos.

Mas a que custo? A nova geração militar, a “geração NATO”, começou a faltar-se da longevidade da guerra, perdendo a crença no rumo que o conflito estava a tomar e o credo no regime. Que pensavam estes militares? Como se desenrolava o seu quotidiano nas colónias? Com que fundamentos viria a ser formado o Movimento das Forças Armadas (MFA)?

Como o governo não conseguia, ou não queria encontrar solução para o fim do conflito, os militares passaram à ação, agastados com a inoperância dos seus líderes políticos. A solução foi encontrada a 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: Colónias; Militares; Guerra Colonial; 25 de Abril

Abstract

Angola. Beginning of 1961. The Colonial War was about to erupt. How? Why? It did not take long for in 1963 the war also began in Guinea, and in 1964 in Mozambique. Portugal, a country considered poor compared to other European countries, was involved for 13 long years in a war that seemed to have no end. Compared to disbursed forces and spending by the US in the Vietnam War, Portugal, comparing population ratio and internal wealth, surpassed the Americans. With three distinct theaters of operations, the old regime struggled to maintain its overseas empire against everything and everyone.

But at what cost? The new military generation, "NATO generation" began to be filled with the longevity of the war, losing belief in the direction the conflict was taking and the belief in the scheme. Who thought these military? As unfolded their day-to-day in the colonies? On what grounds would be formed the Movement of Armed Forces?

Since the government could not or did not want to find a solution to end the conflict, the military went into action, angered by the inaction of their political leaders. The solution was found on 25th April 1974.

Key-words: Colonies; Military; Colonial War; April 25th

Lista de Siglas

AM - Academia Militar

CC - Comissão Coordenadora

CCE - Companhia de Caçadores Especiais

CDIAL - Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade

CE - Caçadores Especiais

CCE - Companhias de Caçadores Especiais

CEI - Casa de Estudantes do Império

CEMGFA - Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas

CICA - Centro de Instrução e Condutores Auto

CIOE - Centro de Instrução de Operações Especiais

CLSTP - Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe

COM - Curso de Oficiais Milicianos

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias

Portuguesas

CPA - Conferência dos Povos Africanos

DL - Decreto-Lei

EE - Escola do Exército

EN - Escola Naval

EUA - Estados Unidos da América

FA - Forças Armadas

FAP - Força Aérea Portuguesa

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias

Portuguesas

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GE - Grupos Especiais

GM - Guerra Mundial

GML - Governo Militar de Lisboa

GNR - Guarda Nacional Republicana

IAO - Instrução de Aperfeiçoamento Operacional

JEC - Juventude Escolar Católica

MAC - Movimento Anti-Colonial
MC - Movimento dos Capitães
MFA - Movimento das Forças Armadas
MINA - Movimento para a Independência Nacional de Angola
MOFA - Movimento dos Oficiais das Forças Armadas
MP - Mocidade Portuguesa
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD - Movimento de Unidade Democrática
MUDJ - Movimento de Unidade Democrática Juvenil
NATO - North Atlantic Treaty Organization
NESAM - Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde
PCA - Partido Comunista Angolano
PCP - Partido Comunista Português
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUAA - Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
QG - Quartel-General
RMN - Região Militar do Norte
RTP - Rádio e Televisão de Portugal
TO - Teatro de Operações
UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UI - União Indiana
UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA - União dos Povos de Angola
US - United States

Lista de Abreviaturas

Agrup - Agrupamento

Bat – Bateria

Cmds - Comandos

Ed. – Edição

Fuz - Fuzileiros

Gr - Grupos

Guarn - Guarnição

Km - Quilómetros

Norm - Normal

P. - Página

Pm - Polícia Militar

Pp. - Páginas

Pqd – Paraquedistas

Vol. - Volume

Índice de Imagens

Figuras

Figura 1 - O paquete <i>Santa Maria</i> em 1961.....	26
Figura 2 - Vista do porto de Bissau, onde se deram os acontecimentos de Pidjiguiti, a 3 de agosto de 1959.....	28
Figura 3 - Manifestação de macondes em Mueda, a 16 de junho de 1960.....	29
Figura 4 - Embarque de tropas em Lisboa para Angola.....	43
Figura 5 - Total de efetivos nos três teatros de operações.....	46

Mapas

Mapa 1 - Descolonização do continente africano.....	20
Mapa 2 - Baixa do Cassange.....	30
Mapa 3 - Localidades e regiões atacadas a 15 e 16 de março de 1961, em Angola.....	43

Índice de Quadros

Quadro I - Os militares entrevistados.....	59
Quadro II - Admissão na Escola do Exército/Academia Militar.....	75
Quadro III -Tirocínio: o ano de estágio.....	89
Quadro IV - O percurso em África.....	120
Quadro V - As Comissões no Ultramar.....	120
Quadro VI - Papel e função no 25 de Abril na cidade do Porto.....	146

Introdução

A 28 de maio de 1926, um golpe de Estado promovido por militares, pôs término à Primeira República portuguesa e por uma conjunção de vários fatores, a democracia só voltaria a Portugal decorridos quase 50 anos. A 27 de abril de 1928, a ditadura militar recebeu um novo alento com a entrada de António de Oliveira Salazar para sobraçar a pasta das Finanças, com a condição de superintender nas despesas de todos os ministérios. Desde então, Salazar procurará moldar todos os níveis da sociedade civil de acordo com a implementação de novos valores, isto é, tentar educar e formar a sociedade na moral nacionalista, promovendo reformas e medidas para que tal fosse possível. A partir dos inícios da década de 30, Salazar começa a construir os alicerces constitucionais para a implementação de um novo regime: o Estado Novo.

A visão do Estado Novo sobre o papel das colónias é um elemento essencial que interessa abordar. O Ato Colonial¹, promulgado em 1930 e que viria a ser incluído na Constituição de 1933, veio enquadrar a integração dos espaços económicos metropolitano e colonial, principalmente com o duplo objetivo de garantir os mercados africanos para escoamento dos produtos industriais pouco competitivos da metrópole e obter o fornecimento de matéria-prima para a indústria em condições financeiras favoráveis. O Ato Colonial define, assim, o quadro jurídico-constitucional geral de uma nova política para os territórios sob dominação portuguesa dentro da opção colonial global do Estado, abrindo-se uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna, traduzida numa diferente orientação em geral para o aproveitamento das colónias.

Mais tarde, a partir de 1947 com o início da Guerra Fria, o cenário internacional altera-se radicalmente. Portugal, saído da II Guerra Mundial como um país neutro, à margem dos trabalhos diplomáticos de regresso à paz numa fase de reordenamento de um novo sistema internacional, iria entrar num período de marginalização e de alguma indefinição na sua política externa devido às democratizações do pós-guerra. Num mundo dividido em dois pólos antagónicos, é nesta conjuntura que os EUA sugerem o

¹ Consultado em www.arqnet.pt a 25/09/16.

Plano Marshall² a Portugal, prontamente rejeitado em 1947, mas que viria a ser aceite em 1949-1950, aproximando-se o governo de Salazar dos americanos. Num primeiro período perante as mudanças na cena internacional, o regime consente alterações menores, muitas vezes de pura forma, sem sacrificar os fundamentos da política imperial.

As mudanças de grande amplitude chegaram em 1951 com a revisão da Constituição e do Ato Colonial, eliminando-se as expressões “colónia” e “império colonial” de todos os diplomas legais. Revogou-se o Ato Colonial e inseriu-se o estatuto dos territórios por ele abrangidos na própria Constituição Portuguesa. Por outras palavras, Portugal deixou legalmente de ter colónias, doravante designadas por Províncias Ultramarinas. O Império Português desaparecera, substituído pelo Ultramar Português.

Apesar destas modificações, Portugal continuava a sofrer pressões internacionais para abrir a rota da descolonização e, desta forma, só tardiamente faria a sua entrada nas Nações Unidas. Recusada a sua candidatura pela primeira vez em 1946, esta só viria a ser aceite a 14 de dezembro de 1955. A partir desta década, um crescente número de países do Terceiro Mundo, sobretudo africanos, obtinham a independência e eram feitos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), situação que se tornava cada vez mais desconfortável para Portugal, que insistia vivamente nas suas províncias ultramarinas.

Com o crescente isolamento externo na cena internacional, o Governo pensou ter a situação controlada a nível interno, até que em 1958, a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais galvanizou o país. O anúncio do seu propósito de não desistir das eleições e a forma destemida como anunciou a sua intenção de demitir Salazar, caso viesse a ser eleito, fizeram da sua campanha um acontecimento ímpar no que respeita à mobilização popular. Porém, o resultado oficial das eleições deu a vitória por esmagadora maioria ao candidato do regime, Américo Tomás, mas a credibilidade dos resultados e a do próprio regime saíram seriamente abalados. Deste modo, a má imagem que o regime projetou no estrangeiro reforça-se com o exílio de Humberto Delgado. Embora externamente a

² O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à II Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall.

manutenção do colonialismo português cedo fosse posta em causa, a nível interno, a presença portuguesa em África não sofreu praticamente contestação até início da Guerra Colonial. Esta quase unanimidade de opiniões veio quebrar-se com o início da luta armada em Angola, em 1961. Confrontaram-se então duas teses divergentes: a integracionista e a federalista. A primeira defendia a política até aí seguida, pugnando por um Ultramar plenamente integrado no Estado português; a segunda considerava não ser possível face à pressão internacional e aos custos de uma guerra em África. Advogava por isso, a progressiva autonomia das colónias e a constituição de uma federação de estados que salvaguardasse os interesses portugueses. A aposta no federalismo, que foi partilhada por muitos elementos da oposição, teve também defensores nas altas esferas do Governo e das Forças Armadas que, no entanto, não conseguiram demover Salazar do seu propósito de manter intocado o velho Império Português.

Com um pesado clima internacional em torno da política colonial portuguesa, face ao confronto ideológico na Assembleia Geral da ONU, os choques com a União Indiana (UI), e posteriormente as pressões dos movimentos de libertação africanos cada mais intensas, adivinhava-se um contínuo confronto diplomático e uma provável rebelião nas colónias. A questão colonial transformar-se-ia em guerra colonial. Um novo ciclo da evolução de Portugal e do próprio Estado Novo tinha início. O salazarismo entrava na sua fase terminal, e fundamentalmente, é sobre todos estes acontecimentos e ocorrências nas colónias africanas, bem como as suas repercussões na metrópole, que esta dissertação irá abordar ao longo destas páginas.

A Guerra Colonial portuguesa, que durante 13 anos assolou o quotidiano nacional, viria a moldar o rumo do país na década de 70. Que acontecimentos despoletaram a Guerra Colonial? Estavam as Forças Armadas Portuguesas preparadas para rumar a África e enfrentar a realidade dos combates subversivos? Que experiências e vivências do Ultramar guardaram os militares portugueses na sua memória? Com que motivações se insurgiram os militares aquando a criação do MFA?

Estas e outras perguntas, serão respondidas neste trabalho, recorrendo a um específico levantamento bibliográfico, e, sobretudo, através do estudo e da análise de dados previamente selecionados, de sete entrevistas realizadas a militares aposentados, à data da realização destas, 2003 e 2004, por Manuel Loff e Nuno Martins. Estas entrevistas, foram gentilmente facultadas pela Delegação do Norte da Associação 25 de

Abril, presentes no arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL). O uso destas fontes primárias surgirá no ponto 2.2, no qual estará o grosso do trabalho desta dissertação.

Estado da Questão

Sobre os temas que irão ser abordados existem algumas obras a destacar. Entre elas, o enorme contributo de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, através da coordenação da obra *Os Anos da Guerra Colonial*, na qual estão cronologicamente organizados e descritos os 13 anos de conflito que inquietaram a realidade portuguesa.

De igual modo, existem tantas outras obras que contribuem para o estudo deste período e temas, tais como, por exemplo, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, da autoria de Maria Carrilho, na qual descreve a evolução da orgânica das Forças Armadas Portuguesas, desde o Estado Novo até às vésperas da Guerra Colonial; a de Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, obra que incide em grande parte no período do Estado Novo, estendendo-se até à sua queda em 1974; a de Carlos de Azeredo, *Trabalhos e Dias de Um Soldado do Império*, obra que descreve a sua vida enquanto militar e, no fundo, retrata as características e a vivências da geração do MFA; e a obra de Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências – o 4 de fevereiro e o 15 de março*, obra que aborda predominantemente estas duas datas, nas quais se deram acontecimentos que viriam a desencadear a Guerra Colonial.

Por último, existem dois artigos que consideramos pertinentes que sejam referidos. O primeiro da autoria de Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa, “Subsídios Para a Caraterização Sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, sobretudo de carácter quantitativo dos membros do Movimento das Forças Armadas, e por fim, o artigo “Para a História do 25 de Abril no Norte de Portugal – Histórias de vida do MFA”, da obra coletiva sob coordenação de Manuel Loff, “Portugal 30 Anos de Democracia (1974-2004)”. Este artigo, de 2004, foi produzido no âmbito de um projeto de história oral, realizado em conjunto com a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril. Foram

entrevistados 13 militares, 12 dos quais frequentaram a Academia Militar, e somente um foi soldado miliciano, ou seja, não pertencia ao quadro permanente. Existem vários aspetos em comum, entre os quais terem combatido na Guerra Colonial, aderido ao MFA e terem estado envolvidos nas operações do 25 de Abril levadas a cabo no Norte do país, na cidade do Porto. Estas entrevistas estão preservadas no CDIAL, da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril.

Para além do presente estudo, que usa uma parte destas entrevistas como fonte primária, tratando diretamente o seu conteúdo, também Nuno Costa as usou em 2011. Na altura, mestrando, utilizou-as para a elaboração da sua dissertação “O Norte a sós – a Revolução do 25 de Abril no Norte de Portugal”, que tal como o título indica, para apresentar de que forma o 25 de Abril se desenrolou no Norte, com especial incidência pelos acontecimentos ocorridos na cidade do Porto.

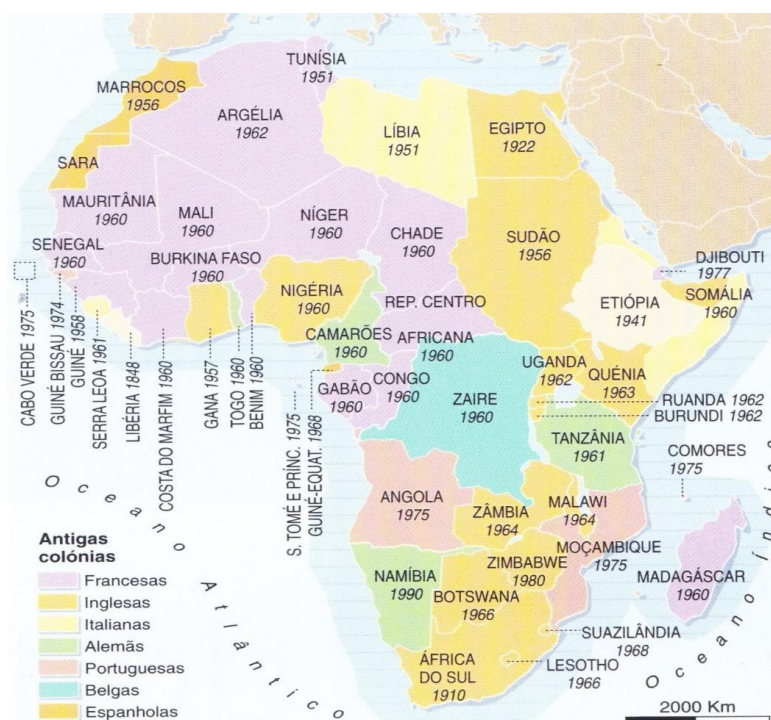
Finalizando, este trabalho centra principalmente a sua questão central em torno das experiências dos militares portugueses que combateram na Guerra Colonial, fazendo uma análise qualitativa das suas vivências, desde a sua adolescência até ao momento em que aderem ao MFA, estando posteriormente envolvidos nas operações do 25 de Abril de 1974. No final, o objetivo é que as questões de investigação anteriormente levantadas sejam respondidas face à composição deste estudo.

1 - A Guerra Colonial

1.1 - Os movimentos independentistas africanos: Portugal e o contexto internacional

Depois da II GM, propagou-se pelas colónias africanas o sentimento de independência, que contestava vivamente o domínio europeu. As ideias libertadoras difundiram-se pela África subsaariana, primeiro pelas colónias ocidentais britânicas, depois pelas francesas, ao Congo belga e pelos territórios britânicos da África Central e Oriental, onde se organizam movimentos nacionalistas que encabeçam a luta contra o Estado colonizador³.

Mapa 1 - Descolonização do continente africano



Fonte: AFONSO, Aniceto; MATOS, Carlos de Matos, “Descolonização”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Guerra Colonial*, Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2005, p. 23.

Muitos dos seus líderes foram educados nas metrópoles, onde assimilaram os valores de liberdade e de justiça social que pretendem transpor para os seus países de origem. No caso em estudo, o português, tanto em África como na metrópole, surgiram vários grupos, mais ou menos clandestinos, de nacionalistas

³ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa: Assírio & Alvim, 1993, p. 68.

africanos⁴. Por volta de 1950, alguns estudantes oriundos de África, alunos na Universidade de Lisboa, reuniram-se e traçaram um plano para a independência num num enquadramento africano. Os processos independentistas contaram, a partir dos dos finais da década, com o apoio da ONU que, honrando os ideais que presidiram à sua fundação, se colocou inequivocamente ao lado dos povos dominados. Após uma conturbada década de 50, a 14 de dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 1514⁵ que consagra o direito à autodeterminação dos territórios sob administração estrangeira, condenando qualquer ação armada das metrópoles no sentido de a impedir.

Contudo, durante todo este período, o governo português continuava a não aderir a esta nova perspectiva, afastando-se dos ventos de mudança autonomistas e democráticos representados na Carta das Nações Unidas. As colónias portuguesas, eram parcelas de um Estado unitário, como tal mencionadas numa Constituição que até então, a ONU não teve que se pronunciar sobre elas, porque Portugal só viria ser aceite como membro deste organismo em 1955, como já mencionamos. A partir de então, Portugal iria ser confrontado, quase desde o primeiro dia, com o problema da descolonização, sendo o caso da Índia portuguesa um dos primeiros a ser discutidos. A inflexibilidade de princípios de Salazar começou a ser testada em 1950, quando a União Indiana apresentou a Lisboa a reclamação formal da soberania de Goa, Damão e Diu e propôs a abertura de negociações nesse sentido. Face a esta intransigência do Governo em abrir mão dos seus territórios ultramarinos, iremos abordar o despertar do movimento colonial nas colónias africanas.

As primeiras elites independentistas germinaram entre o reduzido setor assimilado, muitas vezes mestiço, de Angola e Moçambique. Na Guiné-Bissau foram cabo-verdianos na sua maioria os primeiros a criarem movimentos autonomistas⁶, e foi dentro do escasso número de africanos que vinham estudar para a metrópole que se vieram a revelar alguns dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação, caso dos cabo-verdianos Amílcar Cabral e Vasco Cabral, dos angolanos Agostinho Neto e Lúcio Lara, ou do moçambicano Marcelino dos Santos, entre muitos outros. Muitos deles,

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, p. 369.

⁵ A Resolução 1514, exprimia o desejo de que os territórios autónomos ou sob tutela, atingissem rapidamente a sua independência. Este texto institucional ficou também conhecido por “Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais”.

⁶ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português: a cena internacional, a Guerra Colonial e a descolonização: 1961-1975*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 35.

passaram pelos corpos gerentes da Casa de Estudantes do Império (CEI), organismo associado à Mocidade Portuguesa (MP), criado em 1944 para albergar e unir os estudantes universitários vindos das colónias, e por alguns movimentos promovidos pelo Partido Comunista Português (PCP) que acabaram por ter um papel importante, ao servir de plataforma cultural e associativa muito próxima do movimento estudantil anti-salazarista⁷. No entanto, é importante sublinhar que esta foi apenas uma faceta da diversidade de formações e percursos dos nacionalistas das colónias portuguesas, muitos dos quais nunca conheceram a metrópole e tiveram uma relação cultural e política bem mais ténue com Portugal e a sua oposição eleitoral e clandestina ao Salazarismo. Todavia, de acordo com António Costa Pinto, a partir dos anos 50 estes estudantes começaram a apresentar-se autonomamente como representantes das colónias⁸. Foi em 1953 que se apresentaram fora do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) num congresso de estudantes pela paz, em Viena, Agostinho Neto representando Angola, Marcelino dos Santos, Moçambique, e Vasco Cabral representando a Guiné e Cabo Verde. Inicia-se então um período de criação de partidos e movimentos especificamente anticolonialistas, envoltos com os problemas da clandestinidade, reduzidos a pequeníssimos círculos de estudantes e intelectuais, muitos deles com uma experiência política ténue e primordial.

Nos anos 50, o grupo fundador do futuro Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) sofreu várias detenções, entre as quais Agostinho Neto. O movimento que se formou a partir de uma fusão entre o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) e o Partido Comunista Angolano (PCA), tendo 10 de dezembro de 1956 como data oficial da fundação do Partido⁹. No exílio, sob a direção de Mário de Andrade e Viriato Cruz, primeiro em Paris, depois em Conacri, desenvolveram uma atividade eminentemente política e de propaganda internacional, ameaçando várias vezes iniciar o combate militar pela independência de Angola mas, neste caso, a sua situação era bem pior do que a de

⁷ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 36.

⁸ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 37.

⁹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial: Causa e Consequências – o 4 de fevereiro e o 15 de março*, Alfragide: Texto Editores, 2011, p. 62.

outras organizações de exilados angolanos, com origens bem menos cosmopolitas, mas com apoios mais fortes, caso da União dos Povos de Angola (UPA) de Holden Roberto, que dispunha de uma excelente base étnica transfronteiriça¹⁰.

Na Guiné, Amílcar Cabral fundou o Partido Africano de Independência, que só só mais tarde, já com os seus dirigentes no exílio, passaria a denominar-se Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC). A data da sua fundação foi a 19 de setembro de 1956, quando Cabral terá tido uma reunião com alguns companheiros de causa, mas esta data é contestada por algumas fontes¹¹. A larga maioria dos seus fundadores eram cabo-verdianos nascidos ou a trabalhar na Guiné, e a base inicial do partido, muito reduzida, localiza-se em Bissau.

Os fundadores dos movimentos nacionalistas moçambicanos tiveram um percurso muito menos marcado pela metrópole e o pelo exílio europeu¹². Formado nos finais dos anos 40, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), por influência de africanos que tinham estudado na África do Sul e que desempenharam um papel importante na difusão dos ideais nacionalistas, sendo Eduardo Mondlane um dos seus fundadores. Em Lisboa, para onde partiu com uma bolsa de estudo, rapidamente entrou em contacto com a CEI e posteriormente parte para os EUA, onde será funcionário da ONU até final da década de 50. As primeiras organizações independentistas moçambicanas foram criadas nos países vizinhos nos finais dos anos 50, algumas das quais se fundirão com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Uma das primeiras foi a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), fundada em 1960 na Rodésia do Sul e transferida para a Tanzânia no ano seguinte, sendo este movimento escolhido para representar Moçambique na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Sofrendo uma forte pressão para a unificação por parte da nova liderança internacional africana, foi o responsável de um outro movimento, a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI), que convidou Eduardo Mondlane a regressar à África para ter um papel mais ativo na luta pela independência. Como resultado da fusão destes três movimentos, a FRELIMO foi fundada em junho de 1962.

¹⁰ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 38.

¹¹ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 39.

¹² PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 40.

A proximidade entre alguns fundadores da resistência colonial levou igualmente à criação de organizações federativas que desempenhariam um papel internacional importante. Uma das primeiras organizações de iniciativa dos nacionalistas africanos seria o Movimento Anti-Colonial (MAC), criado em 1957, em Paris e Lisboa, por Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Amílcar Cabral, Guilherme Espírito Santo, entre outros¹³. Será o MAC que, já com a maior parte dos seus membros exilados, dará origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN), criada em 1960. Este mesmo movimento participou na I Conferência dos Povos Africanos (CPA) em 1956, no Cairo, e na II CPA em 1960, em Túnis. Por outro lado, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), organização agrupando já os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de Angola (MPLA), de Moçambique (UDENAMO e depois FRELIMO) e S. Tomé (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe - CLSTP), herdou estes primeiros esforços de coordenação. Com a sua sede instalada em Rabat, a CONCP realizou o seu 1º Congresso em 1961, e representou um pólo de unidade entre os movimentos de libertação mais marcados pela sociabilidade política anti-salazarista da sua elite¹⁴.

A característica mais saliente de todas as organizações nacionalistas foi a utilização do português como língua supranacional, capaz de dar coesão e unidade ao heterogêneo mosaico étnico-linguístico dos seus países, sendo um elemento diferenciador dos Estados vizinhos com outra herança cultural. Isto à exceção da Guiné e Moçambique, onde a difusão da cultura portuguesa tinha sido mais escassa, entre outras razões, pela reduzida presença branca, o que se repercutiu nas características do nacionalismo que ali surgiu. Contudo, paradoxalmente, os movimentos independentistas assumiram a sua herança cultural, a ponto de o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC serem os mais “aportuguesados”¹⁵. Esta atitude justifica-se por duas razões básicas: por um lado, preservar a integridade territorial dos seus países, com pouca consciência nacional, da hipotética voracidade dos seus vizinhos, com os quais muitos grupos étnicos estavam aparentados; por

¹³ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 39.

¹⁴ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 40.

¹⁵ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, 1993, p. 70.

outro, o facto de alguns dos seus dirigentes se conhecerem desde a época estudantil em Lisboa, onde entraram em contacto com a oposição política, podendo fazer distinção entre cultura portuguesa e o colonialismo, e contribuir para uma melhor coordenação de ações comuns já antes da guerra.

A descolonização não se limita ao ato formal de transferência de soberania da potência colonial para o novo estado independente¹⁶. As conceções mais recentes no quadro de historiografia e das ciências sociais encaram a descolonização como um processo complexo, de longa duração e envolvendo toda a sociedade numa dialética entre colonizador e colonizado. Como já vimos, após a II GM surgem e triunfam as sucessivas vagas de descolonização. Desde 1950 que a UI fazia pressões em Lisboa, reclamando formalmente a soberania da Índia sobre os territórios de Goa, Damão e Diu, e estes territórios não tinham grande valor económico, mas detinham um grande valor simbólico. O objetivo era a manutenção intransigente e a todo o custo da integridade colonial, passando a estratégia da política externa portuguesa de então por retirar as alternativas política e diplomática à UI. No entanto, os indianos ripostaram e invadiram os territórios portugueses em dezembro de 1961. As tropas portuguesas renderam-se, e, sem qualquer apoio internacional, Portugal acaba por ser derrotado e por perder os seus enclaves indianos. O problema estende-se agora a África, assunto que nos interessa tratar.

Em 1961, começa a guerra em Angola, e em breve, Portugal ver-se-á envolvido em três teatros de operações diferentes: Angola, Guiné e Moçambique. Para além do despoletar da Guerra Colonial, que iria durar até 1974, o Governo português sofre dois reveses internos em 1961, dois acontecimentos que iriam deixar o regime com a imagem fragilizada nas vésperas do conflito armado. O primeiro evento, logo a 22 de janeiro de 1961, no meio de grande mediatismo, Henrique Galvão assume a responsabilidade da captura do navio português *Santa Maria*. Não obstante as acusações de pirataria que o Governo se esforça por lançar sobre Galvão, o assalto ao *Santa Maria* é reconhecido pelas potências estrangeiras, a quem Portugal solicita ajuda para encontrar o navio, como um ato de protesto político.

¹⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Portugal e as Guerras da Descolonização”, in (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 68.

Figura 1 - O paquete *Santa Maria* em 1961



Fonte: SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, “Da guerra em Angola à queda da Índia”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 99.

Perante a indignação de Salazar, os americanos intercetaram o navio, permitindo que os revoltosos aceitem o exílio que o Brasil lhes oferecia. A proximidade cronológica com as primeiras revoltas em Angola, alimentou a hipótese de que o navio se estaria a dirigir para Luanda, com o fim de Henrique Galvão estabelecer um governo no exílio¹⁷. O segundo acontecimento, ocorreu a 13 de abril de 1961, um mês depois das primeiras revoltas em Angola, quando um grupo de altos comandos militares, chefiados pelo ministro da Defesa, general Botelho Moniz, tentou um golpe contra Salazar - a Abrilada de 1961. O golpe tinha o objetivo de afastar Salazar, inflétir a política colonial, evitar o conflito armado e abrir uma solução política e diplomática para a descolonização¹⁸. Falhado o golpe, falha com ele uma solução negociada para a questão das colónias. O objetivo estratégico do Estado Novo orienta-se então para a defesa intransigente do império colonial.

Desde cedo, os EUA propuseram várias soluções sob a forma de planos para a descolonização portuguesa, planos que foram sendo todos prontamente

¹⁷ TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Portugal e as Guerras da Descolonização”, in (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 70.

¹⁸ TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Portugal e as Guerras da Descolonização”, in (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 70.

rejeitados por Salazar. A administração Kennedy esforçou-se em intensas diligências diplomáticas com o governo de Lisboa, mas sem grande sucesso. Numa das apresentações de um desses planos, que indicaria como contrapartida financeira para a abertura portuguesa para a descolonização, a oferta de 500 milhões de dólares americanos, Salazar terá respondido que “Portugal não está à venda”¹⁹.

Feita uma breve descrição do surgimento de alguns dos primeiros movimentos independentistas das colónias africanas portuguesas, do contexto nacional e internacional, iremos tratar os acontecimentos que viriam a despoletar o início da Guerra Colonial.

1.2 - O rastilho para o conflito armado em África

A 3 de agosto de 1959, vários marinheiros de embarcações costeiras de Bissau manifestaram-se no porto de Pidjiguiti por melhoria salarial, sendo a sua ação reprimida pela polícia local. Esta ação resultou na morte de sete marinheiros e duas dezenas de feridos, entre os quais três polícias, e de mais três marinheiros mortos em consequências de ferimentos²⁰.

Figura 2 - Vista do porto de Bissau, onde se deram os acontecimentos de Pidjiguiti, a 3 de agosto de 1959

¹⁹ Salazar, cit., in TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Portugal e as Guerras da Descolonização”, in (dir. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 72.

²⁰ AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, “Pidjiguiti – uma greve em Bissau”, in “Antecedentes – os anos que geraram um novo mundo”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial 1961-1975*, Matosinhos: Quidnovi, 2010, p. 16.



Fonte: AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, “Antecedentes - os anos que geraram o novo mundo”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 17.

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), por sua vez, não acreditou que a greve tivesse sido espontânea e da responsabilidade dos marinheiros e estivadores, exigindo, desde a sua sede em Lisboa, esclarecimentos à delegação de Bissau. Por seu lado, o PAIGC e Amílcar Cabral retiraram importantes ensinamentos da greve: passaram a saber que as autoridades não hesitariam em reprimir violentamente qualquer contestação, mas, mais importante, Cabral ficou a conhecer as limitações de uma luta assente nas populações urbanas, pois estas, que trabalhavam nos serviços e comércio, dependiam dos portugueses para viver, enquanto os camponeses que trabalhavam nas suas terras do interior eram autónomos. O PAIGC iria, assim, apoiar-se, e com sucesso, nos camponeses e só marginalmente nos homens da cidade.

A 16 de junho de 1960, em Mueda, Moçambique, aconteceu outro episódio revoltoso. Desde finais de abril, que se apresentavam no posto administrativo de Mueda *macondes*²¹ a pedirem autorização para venderem cartões da Sociedade dos Africanos Portugueses, organização que se declarava com fins beneficentes, mas que as autoridades portuguesas consideravam ser uma máscara para atividades subversivas. Estes episódios repetiram-se sucessivamente, com o número de *macondes* envolvidos sendo exponencialmente mais elevado, até que,

²¹ Os *macondes* são um grupo étnico *bantu* que vive no Sudeste da Tanzânia e no Nordeste de Moçambique, principalmente no planalto de Mueda.

no dia 16 de junho de 1960 se apresentaram 5 000 macondes²², tendo sido tomadas várias providências em relação a este ajuntamento, sendo enviado um pelotão de Infantaria para as proximidades de Mueda e mantido um carro militar junto do posto administrativo dos Serviços dos Negócios Indígenas, local dos acontecimentos.

Figura 3 - Manifestação de macondes em Mueda, a 16 de junho de 1960



Fonte: AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, “Antecedentes - os anos que geraram o novo mundo”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 23.

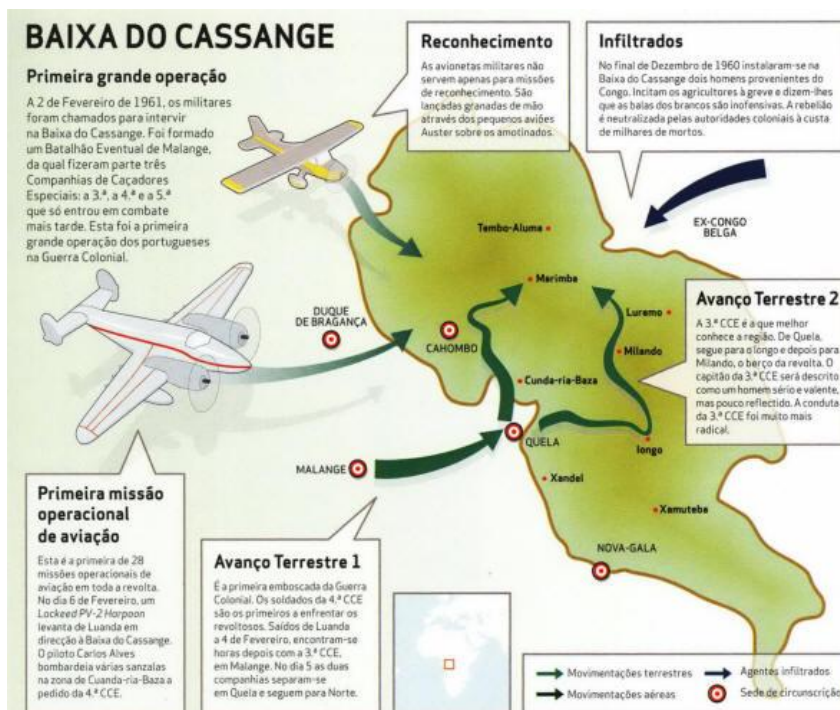
Posteriormente, relatos do inspetor administrativo, Pinto da Fonseca, em relatório enviado a 24 de novembro de 1960 para o secretário provincial de Moçambique, revelaram que a população indígena ter-se-ia mostrado “desrespeitosa” para com o ícar da bandeira portuguesa, mantendo-se sentada, aquando a chegada do Governador do Distrito. Este reuniu-se com os “cabecilhas” do grupo revoltoso e mandou prendê-los, provocando a ira na multidão, que avançaram em protesto e em revolta. O Governador de Cabo Delgado e vários funcionários terão sido agredidos e apedrejados e, sempre segundo este inspetor, após uma tentativa de um indígena de esfaquear o governador, começaram-se a disparar tiros, tendo a multidão sido dispersada com a intervenção do pelotão de Infantaria, havendo mortos e feridos entre os africanos, e feridos entre os portugueses. Há disparidade quanto ao número de mortos; segundo Aniceto Afonso e

²² AFONSO, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos, “Os acontecimentos de Mueda”, in “Antecedentes – os anos que geraram um novo mundo”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 22.

Carlos de Matos Gomes²³, haverão testemunhas diretas que terão falado em alguns mortos, tendo um deles referido 16; um relatório militar refere duas dezenas; um relatório da administração fala de 30; e a FRELIMO, no seu jornal publicado em Argel, cinco anos depois deste acontecimento, fala de 150 mortos. Este episódio, que ficou conhecido por “Massacre de Mueda”, passou a constituir um marco no discurso e na ação das emergentes forças nacionalistas de Moçambique que estariam na origem da FRELIMO, uma espécie de ponto de sem retorno a partir do qual só a luta armada poderia levar à independência.

Em finais de 1960 e inícios de 1961, deu-se outro acontecimento relevante antes do início da Guerra Colonial: a revolta na Baixa do Cassange, em Angola.

Mapa 2 - Baixa do Cassange



Fonte: MARTELO, David, “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 57.

Neste local, trabalhavam cerca de 35 000 agricultores e respetivas famílias, obrigados a cultivar e a vender algodão à empresa concessionária da zona, a

²³ AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, “Os acontecimentos de Mueda”, in “Antecedentes – os anos que geraram um novo mundo”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 24.

*Cotonang*²⁴, nos terrenos indicados pela empresa. Não existiam salários e os únicos rendimentos dos agricultores só eram recebidos no final de cada campanha, com a venda obrigatória à *Cotonang* que estabelecia preços reduzidos. O clima de revolta em que viviam estes camponeses da Baixa do Cassange, tornaram-nos permeáveis às novas ideias vindos do Congo independente. Até que, em dezembro de 1960, dois congoleses instalaram-se na Baixa do Cassange, iniciando a sua doutrinação, misturando fervor nacionalista com doses avultadas de misticismo, dizendo-se mandatados pela UPA²⁵. Em janeiro de 1961, mês de começar a plantar o algodão nas plantações, milhares de agricultores entraram em greve e recusaram-se a pagar a taxa pessoal anual imposta pelo Estado português. O que começou por ser uma greve de camponeses forçados à monocultura do algodão originou uma repressão de grandes dimensões por parte das forças militares portuguesas, originando entre 200 e 300 mortos, e 100 feridos entre os camponeses, numa ação que ficou conhecida como “O Massacre do Cassange”²⁶.

No entanto, foram os ataques de 4 de fevereiro e de 15 de março de 1961, que provocaram o início do confronto, sendo a primeira data mencionada aquela que os angolanos consideram como marca do início da rebelião armada em Angola contra o colonialismo português e de luta pela independência²⁷.

Mas o que realmente aconteceu no 4 de fevereiro? A escolha da data não foi casual, aproveitado o facto de estarem em Luanda dezenas de jornalistas estrangeiros, à espera do navio *Santa Maria*, que se dizia rumar a Angola²⁸. Os objetivos imediatos do 4 de fevereiro eram a libertação dos presos políticos que enchiam a Casa da Reclusão Militar, a cadeia da administração de S. Paulo e as instalações da então 7ª Esquadra²⁹. Assim, na madrugada de 4 de fevereiro, alguns grupos de angolanos, dispondo de cerca de 200 homens empunhando catanas, efetuaram várias ações armadas na cidade de

²⁴ Companhia Geral dos Algodões de Angola.

²⁵ MARTELO, David, “Cassange – um acontecimento exemplar”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 52.

²⁶ MARTELO, David, “Cassange – um acontecimento exemplar”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 52.

²⁷ MARTELO, David, “Luanda – os acontecimentos do 4 de fevereiro”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 61.

²⁸ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial*, 2011, p. 83.

²⁹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial*, 2011, pp. 83.

Luanda, previamente planeadas, contra objetivos específicos da estrutura colonial portuguesa³⁰.

Holden Roberto, em muitas conferências de imprensa e declarações da procurou atribuir à UPA o mérito destas ações. Também o MPLA reivindicou a das ações, através de declarações de Mário Pinto de Andrade. Contudo, a sobre a autoria da ação persiste até aos nossos dias³¹. O 4 de fevereiro é um marco história de Angola, em que jovens angolanos levantaram-se contra o colonialismo português, com o intuito de libertar os seus compatriotas e obter armas para lutar o estado colonizador, de forma a obterem a independência nacional.

Os sinais de que algo estaria para acontecer, conforme vimos anteriormente, começaram a ser interpretados como preocupantes a partir de finais de 1960 e inícios de 1961, mas Salazar não prestou grande atenção. Os primeiros avisos chegaram através de um informador da PIDE em Léopoldville, em finais de 1960, quando este informa o seu chefe por carta que muito em breve iria irromper uma grande revolta em Luanda, e em janeiro de 1961, chegam relatos de que as atividades da UPA se tinham intensificado junto à fronteira com o Congo e que estaria a ser preparado um plano de ataque³². Desta forma, podemos verificar que o Governo português e as autoridades coloniais em Angola sabiam desde 1960 que a UPA estava muito próxima de desencadear uma ofensiva no Norte de Angola. Contudo, mantiveram-se apáticos e serenos perante todos estes sinais de alerta, sem se alterarem quaisquer rotinas ou medidas.

Desta forma, após as recentes ações repressivas e sabendo da probabilidade de mais ataques iminentes, foi sem supressa que uma ofensiva de guerrilheiros negros, vindos do estrangeiro, atacaram com uma rara e chocante barbaridade brancos, negros, homens, mulheres e crianças.

Rapidamente, nos primeiros dias após os acontecimentos, as fotos do horror surgiram nas páginas dos jornais portugueses. No entanto, a explicação da inação

³⁰ MARTELO, David, “Luanda – os acontecimentos do 4 de fevereiro”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 61.

³¹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial*, 2011, p. 97.

³² MARTELO, David, “Angola 1961 – os massacres de março”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 65.

do Governo de Salazar face aos sinais e às notícias que chegavam de África continua sem produzir um consenso até nos dias de hoje³³. Apesar destes acontecimentos, o pior ainda estava para acontecer.

1.3 - A “Geração NATO”

Estaria Portugal à espera de entrar em guerra e as Forças Armadas Portuguesas Portuguesas devidamente preparadas para tal? Para responder a estas questões, vamos recuperar a orgânica das Forças Armadas desde a adesão de Portugal à North Atlantic Treaty Organization (NATO)³⁴, como membro fundador, em 1949.

À margem do conflito mundial, as FA não sofreram as perdas a que foram sujeitas as suas congéneres dos países beligerantes. Em 1950, o Governo português procede a uma significativa reformulação da sua própria orgânica no que diz respeito às FA e à Defesa Nacional, entre as quais, desaparece a designação de Ministério da Guerra, para se adotar a de Ministério do Exército, criando-se ainda o cargo de Ministro da Defesa Nacional, institui-se o Secretariado-Geral da Defesa Nacional e surge pela primeira vez o cargo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Face à crescente importância da aviação após a II GM, Portugal começava a tentar autonomizar a Força Aérea em relação aos dois mais antigos ramos, ainda que com relativo atraso comparativamente a outros elementos da NATO, a Força Aérea viria a ser criada em 1952, como veremos mais adiante.

A NATO é a primeira aliança militar duradoura e institucionalizada em que os militares portugueses participam, acabando com o isolamento militar³⁵. Em setembro de 1952, Portugal e os EUA assinam um acordo sobre a renovação de facilidades concedidas aos americanos na base das Lajes, que em novembro serão alargadas à Inglaterra. Além disso, os americanos fornecem equipamento militar abundante a bons preços e ensinam segredos logísticos e operacionais da II GM. Os métodos de Estado-Maior, até à data influenciados pela escola francesa, passam a ser os dos norte-

³³ MARTELO, David, “Angola 1961 – os massacres de março”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 66.

³⁴ Em português, OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

³⁵ MATOS, Luís Salgado de, “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas – A NATO”, in (dir. TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 164.

americanos. Terá sido a NATO a modernizar a atitude portuguesa em relação à segurança e à Defesa Nacional, nos três ramos das FA: Marinha, Exército e Força Aérea.

Foi durante este período de mudanças estruturais, durante a fase de NATO, que é instituído o terceiro ramo das Forças Armadas Portuguesas, a Força Portuguesa (FAP), a 27 de maio de 1952. O general Humberto Delgado, em Salazar, é um dos seus obreiros³⁶. A FAP é organizada por homens da antiga Aeronáutica Militar e por alguns da Aviação Naval, beneficiando da colaboração direta dos EUA, e diferenciou-se no campo do recrutamento relativamente aos outros ramos, desenvolvendo o espírito de voluntariado, inspirado no modelo norte-americano, montando exercícios de relações públicas, sobretudo nas escolas, para atrair jovens para as suas fileiras³⁷. Bases aéreas são redistribuídas em Portugal Continental e, ao longo dos anos de 1950, são construídos numerosos aeroportos nas colónias africanas. Nasce três regiões aéreas: a 1ª, com sede em Lisboa, englobando o continente, os Açores, a Madeira e uma zona administrativa autónoma que compreende Cabo Verde e Guiné; a 2ª, com comando em Luanda, abrange São Tomé e Príncipe, e Angola; a 3ª, com sede em Lourenço Marques, inclui Moçambique, Índia, Timor e Macau³⁸. O fornecimento de armamento NATO fez a FAP dar um salto militar e tecnológico significativo, não só nos aviões, mas também em novos equipamentos, como os radares. A partir de 1951 começam a ser organizadas as tropas para-quedistas quando o ministro do Exército, general Abranches Pinto, convida todos os oficiais a treinarem aquela especialidade, curso que teria de ser tirado no estrangeiro, dado que era inexistente em Portugal. Pouco tempo depois, em novembro do mesmo ano, a infantaria ligeira aerotransportada, os para-quedistas, é transferida do Exército para a Força Aérea Portuguesa. Porém, a FAP, não integrou por completo os para-

³⁶ MATOS, Luís Salgado de, “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas – A NATO”, in (dir. TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 172.

³⁷ MATOS, Luís Salgado de, “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas – A NATO”, in (dir. TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 172.

³⁸ MATOS, Luís Salgado de, “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas – A NATO”, in (dir. TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 173.

quedistas, pois o facto de combaterem em terra separava-os do *ethos*³⁹ do piloto. A sua instalação e formação é acomodada em Tancos, junto da Base Aérea 3.

Logo que constituída, a NATO considera que a Marinha é o ramo mais organizado das FA portuguesas, e atribui a Portugal um papel estratégico aeronaval, aeronaval, modernizando as escolas da Armada, a começar pela Escola Naval (EN). (EN). Inicia-se o uso do radar, preparam-se novas unidades e fazem-se estágios em em países aliados para adquirirem novos conhecimentos. Relativamente ao Exército Exército português, ao longo da década de 50, a NATO toma medidas para que este saísse do atraso significativo em que se encontrava, para entrar numa “revolução industrial”: só agora é motorizado, e só agora faz manobras anuais de acordo com os critérios internacionais⁴⁰.

Além das modificações e melhorias inspiradas pela NATO, o Exército conheceu tantas outras nos primeiros anos da década de 50, muito por esforço de Fernando Santos Costa⁴¹: em 1951, foram reorganizados o Conselho do Estado-Maior do Exército e a respetiva Comissão Técnica; em 1952, a Agência Militar teve um novo regulamento; foi constituído no Porto o Batalhão de Telegrafistas que passou a exercer funções de Escola Prática de Transmissões (1959) e foi estabelecido o Serviço de Telecomunicações; foram inaugurados quartéis de Infantaria no Porto (1950), em Viseu (1951), em Beja (1953), nas Caldas da Rainha (1953), em Abrantes (1955) e em Braga (1958). Em 1950, a Legião Portuguesa passa a colaborar na defesa antiaérea, tendo formação diretamente do Exército e, em maio de 1956, é estabelecido o Comando de Artilharia Antiaérea do Exército. O Estado-Maior do Exército sofreu uma reestruturação, passando a contar com cinco repartições: pessoal, informações, operações, logística e instrução. Em 1959, procedeu-se a uma reorganização territorial, diminuindo-se o número de regiões militares de cinco para três: o Governo Militar de Lisboa (GML); a Região Militar do Norte (RMN), que absorveu a do Centro; a de Tomar, que absorveu a do Sul; e pela

³⁹ Identidade social de um grupo.

⁴⁰ MATOS, Luís Salgado de, “A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas – A NATO”, in (dir. TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, 2004, p. 169.

⁴¹ Ministro da Guerra de setembro de 1944 a agosto de 1950 e Ministro do Exército de abril de 1954 a agosto de 1958. Os cargos eram os mesmos, a designação é que foi alterada. Durante essa mudança, assumiu interinamente o cargo em agosto de 1950. Afirmou-se como um dos mais estreitos colaboradores de Salazar e um dos grandes impulsionadores da reestruturação das Forças Armadas.

primeira vez foram instituídas regiões militares em Angola, São Tomé e Moçambique, e comandos territoriais independentes nos Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau e Timor. Também em 1959, a Escola do Exército (EE) foi reestruturada e passou a ser designada por Academia Militar (AM). Estas mudanças, revelavam a dimensão técnica do novo Exército. Por fim, estava finalmente adotado o modelo orgânico da NATO.

Em 1960, quando a eclosão da guerra em África era mais que provável, foi construído o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), com sede em Lamego, com o intuito de formar tropas de infantaria especializadas em contraguerrilha. Os cursos começaram em 1963, e daí saíam os *Rangers*, também conhecidos como “Caçadores Especiais” (CE). Entre 1963 e 1964, foram criados Centros de Instrução em Angola, surgindo pela primeira vez a designação *Comandos* para as tropas que ali começaram a ser instruídas. Embora tivesse sido em Angola que se formou o núcleo principal da doutrina e da chamada *mística* dos Comandos, também se constituíram, posteriormente, grandes unidades operacionais na Guiné e em Moçambique. Os Comandos portugueses, nascidos no seio do Exército, participaram em todo o tipo de operações, com unidades especialmente organizadas para cada uma delas. Inspirados na Legião Estrangeira francesa e nos Pára-Comandos belgas, os Comandos nasceram na guerra e para fazer a guerra. A instrução assentava em duas vertentes de carácter muito rigoroso, a técnica de combate e a preparação psicológica, tendo por base uma seleção com padrões muito exigentes, embora acabasse por decrescer com o desenrolar do conflito⁴². A partir de 1966, os Comandos passaram pela primeira vez a ser formados em Portugal, no CIOE, em Lamego.

Quanto à política de compressão dos efetivos do corpo de oficiais, seguida por Salazar, de acordo com Maria Carrilho, veio a traduzir-se numa inadequação dos quadros de oficiais às necessidades das Forças Armadas, situação que se torna particularmente evidente e deficiente quando Portugal é convidado a integrar a NATO⁴³. A necessidade de interessar os jovens pela carreira militar leva as

⁴² MARTELO, David, “Os Comandos”, in “1963 – Guiné, uma nova frente de combate”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 173.

⁴³ CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, 1985, p. 377.

autoridades a dispensar maior atenção a este assunto, sendo tomadas medidas internas destinadas a incentivar o seu ingresso nas FA. A partir dos primeiros anos da década de 50, o acesso ao ensino superior militar torna-se mais atrativo, levando a que se verifique um considerável aumento das inscrições nos vários cursos da EE, e o sucessivo acréscimo dos quantitativos de oficiais. Assim, em 1947-48 contam-se 87 inscritos; em 1948-49, 175; no período de 1949-50 a 1958-59 a média de inscrição é de 296, registando-se o máximo em 1954-55, com 326 inscritos no 1º ano⁴⁴.

O constante avanço tecnológico verificado a nível nas forças armadas dos países mais industrializados, os compromissos internacionais decorrentes da NATO, as vastas transformações sociopolíticas no mundo do pós-guerra, acabaram por tornar inadequada não só a organização do ensino superior militar, mas também a legislação referente a determinados aspetos das condições de acesso à carreira militar. A remodelação efetuada em 1959, pela qual a EE passa a ser designada AM, denominação mais consonante com a existência de cursos do Exército e da Força Aérea, abrange inevitavelmente a questão das condições de ingresso no ensino superior militar. Além do 3º ciclo liceal e dos requisitos de ordem física, os candidatos à AM eram chamados a superar provas de admissão culturais e psicotécnicas. Somado à eliminação dos cursos preparatórios na universidade, o acesso dos jovens à carreira militar apresenta novos atrativos de ordem material: todos os alunos passam a ter direito a fardamento, alojamento, alimentação e vencimento, por conta do Estado, que também custeará as propinas, livros e apontamentos referentes aos cursos ministrados na AM, tal como aos cursos de Engenharia frequentados noutros estabelecimentos de ensino superior, no país ou no estrangeiro. Estas medidas, se por um lado, correspondem à necessidade de facilitar o recrutamento de novos oficiais, por outro, traduzem a necessidade institucional de reconhecer a definitiva preponderância dos critérios de competência profissional sobre os da origem de classe, em virtude da complexificação tecnológica e organizacional que se acentua nas FA a nível internacional no segundo pós-guerra⁴⁵. Os cursos agora processados na AM são, para o Exército, Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Transmissões; para a Força Aérea, Aeronáutica Militar, Engenharia Aeronáutica; comuns ao Exército e Força Aérea, Administração Militar, Engenharia Militar,

⁴⁴ CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, 1985, p. 378.

⁴⁵ CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, 1985, p. 379.

Engenharia Eletrónica Militar e Engenharia Mecânica. Todos os cursos têm a duração de quatro anos, sendo os três primeiros seguidos de um ano de estágio (Tirocínio) nas respetivas escolas práticas, e os de Engenharia completados com várias cadeiras cursadas no Instituto Superior Técnico ou em universidades estrangeiras. Os planos de reestruturação do ensino, iniciados em 1959 e que se deviam prolongar nos anos sucessivos, com vista a reformas mais profundas, foram, contudo, interrompidos pelos acontecimentos que vieram em breve a envolver as Forças Armadas Portuguesas.

O tipo de combate que esperava os portugueses em África não era o convencional, para o qual tinham sido preparados na AM, que foi apanhada quase de surpresa pelo novo género de campanha ultramarina. Com o alastramento da guerrilha anticolonialista a Moçambique e à Guiné, fez-se sentir mais intensamente a insuficiência do afluxo de jovens à carreira militar, procedendo-se a uma redução, em 1965 e 1966, da duração do 2º e 3º ano dos cursos de Infantaria, Artilharia Cavalaria e Administração Militar e respetivos tirocínios⁴⁶. Torna-se particularmente difícil encontrar soluções de remedeio para a Arma de Engenharia, devido à particularidade da preparação, que não permite cortes substanciais no tempo de aprendizagem. Com efeito, o número de concorrentes aos cursos ministrados na AM sofre uma queda substancial com o decorrer dos anos. As facilidades de ordem material quanto à admissão no ensino superior militar, introduzidas em 1959, juntamente com a redução dos cursos; a perspetiva apontada por Salazar de uma rápida derrota daqueles que se dizia serem *terroristas* vindos do exterior; a ignorância generalizada acerca da verdadeira natureza das organizações de guerrilha, todos estes fatores contribuem para o aumento da afluência nos anos de 1961, 1962 e mesmo 1963⁴⁷. No entanto, à medida que o *slogan* “para Angola, rapidamente e em força” se revela insuficiente e ilusório, desde que a luta independentista se alastra a à Guiné e a Moçambique, o número de candidatos diminui drasticamente. A partir de 1965, a afluência de candidatos sofre uma redução drástica⁴⁸.

⁴⁶ Um dos entrevistados, fez parte de um destes cursos.

⁴⁷ CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, 1985, p. 384.

⁴⁸ Consultar anexo 4.

De facto, umas das grandes dificuldades que as Forças Armadas portuguesas tiveram de se empenhar a superar a partir de 1961, foi a passagem da guerra convencional à guerra de guerrilha. O manual *O Exército na Guerra Subversiva* resultou das experiências de um reduzido grupo de militares que frequentaram cursos e cursos e estágios no estrangeiro e que adaptaram os conhecimentos à realidade portuguesa colonial quando regressaram, assim como a vinda a Portugal de militares estrangeiros com experiência neste tipo de guerra na Argélia, concretamente. Esta obra foi uma verdadeira “Bíblia” e, como o nome indica, manual para uso do Exército na formação dos jovens cadetes, promulgado pelo respetivo ministro, e pelo qual se regeram os militares deste ramo. O manual *O Exército na Guerra Subversiva* resultou das experiências de um reduzido grupo de militares que frequentaram cursos e estágios no estrangeiro e que adaptaram os conhecimentos à realidade portuguesa colonial quando regressaram, assim como a vinda a Portugal de militares estrangeiros com experiência neste tipo de guerra na Argélia, concretamente. Esta obra foi uma verdadeira “Bíblia” e, como o nome indica, manual para uso do Exército na formação dos jovens cadetes, promulgado pelo respetivo ministro, e pelo qual se regeram os militares deste ramo. Em 1959 foi enviada à Argélia uma missão de seis oficiais chefiados pelo major Franco Pinheiro para um centro de instrução de contra-guerrilha e, no seu regresso redigiram um relatório em que salientavam a urgência do Exército português se preparasse para combater insurreições, pois não estava preparado para tal situação⁴⁹. Como já vimos, com esta intenção foi criado o CIOE, em Lamego, onde foram preparadas as primeiras Companhias de Caçadores Especiais (CCE). Por sua vez, o Instituto de Altos Estudos Militares, passou a dedicar cada vez maior atenção a este novo tipo de guerra nos seus cursos.

Regredindo cronologicamente a 1950, quando foi criado o cargo de ministro da Defesa Nacional, este não tinha um ministério próprio, e nunca estabeleceu uma doutrina comum aos três ramos das Forças Armadas. Operacionalmente, durante a Guerra Colonial, decisões estratégicas eram tomadas localmente pelos altos comandos, os comandantes das Regiões Militares e Aéreas e dos Comandos Navais, ou pelos Comandantes-Chefes. Dando alguns exemplos, a decisão da criação das tropas especiais

⁴⁹ MARTELO, David, “O Exército na guerra subversiva”, in “1963 – Guiné, uma nova frente de combate”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 177-179.

do Exército, os Comandos, foi tomada em Angola, e os Fuzileiros foram criados por decisão exclusiva da Marinha, que não queria ficar de fora da guerra em terra.

Dos três ramos das FA portuguesas, era o Exército quem principalmente guerra, com o apoio da Força Aérea e da Marinha. Os comandos-chefes de Guiné e Moçambique só passaram a exercer um comando efetivo sobre as componentes terrestres, aéreas e navais, a partir de 1968-69, muito por conta do agravar do conflito e por ação pessoal dos três generais que ocuparam o cargo de Comandantes-Chefes a partir desses anos – Spínola na Guiné, Kaúlza de Arriaga em Moçambique e Costa Gomes em Angola⁵⁰. A falta de uma política de defesa e um conceito integrador de emprego de forças teve consequências no modo de organizar as forças portuguesas para o combate porque a guerra de contra-subversão é, acima de tudo, uma guerra de mobilidade, em que se exige forças ligeiras e meios que lhes proporcionem rapidez de atuação, algo a que Portugal teve de se adaptar. De ressaltar a importância dos meios aéreos e do seu emprego em operações conjuntas com as forças terrestre, conceito denominado “operação aeroterrestre” ou “operações helitransportadas”.

Visto isto, podemos afirmar que a entrada de Portugal na NATO, e as medidas de Santos Costa, agitaram um pouco a sonolência das FA, com as suas tentativas de modernização e implementação de reformas. A partir de então passaram a existir duas gerações de exércitos: a tradicional e a “geração NATO”. Contudo, apesar de toda a atualização e transmissão de conhecimentos, Portugal, inicialmente, como iremos verificar mais adiante, não estava preparado para o tipo de combate que iria encontrar em África: o combate de subversão.

1.4 - “Para Angola, rapidamente e em força”

⁵⁰ MARTELO, David, “Salazar e os massacres, ou para que serve um exército”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 84.

Ilustrado o cenário e organização das FA portuguesas, voltemos ao 15 de março de 1961, acontecimento que provocaria o início de uma guerra que duraria 13 longos anos.

Em questões militares, “entre 1958 e 1961, não se tomaram quaisquer medidas importantes para prevenir uma guerra no Ultramar, ou ripostar contra estas ações, antes pelo contrário”⁵¹. Desde o início de 1960 que a carência de meios preocupava as mais altas entidades militares, nomeadamente o Secretariado-Geral da Defesa Nacional e o Comando Militar de Angola. A PIDE e as autoridades administrativas também anteviram os ataques, de modo que não foram apanhados de surpresa, de todo. Desde finais de 1960 que a PIDE recebia dos seus colaboradores em Léopoldville avisos que estaria para breve uma grande revolta em Luanda, expandindo-se para todo o território angolano, a partir das ações de intensificação da UPA junto à fronteira com o Congo, estando em preparação um plano de ataque. Por último, os colonos, estavam a par de todas estas notícias e sabiam que os problemas, mais tarde ou mais cedo, iriam acabar por acontecer. Demonstra-o a compra massiva de armas em 1960, seis vezes maior que no ano anterior⁵².

A sublevação de 15 de março de 1961, no Norte de Angola, aconteceu na região dos Dembos. De manhã cedo, o gerente de uma fazenda fez o seu chefe do posto da vila de Quitexe levantar-se para lhe comunicar, que na véspera, tinham fugido mais de cem homens da sua propriedade e notava uma agitação invulgar entre os que haviam ficado na povoação de Nova Caipemba. O chefe do posto acabou por percorrer algumas zonas da região, e pareceu-lhe estar tudo em ordem, até que se lembrou de passar por uma pequena demarcação que um colono fizera recentemente noutra zona. Quando lá chegou, este não queria acreditar no que via – o colono, um empregado e a mulher jaziam num charco de sangue cortados à catanada⁵³. Regressou apressadamente para o seu posto, alertando todos quanto podia ao longo da sua passagem, mas terá acabado por ser advertido por uns colonos que regressavam de Quitexe, para não regressar, pois lá ninguém teria ficado vivo. Os ataques, apesar de feitas várias advertências para a sua

⁵¹ GOMES, Costa, cit., in MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial*, 2011, p. 117.

⁵² MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial*, 2011, p. 120.

⁵³ MARTELO, David, “15 de março – o dia do terror”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 67.

possibilidade, acabaram por apanhar os fazendeiros e os funcionários administrativos de surpresa. De catana em riste, os atacantes perseguiram os brancos, sendo que em alguns casos, também criados negros foram sendo violentamente atacados e mortos. Outras povoações dos Dembos, das quais Nambuanguongo, sofreram ataques idênticos, e por ficar numa área mais isolada esta foi eleita como quartel-general dos revoltosos. Os métodos dos ataques eram sempre os mesmos: eram feitos de surpresa, com a intenção de matar, e recolher todas as armas que fossem encontradas, retirando-se depois rapidamente para as matas. O terror estava instalado. Em Luanda, apressadamente foram organizados serviços de socorro e de evacuação, para auxiliar as centenas de mulheres e crianças que chegavam das regiões atingidas e ameaçadas, sendo que, dos Dembos, face à sua isolamento e difícil acesso, poucos foram os colonos desta região que receberam ajuda a tempo de se salvarem. Em poucos dias, o Norte de Angola transformou-se num mar revolto de sangue. Calculam-se que tenham sido mortos mais de 330 europeus na área de Nambuanguongo, outros tantos na zona do Dangué a Quitexe, e uns 200 juntos à fronteira do Congo⁵⁴. Os ataques do 15 de março foram preparados nos inícios de 1961, sob a orientação da UPA, movimento influente entre os bacongós⁵⁵, dirigido por Holden Roberto e contando com apoio de militares do Exército congolês.

Mapa 3 - Localidades e regiões atacadas a 15 e 16 de março de 1961, em Angola

⁵⁴ MARTELO, David, “15 de março – o dia do terror”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 67.

⁵⁵ Grupo étnico africano.



Fonte: AFONSO, Aniceto; MATOS, Carlos de Matos, “O dia do terror”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Guerra Colonial*, Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2005, p. 27.

Como resposta a estes ataques, Salazar finalmente passa à ação a 14 de abril de 1961, proferindo a famosa frase “Para Angola, rapidamente e em Força”. Em junho de 1960, antes de qualquer reforço, os efetivos da guarnição normal das forças terrestres de Angola eram um total de 7 804 homens⁵⁶. Mobiliza-se então uma impressionante vaga de unidades para Angola, entre abril e dezembro, estando no final do ano, cerca de 33 000 homens em Angola⁵⁷.

Figura 4 - Embarque de tropas em Lisboa para Angola



⁵⁶ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial*, 2011, p. 120.

⁵⁷ MARTELO, David, “O Golpe de Botelho Moniz”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 74.

Fonte: MARTELO, David, “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 77.

Os militares portugueses responderam implacavelmente sobre a região dos Dembos e a repressão praticada pelos colonos intensificou-se, realizando-se violentos contra-massacres aos africanos.

Dois anos após a revolta no Norte de Angola, a situação estava militarmente controlada, cabendo então às Forças Armadas Portuguesas a iniciativa de reorganização para a contra-guerrilha. Foi nesta perspetiva que a debilidade militar e a profunda divisão entre as diversas facções independentistas angolanas jogaram a favor dos portugueses⁵⁸. A história política e militar dos movimentos de libertação angolanos entre 1963 e 1974, é de lutas inter-grupos, por vezes de extrema violência. Porém, estava prestes a abrir-se uma nova frente de combate na Guiné. O ano de 1963 é marcado pelo início das ações militares do PAIGC.

As primeiras ações ocorreram em janeiro de 1963, com o ataque de guerrilheiros à guarnição militar de Tite, a sul de Bissau, e com as primeiras emboscadas na região de Bedanda, mais a Sul. Estes ataques significam que haviam terminado as ilusões quanto à possibilidade de um diálogo construtivo com o regime português de Salazar. Para o PAIGC a luta armada surgia como uma obrigação, não só pela insistência com que Portugal recusou a emancipação pacífica dos seus povos ultramarinos, mas também pela repressão de qualquer reivindicação nacionalista, numa atitude contrária às suas obrigações de Estado membro das Nações Unidas e pela incapacidade destas em conseguirem de Portugal o respeito das suas obrigações internacionais⁵⁹. Era evidente que a atuação do PAIGC obedecia a um plano bem definido. A PIDE de Bissau tinha informações de um plano para o desencadeamento de ações armadas na zona Norte da Guiné e que as ações seriam desencadeadas por guineenses residentes no Senegal⁶⁰. O plano do PAIGC consistia em estabelecer-se nas matas do Morés, zona Centro e Norte da Guiné, e impedir ou dificultar a aproximação das tropas

⁵⁸ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 56.

⁵⁹ MARTELO, David, “A Guiné valia uma guerra?”, in “Guiné, uma nova frente de combate”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 170.

⁶⁰ MARTELO, David, “PAIGC – expandir a guerra”, in “1963 – Guiné, uma nova frente de combate”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 190.

portuguesas. No Sul, o PAIGC aumentou o número de ações contra aquartelamentos militares.

Amílcar Cabral não dispunha de outra base onde alicerçar a sua luta por aquilo em que mais acreditava: o fim do colonialismo, a transformação do homem africano e a sua libertação ao fim de séculos de subjugação. As atitudes políticas de Cabral revelam que ele tinha uma clara noção da dificuldade de fazer da Guiné uma terra que sustentasse com dignidade o seu povo, tendo tentado até à última evitar a guerra, tendo realizado contactos junto do governo português reclamando uma solução pacífica para o problema da Guiné e Cabo Verde, sempre sem resposta.

Abertas duas frentes de combates, faltava somente abrir o terceiro e último teatro de operações, em Moçambique. Tal viria a acontecer a 25 de setembro de 1964, com o ataque da FRELIMO à localidade de Chai, povoação no interior Cabo Delgado. A escolha deste lugar para o primeiro ataque não teve nenhum motivo especial e, segundo revelou Alberto Chipande, o primeiro objetivo previsto fora Porto Amélia, onde um ataque causaria maior impacto, mas, simplesmente devido a vários fatores, calhou que se realizasse precisamente pelas 20h do dia 25 de setembro de 1964, ação que ele próprio comandou⁶¹. Atualmente, não parece haver consenso sobre as consequências desta primeira ação e algumas investigações baseadas em testemunhos orais referem que durante o ataque dos guerrilheiros não houve nenhuma vítima mortal. Além deste ataque, que é considerado pela FRELIMO como o primeiro ato de luta armada da guerra de libertação nacional de Moçambique, os guerrilheiros realizaram outras ações armadas em Cabo Delgado e na província de Niassa, a 24 e 25 de setembro, durante o mês de outubro continuaram a existir violentas ações.

A 18 de Fevereiro de 1965, fazendo um balanço dos primeiros anos de guerra, Salazar profere a frase “orgulhosamente sós”, que no final da sua governação, seria considerada uma afirmação caraterizadora da sua posição relativamente ao mundo. Para a maioria dos historiadores portugueses, o regime cultivou deliberadamente a imagem de uma nação isolada no seu combate pela civilização ocidental em África. Bem vistas as coisas, o que se debatia por detrás da cortina do discurso do “orgulhosamente sós”

⁶¹ MARTELO, David, “FRELIMO – o início da luta armada”, in “1964 – Três Teatros de Operações”, in (coord. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 244.

era sobretudo o isolamento de um homem de 76 anos e de um regime perante o seu povo, e não a solidão de Portugal no mundo, como Salazar queria fazer crer⁶².

A verdade é que, com o passar dos anos, os movimentos de libertação, começaram a ultrapassar as tropas portuguesas em armamento ligeiro, mas essa vantagem da guerrilha era anulada pelo facto de não dispor de meios aéreos, o que dava a Portugal uma total superioridade operacional. No entanto, a partir de março de 1973, na Guiné, e em inícios de 1974, em Moçambique, os movimentos de libertação passaram a contar nos seus arsenais com mísseis anti-aéreos, o que provocou uma redução substancial da capacidade aérea portuguesa.

A estratégia do conflito de subversão faz com que uma das características da guerra seja a ausência de ataques em massa. A sua ação centrou-se em desgastar o adversário, tanto física como psicologicamente, sobretudo através de ações rápidas e previamente planeadas, dispersando-se rapidamente protegidos por um terreno que conheciam perfeitamente, tornando-se difícil a sua localização pelas tropas portuguesas. Decisivo para os movimentos de libertação foi o facto de contarem com uma retaguarda segura, onde podiam organizar e preparar as suas ações. Quanto à tática militar portuguesa, foi fundamentalmente a de utilizar um dispositivo que dividisse um determinado território, a chamada quadrícula, sobre a qual dispunha forças permanentes, situadas em zonas estratégicas, fundamentalmente para controlar a população e acudir a chamadas de intervenção destinadas a localizar e a combater o inimigo⁶³. Neste esquema, as unidades militares eram as Companhias, comandadas por Capitães. Este esquema, face ao contacto com os movimentos de libertação, e com os seus métodos de guerra, conduziu a que os Estados-Maiores portugueses iniciassem um intenso estudo das técnicas de contraguerrilha, para o que era fundamental a leitura dos clássicos da especialidade, como Guevara ou Mao, mas especialmente as teorias dos dirigentes nacionalistas africanos que os combatiam⁶⁴.

⁶² MARTELO, David, “Salazar e a Guerra – primeiro balanço”, in “1965 – Continuar a Guerra”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 277.

⁶³ MARTELO, David, “Quadrícula - uma malha improvisada”, in “1961 – O Princípio do Fim do Império”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 76.

⁶⁴ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, 1993, p. 131.

Durante 13 anos da Guerra Colonial foram mobilizados cerca de 1 300 000 de efetivos para as três frentes de combate.

Figura 5 - Total de efetivos nos três teatros de operações

	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	GUINÉ	TOTAL
1960				
1961	33 477	11 209	4 736	49 422
1962	44 925	11 852	5 070	61 847
1963	47 400	14 246	9 658	71 304
1964	52 493	18 049	15 195	85 737
1965	57 073	22 856	17 252	97 181
1966	55 816	30 588	20 693	107 097
1967	57 420	34 721	21 650	113 791
1968	58 230	36 615	22 839	117 684
1969	55 574	39 096	26 581	121 251
1970	55 233	38 712	26 775	120 720
1971	62 060	44 505	29 210	135 775
1972	60 317	46 723	29 957	136 997
1973	65 592	51 463	32 035	149 090

Fonte: www.guerracolonial.org (consultado a 19/09/2016)

A partir de 1965 começaram a crescer de forma notória as deserções e em 1972 as dificuldades da metrópole para substituir as unidades que estavam no ultramar eram muito grandes, não só em soldados, mas em sargentos e em oficiais, escasseando cada vez mais aqueles que desejavam entrar na AM. Devido a esta falta de oficiais, o Ministério da Defesa toma várias medidas para atenuar a situação, dando possibilidades a uma mais rápida ascensão dos militares de carreira, especialmente os subalternos, que se viram transformados em capitães por volta dos 25 anos. Porém, os militares profissionais não eram suficientes para cobrir as crescentes necessidades bélicas e incentivou-se os oficiais milicianos provenientes das universidades a profissionalizarem-se para assim se utilizar a sua experiência de combate, mas por outro lado, muitos destes militares eram ex-estudantes que haviam participado nos diversos movimentos de oposição à ditadura, contribuindo para uma gradual politização dos exércitos. Nos últimos anos do Marcelo Caetano, o estado da corporação militar era lastimável.

2 - A Caminho de Abril

2.1 – Do Marcelismo à criação do Movimento das Forças Armadas

A fraqueza essencial do Salazarismo e dos salazaristas, a realidade de que tudo dependia da sobrevivência do velho chefe, a chegar aos 80 anos, começou a evidenciar-se no próprio processo da sua substituição à frente do Governo⁶⁵. Em setembro de 1968, António de Oliveira Salazar é operado de urgência a um hematoma cerebral, e dado o agravamento do seu estado de saúde, Américo Tomás vê-se obrigado a encetar os procedimentos institucionais para a sua substituição. O Presidente da República, algo contrariado, sentindo que “a sua escolha não seria a ideal”⁶⁶, acaba por indigitar Marcelo Caetano para Presidente do Conselho, cargo a qual toma posse a 23 de setembro de 1968. O Marcelismo emergia, não como um disfarce demagógico do Salazarismo, uma tentativa do velho regime mascarar a sua continuidade essencial, mas como um triunfo político de uma corrente reformista que vinha a manifestar-se no interior do Estado Novo.

Logo no discurso da tomada de posse, Marcelo Caetano define as linhas orientadoras do seu governo: continuar a obra de Salazar, à qual presta homenagem, mas sem por isso prescindir da necessária renovação política. Ainda que tomando o essencial do seu projeto de modernização política, económica, social e até colonial, chegava irremediavelmente tarde. Era um projeto de liberalização e modernização em tempo de guerra – uma guerra em África que Caetano entendia já não poder deixar de se manter, porque o seu reformismo gradual para a questão colonial não passava pela descolonização, pelo abandono de África⁶⁷. Visto deste modo, liberalizar e modernizar, por um lado, e continuar a guerra, por outro, eram ideias que se iriam demonstrar irreparavelmente antagónicas. E os dois andamentos do Marcelismo resumem-se a essa impossibilidade essencial: num primeiro momento, tentar liberalizar sem

⁶⁵ ROSAS, Fernando, “Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)”, in (dir. MATTOSO, José), *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, p. 545.

⁶⁶ Américo Tomás, cit., in ROSAS, Fernando, “Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)”, in (dir. MATTOSO, José), *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, p. 545.

⁶⁷ ROSAS, Fernando, “Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)”, in (dir. MATTOSO, José), *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, p. 546.

abandono do esforço militar das colónias; num segundo momento, continuar a guerra colonial, sacrificando a liberalização, e com ela, o próprio regime.

Nos primeiros meses de mandato, o novo governo dá sinais de abertura que encham de esperanças os opositores políticos, e foi neste clima de mudança que ficou conhecido como “primavera marcelista” que se preparam as eleições legislativas de 1969, procurando legitimá-las aos olhos da opinião pública.⁶⁸ No entanto, o ato eleitoral saldou-se numa série de atropelos aos princípios democráticos e democráticos e o mesmo resultado de sempre: todos os lugares de deputados atribuídos à União Nacional. Goradas as esperanças de uma real democratização do regime, Marcelo Caetano viu-se sem o apoio dos liberais, sobretudo a partir de 1972, que haviam sido chamados em 1969 para a Assembleia Nacional⁶⁹. Esse grupo, conhecido como Ala Liberal, condenava a falta de força para implementar as reformas necessárias. Caetano também foi alvo de hostilidade dos núcleos mais conservadores, que imputavam à política liberalizadora a onda de instabilidade que, entretanto, tinha assolado o país. Obrigado a reprimir um poderoso surto de agitação estudantil, greves operárias e até ações armadas das Brigadas Revolucionárias, de carácter esquerdista afeta à Frente Patriótica de Libertação Nacional, e da Ação Revolucionária Armada, afeta ao Partido Comunista, Caetano liga-se cada vez mais à direita e inflete a sua política inicial. As associações de estudantes mais ativas são encerradas, a legislação sindical aperta-se, a polícia política desencadeia uma nova vaga de prisões, e alguns opositores de renome são novamente remetidos ao exílio. Este processo de regressão culmina em 1972, quando Américo Tomás, já com 77 anos e conotado com a ala ultraconservadora, é reconduzido ao cargo de presidente da República por um colégio eleitoral restrito. Alvo de todas as críticas, incapaz de evoluir para um sistema realmente democrático, o regime continua ainda a debater-se com o grave problema da guerra colonial.

Quando tomou posse como chefe do Governo, Caetano reiterou ao país a sua intenção de continuar a defender os territórios ultramarinos em nome dos portugueses. Paralelamente, e dando execução àquelas que se julgavam ser as suas convicções federalistas, o chefe do governo redigiu um minucioso projeto de revisão do estatuto das colónias, no sentido de as encaminhar para a autonomia progressiva. O projeto contou

⁶⁸ SILVEIRA, Joel da, “As Guerras Coloniais e a Queda do Império”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Alfa, vol. V, 1989, p. 99.

⁶⁹ ROSAS, Fernando, “Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)”, in (dir. MATTOSO, José), *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, p. 554.

com a oposição tenaz da maioria conservadora da Assembleia Nacional e acabou amputado das soluções mais inovadoras. Angola e Moçambique passaram à “Estados”⁷⁰, sendo dotados de novas instituições governativas que, tal como as anteriores, continuavam fortemente dependentes de Lisboa⁷¹. No essencial não existiram quaisquer alterações práticas, e assim o entenderam os movimentos de libertação e a ONU. Em tais circunstâncias, a luta armada foi endurecendo cada vez mais, principalmente na Guiné, onde o PAIGC adquiriu controlo sobre uma parte significativa do território. Externamente, cresceu o isolamento português: em 1970, num gesto altamente desprestigiante para Portugal, o papa Paulo VI recebe, no Vaticano, os líderes do MPLA, FRELIMO e PAIGC; na ONU, recrudesce a luta diplomática, sofrendo o governo a maior de todas as humilhações quando, em 1973, a Assembleia-Geral reconhece a independência da Guiné-Bissau, proclamada pelo PAIGC, à revelia do Estado português. Internamente, a pressão aumenta e o regime desmorona-se: a Ala Liberal começa, em sinal de protesto, a abandonar a Assembleia Nacional e proliferam os grupos oposicionistas de extrema-esquerda.

Na verdade, Caetano tinha sido um dos raros notáveis da Ditadura a propor a evolução para um federalismo prudente em 1962, mas, quando chegou ao poder, optou-se pela continuação da guerra, quer no discurso político quer no empenho estratégico, conforme já vimos anteriormente. O esforço de manter a guerra não deixava de aumentar: em 1970, Portugal despendia 45% do orçamento em defesa e segurança⁷². Angola, apesar de controlada, militarmente conhecia mudanças. O MPLA abria uma nova frente a Leste, chefiada por Daniel Chipenda; a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), negociava com as Forças Armadas Portuguesas um cessar-fogo informal, passando a ter como principal inimigo o MPLA; e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) mantinha a sua presença habitual no Norte. Em Moçambique, o general Kaúlza de Arriaga desencadeava a Operação Nó Górdio⁷³, com a intenção de destruir as

⁷⁰ Este estatuto foi consagrado juridicamente na revisão constitucional de 1971 e na nova Lei Orgânica do Ultramar Português, de 1972.

⁷¹ SILVEIRA, Joel da, “As Guerras Coloniais e a Queda do Império”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, p. 101.

⁷² PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 30.

⁷³ Operação militar portuguesa de grande envergadura, ocorrida de 1 de julho a 6 de agosto de 1970.

bases da FRELIMO no Norte, sem grande sucesso e longe dos objetivos pretendidos. Na Guiné, o cenário era bem pior; em 1972 Caetano recusou qualquer ideia de negociação com base no exemplo negativo que o abandono desta colónia seria para Angola e Moçambique, preferindo uma eventual derrota militar; e em 1973, o PAIGC abatia pela primeira vez aeronaves portuguesas com mísseis soviéticos, praticamente paralisando a aviação portuguesa, sem meios de respostas equivalentes⁷⁴. Perante todos estes factos, as próprias Forças Armadas dão sinais de uma inquietação crescente.

Portugal conheceu nos anos 60 uma das maiores mobilizações militares da sua população jovem. Como o impacto social e político da guerra na metrópole foi fortíssimo, um dos problemas que rapidamente atravessou o esforço de guerra foi assim o recrutamento para o quadro permanente. A metrópole apresentava limitações que começaram a ser insuportáveis em finais dos anos 60 e estas foram parcialmente cobertas, quer pelo alargamento do período de serviço militar obrigatório, quer, sobretudo, pelo aumento do recrutamento de indígenas nas próprias colónias. O aumento do recrutamento nas próprias colónias impôs-se naturalmente como a via menos dolorosa para manter o nível de tropas requerido e a “africanização” dos combatentes portugueses foi um facto, sobretudo a partir de 1970⁷⁵. Estas percentagens referem-se apenas ao Exército, vindo a aumentar se se considerassem todas as forças militares e militarizadas. Para além da sua presença na tropa regular, o recrutamento de africanos também se alargou bastante nas formações especiais.

De mais difícil resolução foi o problema do quadro de oficiais profissionais, com o rápido declínio dos candidatos à AM⁷⁶. A partir de 1966, o número de candidatos à AM era já menor do que as vagas disponíveis, e a proporção baixou sempre até 1974. Para além de outros expedientes, como ir buscar à Escola de Sargentos alguns candidatos, sucederam-se opções de reserva, como as de prolongar o contrato dos oficiais milicianos, dando-lhes a possibilidade de passarem ao quadro permanente, o que viria a provocar algumas tensões corporativas. As sucessivas mobilizações de oficiais do quadro permanente acabaram por despertar os espíritos para a necessidade de o esforço de guerra ter objetivos de curto prazo a atingir. Com o passar dos anos de conflito, os militares começam a manifestar a necessidade de a guerra colonial deixar de

⁷⁴ PINTO, António Costa, *O Fim do Império português*, 2001, p. 33.

⁷⁵ Consultar anexos 5, 6 e 7.

⁷⁶ Consultar anexo 4.

ser um fim em si mesmo e pressionam o poder político para procurar uma trégua no esforço militar.

Com efeito, a génese do Movimento dos Capitães (MC) é caracterizada, na conspirativa, por uma certa indiferença face à questão do tipo de regime político que algum, ou alguém, estivesse em condições de pôr termo à guerra⁷⁷. Não foi, contudo, automática a relação entre o fim da guerra e o fim do regime ditatorial. Se muitos militares se deram conta do beco sem saída em que a instituição militar estava metida, só o MC colocou, a partir de finais de 1973, a hipótese do derrube do regime para terminar com a Guerra Colonial. Todavia, há uma distinção a fazer entre o MC e o MFA: de uma forma simples situa-se essa distinção entre a fase conspirativa para o derrube do governo de Marcelo Caetano (Verão de 1973-abril de 1974) e a formação da Junta de Salvação Nacional com base no programa do MFA, na noite de 25 para 26 de abril de 1974⁷⁸.

Neste contexto, o primeiro documento assinado coletivamente por oficiais do quadro permanente destinou-se a protestar contra a realização do Congresso dos Combatentes do Ultramar, que se realizou na cidade do Porto de 1 a 3 de junho de 1973⁷⁹. Este protesto também foi uma reação contra a entrada de oficiais milicianos para o meio de uma carreira para a qual não tinham concorrido da mesma forma. Com efeito, esse protesto permitiu uma resposta rápida e coletiva por parte dos oficiais do quadro permanente, aquando da publicação do Decreto-Lei nº 253/73, de 13 de julho, segundo o qual o quadro permanente seria aberto aos oficiais do quadro complementar desde que frequentassem durante um ano letivo a AM e fizessem um tirocínio de seis meses na respetiva Arma de serviço. O problema dos milicianos remonta à Lei da Reforma Militar de 1937, que tinha reduzido o número de oficiais das Forças Armadas e, como os que continuaram no ativo eram insuficientes para assegurar o normal funcionamento da máquina de guerra, criou-se o Curso de Oficiais Milicianos.

⁷⁷ FERREIRA, José Medeiros, “Os Militares e o Regime do Estado Novo, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, p. 309.

⁷⁸ FERREIRA, José Medeiros, “Os Militares e o Regime do Estado Novo, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, p. 310.

⁷⁹ SILVEIRA, Joel da, “As Guerras Coloniais e a Queda do Império”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, p. 106.

Porém, a génese do MC não pode ser entendida apenas nesta perspetiva corporativa, tanto mais que a contestação militar ao governo de Marcelo Caetano não abrandou, mesmo quando o ministro da Defesa, general Sá Viana Rebelo, substituiu o referido decreto pelo Decreto-Lei nº 409/73, de 20 de agosto, que já representava um nítido recuo nas facilidades dadas aos milicianos, ou quando o Governo suspendeu a aplicação dos decretos em outubro de 1973 e nomeou uma comissão para estudar o futuro estatuto das carreiras no Exército. A questão da antiguidade representava um prejuízo para a carreira dos militares profissionais, porque consideravam que a redução da duração de quatros anos de formação para um, significava uma degradação da profissão, não só a nível técnico-intelectual, mas também em consideração social dos oficiais.

É possível periodizar a formação do MFA, que envolveu cerca de trezentos oficiais do quadro permanente, em três fases⁸⁰: a primeira fase ocupa os meses de junho a setembro de 1973, e é fundamentalmente corporativa; a segunda fase situa-se entre setembro de 1973 e fevereiro de 1974, e assiste à tomada de consciência da necessidade de se encontrar uma solução política para a guerra em África; a terceira fase abrange o tempo da tomada de decisão de derrubar o governo de Marcelo Caetano, e o regime político ditatorial, assim como a organização efetiva do golpe militar, e dura dois meses, de fevereiro a abril de 1974.

O germe da contestação militar surgiu na Guiné quando Spínola se convenceu de que a política do governo conduzia inevitavelmente a uma derrota vergonhosa. Neste contexto, em Bissau, o seu Estado-Maior elaborou um estratagema cuja finalidade era o controlo do Estado pelo governador da Guiné, do próprio Spínola. Visto que o Governo não tinha nenhuma intenção de procurar uma saída para a guerra de África, o que se menos queria era que se repetisse a história da Índia⁸¹, situação em que as Forças Armadas arrecadaram com as culpas. Para tal não se repetir, procurou-se engrandecer e prestigiar a ação militar na Guiné, de maneira a que o general Spínola, quando acabasse a sua comissão e regressasse à metrópole, o governo se visse obrigado a colocá-lo num lugar destacado, para quando tivesse forças suficientes pudesse realizar um golpe de

⁸⁰ FERREIRA, José Medeiros, “Os Militares e o Regime do Estado Novo, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, p. 310.

⁸¹ Consultar página 23 desta dissertação.

Estado. Este projeto, elaborado por gente da sua confiança, contou sempre com a sua aprovação.

Desta forma, não é de estranhar que a primeira resposta contra os decretos-de Portugal se tenha produzido na Guiné. Assim, a 18 de agosto de 1973, cerca de oficiais reuniram-se no Clube Militar de Bissau para criticar a atitude do Governo publicar aquele diploma e decidiram enviar uma carta ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho, e aos ministros da Defesa, Exército e Educação. Paralelamente, em Portugal, o descontentamento continuava a expandir-se. Até que, os capitães prepararam um ato de repúdio em massa ao Governo, para o obrigar a reconsiderar os decretos anteriormente publicados. Com este objetivo, realizaram a primeira grande reunião de capitães, em Évora, a 9 de setembro de 1973. Nesta reunião, elaboraram uma carta coletiva contra os decretos, assinada por 136 militares⁸². O documento ressalva questões única e exclusivamente de índole profissional. Nesta reunião deram-se os passos necessários para criar uma organização clandestina, e foram eleitos os primeiros responsáveis do MFA. Naturalmente, estas reuniões em breve se alargaram a Angola e a Moçambique.

Este descontentamento acabou por afetar e chegar à cúpula militar. Na reunião do Conselho Superior do Exército, realizada a 26 de setembro de 1973, todos os comandos presentes se mostraram de acordo com os decretos-lei publicados, à exceção do CEMGFA, general Costa Gomes. A sua atitude foi recebida pelos capitães com grande agrado, o que possibilitou que estes o considerassem para seu chefe e líder.

Nos tempos seguintes a agitação continuou, e havia sido montada uma organização centralizada em Lisboa, com uma comissão coordenadora nacional. Nas colónias em guerra, e em núcleos territoriais no continente, mobilizavam-se um cada vez maior número de oficiais. Após umas reuniões, com o intuito de procurarem novas formas de pressão, os militares profissionais decidiram pedir coletivamente a sua demissão do quadro permanente do Exército, elaborando um documento para o efeito. Contudo, estes documentos nunca foram utilizados, porque o Governo decidiu revogar os DL, a 12 de outubro. O Movimento das

⁸² SÁNZHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, p. 157.

Forças Armadas saía vitorioso. Prosseguiram as reuniões, tanto na metrópole, como nas colónias, todas com o denominador comum de prosseguir a mobilização e a cooperação de outros oficiais com o Movimento.

A 24 de novembro, numa reunião em São Pedro do Estoril, ficaram definidos os definidos os novos objetivos do Movimento. Na reunião, a que assistiram 45 oficiais representantes das principais unidades do país, colocaram para posterior discussão três hipóteses⁸³:

“1 - Conquistar o poder e entregá-lo a uma Junta Militar, para democratizar o país;

2 - Dar oportunidade ao Governo para se legitimar perante a Nação através de eleições livres, fiscalizadas pelo Exército e antecedidas de um referendo sobre a política ultramarina;

3 – Utilizar reivindicações exclusivamente militares para recuperar o prestígio do Exército e pressionar o Governo”.

Para se discutir estas propostas, realizou-se uma nova reunião, a 1 de dezembro, em Óbidos. A terceira proposta acabaria por ser aquela que mais apoiantes viria a ter. Nesta reunião em Óbidos, também ficou decidido que os chefes do Movimento seriam o general Spínola e o general Costa Gomes. Desde esta data, o 25 de abril de 1974 começou a ser pensado e planeado. A 8 de dezembro de 1973, na Costa da Caparica, reuniu-se a nova Comissão Coordenadora do Movimento, eleita em Óbidos. Aqui, Otelio Saraiva de Carvalho⁸⁴, Vítor Alves⁸⁵ e Vasco Lourenço⁸⁶ ficaram encarregados de organizar o golpe de abril. À data, estava-se já numa fase de distanciamento do regime, do qual sabiam que já nada podiam esperar.

⁸³ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, p. 160.

⁸⁴ Nasceu a 31 de agosto de 1936. Capitão de Artilharia, fez duas comissões, uma em Angola, outra na Guiné. Era o responsável pelo sector operacional da Comissão Coordenadora do MFA e foi ele quem dirigiu as operações do 25 de Abril, a partir do posto de comando clandestino instalado no Quartel da Pontinha.

⁸⁵ Nasceu a 30 de setembro de 1935. Em 1954 entrou para a Escola do Exército, na arma de Infantaria. Fez comissões em Angola e Moçambique. Capitão de Abril, foi membro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e um dos redatores do seu programa, que negociou com a Junta de Salvação Nacional. Faleceu a 9 de janeiro de 2011.

⁸⁶ Nascido em 1942, ingressou na Academia Militar em 1960. Cumpru uma missão na Guerra Colonial, de 1969 a 1971 na Guiné. Foi membro ativo do Movimento dos Capitães, e pertenceu à Comissão política do Movimento das Forças Armadas. No dia 25 de Abril de 1974 estava destacada, como capitão, nos Açores.

Nos inícios de 1974, os “Acontecimentos da Beira”, em Moçambique, estariam destinados a dar um novo vigor ao MFA, menos ativo depois das medidas do Governo no final de 1973. Estes acontecimentos representam a rutura entre os militares portugueses e as populações brancas, quando colonos brancos atacaram à pedrada a residência de oficiais daquela cidade⁸⁷. Das colónias chegavam cada vez mais missivas à Comissão Coordenadora, em Lisboa, indicando a necessidade de se restringirem aos objetivos do Movimento, de forma a suprimir a escalada do cansaço da guerra no terreno. Era necessário passar da reivindicação à ação contra o regime.

O panorama político complicou-se ainda mais com a publicação do livro do general Spínola *Portugal e o Futuro*, a 22 de fevereiro de 1974. Estava previsto fosse publicado mais tarde, mas como o próprio general Spínola reconheceu, vive hoje, sem dúvida, uma das horas mais graves, senão a mais grave da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se adaptam à geração atual”⁸⁸. O livro desfazia o mito da vitória pelas armas no conflito colonial, para o qual propunha uma saída política e uma aproximação à Europa ocidental. Segundo Cervelló, a importância não esteve tanto na originalidade das teses propagadas, mas sim no facto de defendê-las um chefe militar distinto, num momento em que o regime aparecia sem ideias nem projetos, e quando a maioria do país ansiava por uma mudança política⁸⁹.

A obra do general Spínola fez com que a CC do MFA apressasse e impulsionasse o seu próprio programa, numa reunião realizada a 25 de fevereiro, nos arredores de Lisboa. Nesta reunião foram discutidos vários aspetos e pontos que deveriam estar presentes no futuro programa do MFA. Assim, a 3 de março, numa reunião da CC, elaborou-se o texto “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, preparado por membros do Exército, com a colaboração da Marinha e da Força Aérea.

⁸⁷ MARTELO, David, “Acontecimentos da Beira”, in “1974-1975 – A Revolta dos Capitães e o Fim da Guerra”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 772.

⁸⁸ SPÍNOLA, António de; *Portugal e o Futuro*, Lisboa: Arcádia, 2ª ed., 1974, p. 19.

⁸⁹ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, p. 168.

Face a estas posições e ao impacto do livro de Spínola, Marcelo Caetano faz ratificar, pela Assembleia Nacional, a orientação da política colonial, a 5 de março, e convoca os generais das Forças Armadas para uma sessão solene, que ficaria conhecida pela “Brigada do Reumático”, em que seria reiterada a lealdade destes ao Governo. Costa Gomes e Spínola não compareceram ao encontro, a 14 de março, sendo no mesmo dia exonerados dos seus cargos. Estes acontecimentos deram força àqueles que dentro do Movimento acreditavam na urgência de um golpe militar que, restaurando as liberdades cívicas, permitisse a tão desejada solução para o problema colonial.

A 16 de março ocorreu “o golpe das Caldas”, uma tentativa precipitada e levada a cabo, supõe-se, por “spinolistas”⁹⁰, que foi facilmente debelado pelas forças governamentais. De acordo com Cervelló, a preocupação fundamental do general Spínola e dos seus seguidores era o Ultramar e, por isso, a realização de um golpe militar, antes que o Movimento tivesse elaborado o programa definitivo que lhe daria a superioridade moral para impor as suas soluções⁹¹. Como isto não aconteceu, sendo o golpe neutralizado e presos os máximos responsáveis do esquema militar “spinolista”, o controlo do MFA foi-se afastando do centro de gravidade destes.

Após o golpe das Caldas da Rainha, o Governo de Marcelo Caetano pensou ter liquidado a erosão que se verificava no interior do seu principal sustentáculo, as Forças Armadas. A 28 de março, Caetano dirigiu-se ao país através da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) para dar a sua versão dos acontecimentos e indicar que o sucedido do dia 16 tinha sido provocado por interesses estrangeiros, acusando de precipitados os militares participantes. O poder confiou pensando que, tal como tinha sucedido tantas vezes, após a agitação voltaria a calma. Mas, após o 16 de março, a direção do MFA empenhou-se a preparar minuciosamente a operação que, ao longo do dia 25 de abril, viria a pôr término ao Estado Novo. Otelo de Saraiva Carvalho, responsável pelo plano operacional, estabeleceu os objetivos da operação em reuniões sucessivas com os delegados das diversas zonas do país: a 17 de abril com os do Norte, a 18 com os do Centro e a 20 com as unidades de Lisboa. O plano de operações foi completado por um

⁹⁰ Crê-se que os elementos envolvidos neste golpe fossem próximos do general Spínola.

⁹¹ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, p. 173.

anexo de transmissões elaborado por Garcia dos Santos⁹² no dia 22. Os membros da Junta de Salvação Nacional, que tinham de se dirigir ao país após o golpe, seriam, pela Força Aérea, o general Diogo Neto e o coronel Galvão de Melo; pela Marinha, generais Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho; e, pelo Exército, generais Spínola, Costa Gomes e Silvério Marques.

A 25 de abril de 1974, o fator surpresa revelar-se-ia determinante. Apanhado desprevenido, o regime e o seu governo sucumbiriam quase sem resistência. A Guerra Colonial não só acabou por impedir uma evolução liberalizadora e controlada, como conduziu o regime a uma espécie de suicídio político, abatido que foi pelo seu próprio braço armado.

2.2 – Os militares da Guerra Colonial e do 25 de Abril

Neste sub-capítulo, serão apresentadas as entrevistas realizadas nos anos de 2003 e 2004 a militares aposentados, disponibilizadas pela Delegação do Norte da Associação 25 de Abril. Estas entrevistas, estão inseridas no arquivo CDIAL, sendo no total do arquivo contabilizadas treze, mas, para este estudo serão analisadas apenas sete entrevistas, as únicas transcritas de entre aquelas treze.

Todos eles entraram para a Academia Militar, fizeram comissões na Guerra Colonial, e num determinado momento aderiram ao MFA, estando posteriormente envolvidos nas operações levadas a cabo no dia 25 de Abril de 1974 na cidade do Porto. Cabe a este estudo escrutinar todos os dados presentes nas suas entrevistas, utilizando expressões usadas pelos próprios, de forma apontar os aspetos mais relevantes para este trabalho. Os parâmetros de interesse remontam a aspetos tanto pessoais como profissionais, desde a sua tenra juventude, até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Para tal, há uma seleção predeterminada de assuntos, pertinentes para este trabalho, distribuídos por cinco grandes pontos: 2.2.1 - percurso pessoal até à maioridade; 2.2.2 - motivos de ingresso na Academia Militar; 2.2.3 - formação militar; 2.2.4 - percurso militar; 2.2.5 - preparação e execução do 25 de Abril. Ao longo destes cinco grandes pontos, estão patentes o percurso individual de cada um dos setes militares analisados, bem como o seu

⁹² Nascido a 13 de agosto de 1935, antigo professor na Academia Militar, foi o militar responsável pelas transmissões das operações do 25 de Abril.

testemunho e cunho pessoal de vários temas, nomeadamente sobre as suas origens, percurso até à maioridade, motivações para a carreira militar, formação militar, descrença na guerra e no modelo colonial, mudança da visão para do regime, desgaste causado pela guerra, motivações para adesão ao MFA, entre outros. O número da página correspondente a cada citação usada, remonta à página da transcrição de cada um.

Em primeiro lugar, passamos a uma breve apresentação de cada um dos militares presentes no estudo deste trabalho:

Quadro I – Os militares entrevistados

Nome Completo	Data de nascimento	Naturalidade	Distrito	Idade à data da entrevista
António Afonso Gonçalves ⁹³	22/11/1941	Rebordãos, Bragança	Bragança	63
António Nogueira de Albuquerque ⁹⁴	09/01/1939	Cativelos, Gouveia	Guarda	64
António José Guerra Gaspar Borges ⁹⁵	13/12/1938	Santa Eugénia, Alijó	Vila Real	65
António Dinis Delgado Fonseca ⁹⁶	18/02/1938	Vila Garcia, Trancoso	Guarda	64

⁹³ Entrevista realizada ao Coronel Gonçalves por Manuel Loff e Nuno Martins, a 22 e 27 de dezembro de 2003, e a 13 de janeiro de 2004, em Custóias. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

⁹⁴ Entrevista realizada ao Coronel Albuquerque por Manuel Loff e Nuno Martins, dias 27 de novembro; 4 e 16 de dezembro de 2003, em Leça da Palmeira. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

⁹⁵ Entrevista realizada ao Tenente-Coronel Borges por Manuel Loff e Nuno Martins, a 15 e 22 de março, a 21 de junho e 23 de setembro, na Maia. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

⁹⁶ Entrevista realizada ao Coronel Delgado Fonseca por Manuel Loff e Nuno Martins, a 6 e 27 de março de 2004, na Delegação do Norte da Associação 25 de abril, no Porto. Citar-se-á a

António Ramos Rocha ⁹⁷	14/05/1942	Sé, Porto	Porto	62
Boaventura José Martins Ferreira ⁹⁸	21/11/1937	Estorãos, Ponte de Lima	Viana do Castelo	66
José Adelino Mota e Castro Carneiro ⁹⁹	29/08/1945	Cedofeita, Porto	Porto	58

Obs: elaboração própria

2.2.1 - Percurso pessoal até à maioridade

Neste ponto será tratado o percurso individual de cada militar, fazendo referências ao seu contexto familiar, vida escolar e juventude.

António Albuquerque

Contexto familiar: pai, Manuel Coelho de Albuquerque, nasceu em 1899, e faleceu quando Albuquerque tem 16 anos; mãe, Maria Nogueira de Albuquerque, nasceu em 1901. O pai “dedicava-se ao comércio de peixe e ao gado”¹⁰⁰; mãe “era de ficar em casa, olhava pela vida caseira e pelas propriedades”¹⁰¹. Tanto pai e mãe tinham a 4ª classe. À data da entrevista, tem um irmão mais velho, com 81 anos; uma irmã e dois irmãos já falecidos. Os seus três irmãos fizeram a tropa.

transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

⁹⁷ Entrevista realizada ao Coronel Rocha por Manuel Loff e Nuno Martins, a 20 de fevereiro, 1 e 8 de março de 2004, no Porto. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

⁹⁸ Entrevista realizada ao Coronel Boaventura Ferreira por Manuel Loff e Nuno Martins, dias 4 e 29 de maio de 2004, no Porto. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

⁹⁹ Entrevista realizada ao Coronel Castro Carneiro por Manuel Loff e Nuno Martins, a 13 e 22 de novembro, e 6 de dezembro de 2003, em Senhora da Hora. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

¹⁰⁰ P.2.

¹⁰¹ P. 2.

Faz a 4ª classe numa escola da aldeia onde nasceu e depois vai para um colégio interno em Mangualde (Colégio de S. José), até acabar o 7º ano. “Reprovei no 5º ano de Letras na altura, tive mais um ano, oito anos”¹⁰². Nesse colégio, em regime de internato, vinha a casa aos fins-de-semana regularmente, e nas férias, ajudava os pais nas tarefas profissionais e domésticas. No colégio, Zeca Afonso foi seu professor de Filosofia nos seus últimos anos de liceu. Nos cerca de dois anos a dar aulas, Zeca Afonso também deu aulas de História, mas não a Albuquerque. Tal foi possível porque o colégio “tinha já um grupo de pessoas de esquerda, não se importava de ir buscar professores que não eram aceites noutros colégios”¹⁰³. Contudo, salienta que dentro das salas de aulas não havia pronunciamentos políticos, mas “nos convívios sim, e é evidente que me acabavam por influenciar”; “o espírito aberto para a política forma-se com a idade”¹⁰⁴.

Sempre estive ligado à prática desportiva. No colégio, “para se jogar voleibol e ténis de mesa tinha que ir fardado à Mocidade, a ideia era desenvolver as atividades desportivas, era obrigatório”; “foi a única ligação que tive com a Mocidade”¹⁰⁵.

“Nunca fui religioso convicto”; “religiosa era a minha mãe, o meu pai só ia à missa ao Domingo”¹⁰⁶.

Questionado sobre o ambiente político familiar, responde que “falar de política é uma pergunta interessante. Portanto, a política que o meu pai desenvolvia era juntamente com o professor, o padre e o regedor? (...) que eram ideias até certo ponto salazaristas”; já o irmão, “sendo mais velho, era um indivíduo que era da oposição, na altura do Humberto Delgado arriscou bastante”. Ainda sobre o pai, “embora não tivesse uma intervenção política, sabia viver na sociedade que existia na altura”; “na aldeia o meu pai era o homem mais influente”¹⁰⁷. Face a todos os condicionamentos de liberdade, remata dizendo que “a discussão política na altura era muito limitada, havia que obedecer ao regime, era a cassete da altura”¹⁰⁸.

¹⁰² P. 5.

¹⁰³ P. 10.

¹⁰⁴ P. 12.

¹⁰⁵ Pp. 21-22.

¹⁰⁶ P. 15.

¹⁰⁷ P. 7.

¹⁰⁸ P. 8.

António Albuquerque lembra-se muito vagamente da campanha de Norton de Matos, na altura tinha 10 anos; no caso de Humberto Delgado, “lembro-me um bocadinho só, porque na altura já estava na Academia Militar”¹⁰⁹.

Gaspar Borges

O pai nasce em 1914 e mãe em 1917. Também naturais de Alijó. Pai era funcionário do Estado na área das finanças, mãe era doméstica. Pai falecido em 1974, antes do 25 de Abril. Tem dois irmãos, ambos mais novos.

Entra para escola primária em 1944 em Tabuaço e em 1950 para o Liceu Estevão Coelho Rodrigues, em Aveiro. “No liceu não fui o aluno que o meu pai esperava que eu fosse. Agora na bola eu era bom e tal. Lá no basquete, e depois fazia tudo. Basquete, andebol, remo...”¹¹⁰. No liceu, reprova uma vez no 3º ano.

Não tem qualquer contacto com a Mocidade Portuguesa na primária. No liceu sim, “isso da Mocidade Portuguesa era obrigado”, às “Quartas e Sábados”. “Acho que a Mocidade Portuguesa não é assim uma coisa tão hedionda como muitas vezes é referida. Acho que tinha aspetos formativos bons. Acho que punha a rapaziada a praticar desporto. Havia os campeonatos. Normalmente quando se fala na Mocidade Portuguesa nunca se citam campeonatos inter-liceus e não sei quê. Isso é que era a Mocidade Portuguesa. Tinha aquela vertente militar e essa é que é condenável, não é? É condenável”; “punha-se a rapaziada a marcar passo, a fazer os movimentos, os direitas, os esquerdas, e não sei quê, as continências e não sei quê. Acho que isso era absolutamente desnecessário”; “e a partir do 6º ano era a Milícia (...) e lá ia um gajo para o quartel, todos os Sábados, ter instrução militar”¹¹¹.

Na altura das eleições presidenciais de 1958, foi ver Humberto Delgado a um comício no Teatro Aveirense. Gaspar Borges tinha grandes esperanças em Delgado, mas apenas o apoiava “por ser um opositor, principalmente por ser um opositor. Porque, como é evidente, que conhecimentos tínhamos nós desse homem? Eu não sei se com os conhecimentos que eu tenho hoje, se o apoiaria

¹⁰⁹ P. 8.

¹¹⁰ P. 14.

¹¹¹ Pp. 22-23.

com aquela generosidade dos verdes anos, não é? Dos 18 anos. Se calhar hoje não o fazia”¹¹².

O pai “era [do] funcionalismo, era [da]aquela classe de funcionários, enfim, que que se relacionava com o regime”. “Nós somos de educação religiosa”; “suponho que a que a minha mãe se desinteressou um bocado pela prática religiosa porque tinha três três filhos e não tínhamos empregadas”; “o meu pai era crente, mas não ia à igreja”¹¹³.

Delgado Fonseca

Os seus pais são naturais de Vila Garcia. Pai nascido em 1909, mãe em 1921. À altura da entrevista, a mãe ainda era viva, pai falecido havia seis anos. Pai foi mineiro de profissão, cegou antes de o Coronel nascer. Pai e mãe passaram a trabalhar no campo. Tem dois irmãos, que são gémeos, e uma irmã, todos mais novos.

Foi o primeiro da sua aldeia a frequentar o liceu da Guarda. Considerava-se um aluno medíocre, chegou até a chumbar na 4ª classe. Aquando da campanha de Humberto Delgado estava a terminar o 7º ano no liceu, e lembra-se que havia uma agitação considerável na Academia da Guarda, no liceu em que andava.

Fez parte da Mocidade Portuguesa, “como todos”¹¹⁴ e usou farda desde o 1º ano do liceu. No 6º e no 7º ano fez parte da Milícia, “havia um velho capitão, ou sargento, com uma grande barriga, que nos punha a marchar para a esquerda, para a direita e não sei quê, e montar tendas”; “tínhamos manejo de armas, utilização de arma, algum tiro”; “um gajo fazia a Milícia e depois já não fazia os 3 primeiros meses da recruta da tropa, servia de ‘recruta’ para o serviço militar obrigatório”¹¹⁵.

Ao início da sua adolescência, tinha em mente ser professor primário no seu futuro. Mas quando chegou ao 5ª ano do liceu, e foi fazer o exame para a Escola Normal, na época o Magistério Primário, reprovou, porque um professor de matemática “achou uma perda de tempo eu concluir a escola e meteu uma cunha para [eu] reprovar”¹¹⁶. Pensou no que iria fazer nestes dois anos a que ainda tinha direito a estudar, até que lhe apareceu a publicidade para a Academia Militar, referentes às reformas de Santos Costa, nas quais todos os alunos passam a ter direito a fardamento,

¹¹² P. 29.

¹¹³ Pp. 18-20.

¹¹⁴ P. 18.

¹¹⁵ Pp. 17-18.

¹¹⁶ P. 13.

alojamento, alimentação e vencimento, por conta do Estado, que também custeará as propinas, livros e apontamentos referentes aos cursos ministrados na Academia Militar¹¹⁷.

Boaventura Ferreira

Contexto familiar: pais também naturais de Estorãos. Pai nasceu em 1903; mãe em 1907. Pai era comerciante na aldeia, tinha uma espécie de mercearia, “mas durante a época da Segunda Guerra Mundial ligou-se à exploração de volfrâmio e estanho” na serra de Arga¹¹⁸. Também trabalhou nas obras de estradas em Trás-os-Montes, entre Vila Real e Macedo de Cavaleiros. Mãe tratava das ocupações domésticas. À data da entrevista a mãe ainda é viva. Tem quatro irmãos mais novos. Um irmão e duas irmãs.

Entrou para a primária em 1943. Ao início, afirma que não gostou muito da primária porque “era um menino assim tipo ‘copo de leite’, mas depois adaptei-me àquilo tudo, pá, e convivi muito com eles”¹¹⁹. Recordando a sala de aula, diz que “da primária lembro-me daqueles quadros do Salazar, da Lição de Salazar”¹²⁰. Não se lembra da Mocidade Portuguesa lá na aldeia, mas “havia era umas coisas ao sábado, cantava-se o hino e não sei quê”¹²¹. Em 1947, entra para o colégio D. Maria Pia, em Ponte de Lima, que era um colégio de freiras, fazendo apenas o 1º e 2º ano do liceu, porque “as miúdas podiam continuar, os rapazes não”¹²². Em 1949/1950 vai para um liceu em Viana do Castelo. Foram períodos difíceis, porque tinha de andar de bicicleta todos os dias para apanhar a camioneta para Viana, acordava às 7h e chegava a casa ao fim do dia, “chegava a casa cansado, não me apetecia fazer nada, pá. Esses três anos foram complicados, acabei por chumbar no 5º ano, fiz o 3º, 4º e chumbei no 5º. Foi uma fase complicada, e acabei por ficar em casa no ano seguinte”; “estudei sozinho para me preparar para os exames”¹²³.

¹¹⁷ Consultar p. 35 desta dissertação.

¹¹⁸ P. 1.

¹¹⁹ P. 6.

¹²⁰ P. 7.

¹²¹ P. 8.

¹²² P. 13.

¹²³ Pp. 14-15.

Falando da Mocidade Portuguesa, neste período em Viana, no 3º ano, “obrigaram-me logo a fardar com aquelas coisas e tal, e a marcar passo”¹²⁴. No 6º e 7º escolheu Ciências, e nesse ano letivo, vai estudar para Braga, para o colégio Sá de Miranda, em regime de internato. Efetuou esta mudança “porque em Viana acabava no 5º ano”¹²⁵ na altura. Acaba por chumbar no 7º ano “e acabo por fazer a mesma história. Fiquei em casa a estudar e fiz o 7º ano”; “estava interno porque não podia andar de trás para a frente, estava num internato. E era... isso é que o meu pai aí se viu atrapalhado porque pagava 700 escudos por mês”; “era caríssimo, teve de vender coisas, não tinha outra hipótese. Então começou a vender terras e o que tinha poupado”; “e depois eram os meus irmãos”¹²⁶.

Familiarmente, “o meu pai era mais religioso que a minha mãe, de ir regularmente à missa e obrigar os outros. Todos os dias tinha que ir para a missa!”¹²⁷. Politicamente os pais nunca levantaram objeções ao regime, mas já os seus tios, Zé e Aníbal, eram acérrimos opositores do regime, “participaram em comícios do MUD e tal”; “mas tenho a impressão que nunca foram assim filiados mesmo”¹²⁸.

Afonso Gonçalves

Pais eram naturais da aldeia de Espinhosela, do concelho de Bragança. Pai nascido em 1900, mãe em 1901. Foram professores na escola primária anexa ao Magistério. Tem dois irmãos, um mais velho que à data da entrevista já tinha falecido, e outro mais novo, vivo àquela data.

Fez o Liceu em Bragança e acaba por chumbar no 5º e 7º ano. Tinha notas muita baixas, mas confessa que “só não estudava aquilo que me queriam empurrar”¹²⁹. Era uma fã da leitura. O seu pai, professor primário, tinha acesso a uma vasta biblioteca, e em casa, Gonçalves chegou a ler Júlio Verne, Eça, Camilo, Herculano, entre outros.

Pertenceu à Juventude Escolar Católica, e foi dirigente da mesma. Aos 16 anos “era um gajo importante”¹³⁰, muito por força das influências familiares visto que tinha

¹²⁴ P. 21.

¹²⁵ P. 16.

¹²⁶ P. 17.

¹²⁷ P. 9.

¹²⁸ P. 12.

¹²⁹ P. 11.

¹³⁰ P. 12.

um “pai católico, o único homem que conheci crente”¹³¹, um “homem de cariz monárquico no tempo da república”¹³². Já a mãe “era uma católica mais liberal, exagerada como o meu pai”¹³³. Apesar de toda esta sua fé e crença “na guerra terminou completamente a minha ideia de Deus”¹³⁴.

Para além de ser filiado à Juventude Escolar Católica, pertenceu à Mocidade Portuguesa “com muito orgulho”¹³⁵, “mas nunca me senti de forma alguma nem forçado”¹³⁶. Aos 16 passou para a Milícia e começou a usar uma *Mauser*¹³⁷, tinha “instrução militar de alto luxo”¹³⁸. Confessa que no Liceu discutia-se política, “não tanto no sentido em que hoje se pode que se discute política”, “discutia-se o regime, havia gente que não concordava com isto e com aquilo”, “não se discutia propriamente política, não havia política, não havia ideias não é”¹³⁹. Lembra-se e assegura que a “campanha do Delgado foi esquisitíssima porque desde cedo qualquer espírito crítico, e eu era um espírito crítico, se apercebeu que aquilo era um desastre”, “aquilo era uma mentira, uma data de parvoíces”, “muita gente o detestava”, “não se pode enganar o povo a vida inteira”, “já tinha acontecido na campanha do Norton de Matos”¹⁴⁰.

Chega ao final do liceu com a ambição de ser físico “a Física para mim sempre foi uma coisa espantosa porque permitia perceber o mundo”, “nunca fui um aluno brilhante a nada, mas se quisesse fazer alguma coisa era Física”¹⁴¹.

António Rocha

Pais eram naturais de Esmoriz. Casaram-se, mudaram-se para o Porto e tomaram conta de uma adega/restaurante, *Adega do Sardão*, na rua Duque de Loulé. À data da entrevista, pai e mãe já falecidos. Ambos tinham a 4ª classe. Pai falece em 1987 e mãe em 1985. Tinha um irmão mais velho, já falecido.

¹³¹ P. 18.

¹³² P. 18.

¹³³ P. 19.

¹³⁴ P. 20.

¹³⁵ P. 24.

¹³⁶ P. 24.

¹³⁷ Pistola semi-automática.

¹³⁸ P. 29.

¹³⁹ P. 29.

¹⁴⁰ P. 32.

¹⁴¹ P. 43.

Andou na escola primária da Sé e fez o liceu no Alexandre Herculano. No 7º ano reprova e muda-se para o Colégio João de Deus, onde completa os estudos. Lembra-se de que ainda na escola primária “queria uma farda da Mocidade Portuguesa e o meu pai mandou-me dar uma volta”¹⁴². Ajudava os pais na adega, à hora de almoço e à tarde depois da escola. A mãe era católica e sempre que podia ia à missa, já o pai “era mais liberal e não acreditava muito nisso”¹⁴³. Lembra-se de, em 1958, com 16 anos, ir ver Humberto Delgado a S. Bento, “fui com o meu pai, o meu irmão e o meu primo, estivemos lá junto à estação”¹⁴⁴.

Durante a sua juventude praticou vários desportos, principalmente no liceu, tais como ténis de mesa, basquetebol, voleibol e futebol.

Quanto a política lá em casa “o meu pai, da parte de Esmoriz, já o consideravam, portanto, sindicalista e tanto que ele veio para aqui. Ele não era sindicalista, ele era um indivíduo muito honesto, portanto, trabalhador”; “o meu pai era aquilo que se chamava na altura, um bocado ‘revirinho’, pronto. E tinha muitas vezes... falava demais”¹⁴⁵. Questionado se achava o seu pai salazarista responde “não, pelo contrário”¹⁴⁶; “é sempre contra a ditadura, exceto quando era já velho. Ele, quando veio o Sá Carneiro, apoiava o Sá Carneiro. E depois dizia assim ‘Caramba, eu devo estar velho ou maluco. Já estou a desejar um novo Salazar!’ quando isto começou a descambar um bocado para o torto”¹⁴⁷.

Castro Carneiro

Contexto familiar: pai, Ulisses António Carneiro; mãe Ester de Jesus Mota e Castro Carneiro. O pai era natural de Vila da Ponte, concelho de Sernancelhe, distrito de Viseu; a mãe nasceu em Manaus, no Brasil, embora também fosse originária de Sernancelhe. Ambos, já falecidos à data da entrevista. Pai nasceu em 1920; mãe em 1914. Considerava a família da mãe de fracos recursos, os avós até chegaram a emigrar para o Brasil. A família do pai era de camponeses, com posses de terra, “da classe mais baixa dos camponeses”¹⁴⁸. O pai tinha a 4ª classe, fez vários trabalhos durante a vida:

¹⁴² P. 5.

¹⁴³ P. 11.

¹⁴⁴ P. 16.

¹⁴⁵ P. 14.

¹⁴⁶ P. 16.

¹⁴⁷ P. 19.

¹⁴⁸ P. 2.

trabalhou no campo em Sernancelhe; no Brasil, era ajudante de farmácia, e quando voltaram para o Porto, era vendedor de máquinas para a construção civil. A mãe era professora primária, funcionária da Obra das Mães para a Educação Nacional. Tem um irmão e uma irmã, ambos mais novos.

Fez a 1ª, 2ª e 4ª classe na Escola masculina 71 (da Igreja de Cedofeita e das antigas instalações da Faculdade de Farmácia, no Porto. Durante um ano, viveu no Brasil com os avós e com os pais, onde fez a 3ª classe, em 1953. Considerava-se um aluno exemplar na primária, referindo-se aos usuais açoites dados pelos professores “eu realmente passei a escola toda sem, sem apanhar com isso, de maneira que era realmente bem comportado”¹⁴⁹. Depois, foi para o liceu D. Manuel II e, “até ao 2º ano fui bom aluno, depois a partir daí não fui tão bom e fui piorando com os anos. Até ao 2º ano dispensei exame a tudo, depois no 5º só já dispensei Ciências, e depois no 7º tive que fazer exames todos porque, porque já não dispensei a nada”¹⁵⁰.

Teve uma juventude ligada à prática católica, fez parte de uma congregação na Igreja de Nª Sra. de Fátima, “a minha juventude passou muito por ali e cheguei a ser presidente da congregação e dessa coisa toda”; “fiz parte da Juventude Estudantil Católica, mas não fui militante ativo”¹⁵¹.

Não tem ideia da Mocidade Portuguesa na primária, mas “no liceu julgo que sim, terá sido...se não foi logo desde a entrada, foi desde muito cedo. Ainda me lembro de me ver fardado de calções”¹⁵².

No contexto familiar, partilha que “falava-se muito pouco de política em minha casa, pouco”, e recorda-se vagamente da campanha de Humberto Delgado, “como lhe digo, era filho de uma, de uma família muito tradicionalista e o meu pai sempre me procurou retirar dessas coisas”; “já na altura que fui para a Academia procurava em não me meter em confusões”¹⁵³.

Como podemos verificar, todos os entrevistados são originários da zona Centro/Norte do país, predominantemente de meios afastados dos grandes centros

¹⁴⁹ P. 8.

¹⁵⁰ P. 12.

¹⁵¹ Pp. 24-25.

¹⁵² P. 25.

¹⁵³ Pp. 28-29.

urbanos, nomeadamente de aldeias ou vilas, dos distritos de Viseu, Guarda, Vila Real, Viana do Castelo e Bragança. A exceção foi António Rocha, cujos pais eram naturais de Esmoriz, mas que acabam por se mudar para o Porto, sendo o coronel Rocha natural de Cedofeita.

O seu contexto familiar remontava a famílias de classe média/baixa. Os pais, pais, maioritariamente com a 4ª classe, ora eram comerciantes, proprietários ou camponeses. No caso dos pais, tanto de Gaspar Borges, como de Afonso Gonçalves, trabalharam em áreas afetas ao regime, visto que o do primeiro era funcionário público na área das finanças, e o do segundo era professor primário na escola anexa ao Magistério Primário, onde se fazia a formação dos novos professores. Relativamente à ocupação das mães, apenas a de Afonso Gonçalves é que não era doméstica ou camponesa, visto que também era professora primária como o marido.

Fator comum a todos é que se consideravam bons desportistas em diversas modalidades, desde futebol, basquetebol, ténis de mesa, entre outras. Se tal não característica não lhes fosse patente, muito provavelmente não teria tomado a decisão de, mais tarde, ingressarem na Academia Militar.

Não se recordam ou não tiveram contacto com a Mocidade Portuguesa na escola primária. Já no liceu, todos eles estiveram envolvidos nas atividades dessa organização, raros os casos, com orgulho assumido, e a grande maioria com indiferença.

Neste período, durante a adolescência, afirmam que não tinham maturidade para se exprimirem politicamente, até porque Afonso Gonçalves diz que não havia política para se discutir. Discutia-se apenas o regime. Familiarmente, podiam existir comentários ocasionais contra a ditadura, mas pouco mais do que isso, por precaução. Apesar de em muitos casos não se ser muito favoráveis ao regime, nunca se levantaram grandes objeções contra a chefia de Salazar. De uma forma ou de outra, estas famílias tinham mentalidades e costumes tradicionais e conservadores, sem esquecer a regular prática religiosa católica.

2.2.2 - Motivações do ingresso na Academia Militar

Neste ponto, serão analisadas as motivações individuais que os levaram a ingressar na Academia Militar, e não a seguirem outro rumo profissional.

António Albuquerque

Tinha “um colega que andou comigo até ao 7º ano – que é Coronel atualmente [2003] – e que a minha vocação era para a Engenharia, queria ser Engenheiro. Então que, ao 7º ano, ele começou a convencer-me em ir para a Academia Militar”; “tinha pedido livros e aquelas instruções da Academia Militar e tal, e teve uma certa influência em mim. Por esse motivo concorri à Academia Militar”¹⁵⁴. No entanto, teve o cuidado de fazer a prova de aptidão à Faculdade de Ciências e Tecnologias, de Coimbra, para estudar Engenharia e passou, dispensando as provas de aptidão teóricas na Academia Militar. Embora matriculado na faculdade, matricula-se na Academia em outubro de 1957, aos 18 anos, para o curso de Infantaria.

Gaspar Borges

Desde cedo mostrava gosto pelo mar e interesse pela vida marítima, devido a grande parte da sua infância e adolescência ter sido passada em Ílhavo, Aveiro.

“Quando eu fiz exame à Academia Militar, fiz exame visando uma ida para a Escola Naval, que eu queria ser oficial de Marinha. E porque é que eu fui para a Academia Militar? Porque nessa altura, os preparatórios, portanto, o 1º ano, que corresponde ao 1º ano da universidade, era feito na Academia Militar”; “a malta fazia o 1º ano na Academia Militar, que ainda se chamava *Escola do Exército* nessa altura, e ao 2º ano ingressávamos na Naval. Eu queria ir para Naval por vários motivos: primeiro, vim influenciado pelo mar, Aveiro, pescadores, navios e não sei quê; depois, a maior parte dos meus colegas de Ílhavo foram para a Marinha, como é evidente”¹⁵⁵.

Deste modo, o pai de Gaspar Borges contactou Sarmento Rodrigues, ministro do Ultramar, primo da mãe, “mas afastado, não havia relações”¹⁵⁶, para se inteirar das condições da Escola Naval. Mas ao saber que quem pretendesse ingressar na Escola Naval, tinha de fazer novamente exames de admissão, acaba por ficar na Escola do Exército. “Outra vez exame de admissão? Já aqui estou! Já

¹⁵⁴ P. 16.

¹⁵⁵ Pp. 30-31.

¹⁵⁶ P. 32.

tinha, já tinha...já estava fardado, já tinha mostrado a farda às garotas e tal”, “e por esses motivos entro na Academia Militar, na Escola do Exército”¹⁵⁷.

Contudo, o seu pai não queria que o filho seguisse este percurso. “O meu pai não pai não queria. O meu pai queria meter-me no Banco de Portugal. Ó pá, se calhar era era agora um gajo importante como o carago”¹⁵⁸.

“A Academia Militar é muito rigorosa (...) se não tivesse média de 10, geral, ia para a rua. Mas ia para a rua irreversivelmente, não voltava, não havia hipótese. Entretanto um gajo tinha gasto uma data de dinheiro no ‘enxoval’”¹⁵⁹. A partir dos anos letivos seguintes, os candidatos à Academia Militar deixam de estar sujeitos a este tipo de despesas, muito por conta das medidas implementadas pelo ministro Santos Costa, com o intuito de aumentar as candidaturas à Academia Militar, para que esta se tornasse mais atrativa para os jovens portugueses¹⁶⁰.

Gaspar Borges entra na Academia Militar em 1958/1959, para o curso de Infantaria, com 20 anos.

Delgado Fonseca

Terminado o liceu, tinha como objetivo ir para a Academia Militar na esperança de, por essa via, poder encontrar um caminho para chegar à faculdade, para ser engenheiro de minas. Chegou a fazer o exame de admissão em Engenharia em Coimbra e a estar matriculado¹⁶¹. A sua ida para a Academia foi uma “fuga porque face à impossibilidade de ir para a universidade, não tinha meios para isso e, portanto, fui para a Academia, e a única coisa que me atraiu na Academia era a vontade de ser piloto”, porque “piloto estava na moda nessa altura”. “Vou para a Academia Militar, fiz o 1º ano que era comum a todos as armas e no fim do 1º ano concorri ao curso de piloto”¹⁶². No entanto, havia um professor que ensinava matemática “mais complexa”, em que na primeira época de exames terão chumbado cerca de 98% dos alunos “o homem acabou por ser corrido, não podia ser assim... era uma linguagem completamente desconhecida e complexa”¹⁶³. Delgado Fonseca acaba por chumbar na 1ª época de exames, na

¹⁵⁷ Pp. 32-33.

¹⁵⁸ P. 34.

¹⁵⁹ P. 26.

¹⁶⁰ Estas medidas já foram mencionadas anteriormente.

¹⁶¹ P. 13.

¹⁶² P. 18.

¹⁶³ P. 18.

admissão ao curso de Piloto, e opta por tirar o curso de Artilharia, entrando em 1958/1959, 18 anos.

Boaventura Ferreira

Tal como Albuquerque, tinha um amigo, o Félix, que quando acabou o liceu para a Escola do Exército. Sobre a vida militar, “não gramava muito aquilo, andava lá na Milícia, em Braga; em Viana era a Mocidade Portuguesa, eh pá, aquilo já era uma grande chatice”; “ter de aturar aquilo tudo era um frete pá”. Mas o seu grande amigo Félix persistiu: “Eh pá anda para a Academia e não sei quê”, ‘Eh pá qual Academia? Qual quê? Tu és maluco?’”. Chegou a pensar em ir para a Faculdade de Ciências, mas “como na altura apareceu essa coisa de ir para a Escola do Exército, já nunca mais pensei nisso, pronto, de entrar para a Universidade”¹⁶⁴. Com tanta insistência do Félix, quando vinha aos fins de semana a Braga e convivia com Boaventura, com as partilhas de histórias e vivências, “foi ele que me influenciou um bocado e tal, até que ‘vamos embora’”¹⁶⁵. Entra na Escola do Exército com 19 anos, no ano letivo de 1957/1958, para o curso geral preparatório, na qual viria a seguir Infantaria. De início queria ir para a Força Aérea, mas a mãe começou “a torcer no nariz”¹⁶⁶ porque achava mais perigoso ainda.

Afonso Gonçalves

Chega ao final do liceu com a ambição de ser físico de profissão. No entanto, estava fora de questão estudar Física, porque as universidades no país eram caras e dispendiosas: “não tinha condição económica para frequentar uma universidade”. Assim sendo, ou ficava a trabalhar nos campos agrícolas da sua aldeia, ou emigrava, ou optava pela terceira opção já que “o único curso superior que me dava imediata solução e sem gastar dinheiro era a Academia Militar”¹⁶⁷. Em 1961 concorre e é aceite na Academia Militar, com 19 anos, para Infantaria.

¹⁶⁴ P. 35.

¹⁶⁵ P. 32.

¹⁶⁶ P. 33.

¹⁶⁷ P. 47.

António Rocha

Primeiramente estive inscrito no curso de Engenharia Eletrotécnica, cujos primeiros anos se frequentavam na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, no Porto, no ano letivo de 1961/1962, mas nem um ano deste curso completou. Dizia “isto não era para mim, quero tirar Educação Física”¹⁶⁸. Acaba por entrar na Academia Militar em 1962/1963, por influência do Coronel Cassiano Dias, que na altura era Capitão do Exército, e que várias vezes almoçava ou jantava em casa dos seus pais. Sabendo que a guerra já tinha rebentado em Angola este dizia-lhe ‘oh pá, mas tua agora, estás a ver? A guerra começou em 61, vais ser chamado porque vais fazer 20 anos. Vais ser chamado para a tropa. Não fazes curso nenhum, pá! Então porque não vais para a Academia?’¹⁶⁹. Amigo da família, e vendo o impasse na vida do filho dos seus anfitriões, propôs-lhe o ingresso na Academia Militar, e Rocha acabou por ser convencido¹⁷⁰. Entra para o curso de Infantaria, e como tinha média de 14 valores proveniente do liceu, ficou isento das provas teóricas, apenas fez as físicas e médicas. Realizou provas em julho/agosto de 1962, na Academia Militar, e entra em outubro, com 19 anos. Os testes físicos consistiam em salto da vala 100m, salto em comprimento, subir à corda, salto em altura, exercícios de velocidade e resistência¹⁷¹.

Castro Carneiro

Afirma que aos 15 anos “formei a vontade de ir para a Academia de Milícia”. Este militar assegura que este gosto, veio, sobretudo “da Milícia [quando] tínhamos a instrução naquele que veio a ser depois, o quartel do CICA (Centro de Instrução de Condução Auto)”, aos sábados à tarde. Tinha instrução de “administração militar, armamento e de ordem unida” que é o “marchar, marchar, fundamentalmente é isso. O manejo da arma, o manejo da espada, o a marchar num pelotão, etc.”¹⁷². Desde cedo, “acho que sempre pretendi ir para a Academia Militar”. E assim, quando termina o 7º ano, aos 16 anos, “concorri à Academia Militar, mas reprovei nas provas médicas. Tive de ser operado, tinha um problema, um problema de saúde, tive de ser operado nesse ano”, em 1962. Estando impossibilidade de frequentar a Academia nesse ano, aquilo

¹⁶⁸ P. 32.

¹⁶⁹ P. 33.

¹⁷⁰ P. 33.

¹⁷¹ Pp. 33-34.

¹⁷² Pp. 25-26.

que pensei a seguir “era, era realmente Engenharia, nomeadamente a mecânica e hoje tenho uma certa, uma certa apetência para os motores”; aproveitando este ano para, na Faculdade de Ciências, fazer os preparatórios para a Academia Militar¹⁷³, mas “a Academia Militar foi realmente aquilo que sempre, que sempre me atraiu”. Acaba por frequentar a Faculdade de Ciências “com pouco aproveitamento”¹⁷⁴. Face ao seu ingresso na Academia Militar, afirma que também possa ter tido influência do pai, por ter feito o serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial, e de um amigo, Eduardo Ricou¹⁷⁵.

No ano seguinte, em 1963, concorre novamente à Academia Militar “dessa vez sucedeu-me uma desgraça”; “eu na altura não sabia bem, ou estava convencido que não me acontecia nada e a primeira prova de admissão, portanto, das provas físicas à Academia Militar era os cem metros, portanto uma corrida em velocidade”; “tanto quanto me recordo, não fiz aquecimento nenhum e, portanto, arranjei uma distensão muscular grave. Grave porque continuei a correr e fui até ao fim, e isso fez com que realmente desse cabo dos músculos”¹⁷⁶. Finalmente, acaba por entrar na Academia Militar em 1964/1965, com 19 anos.

Como podemos verificar, as razões de candidatura à Academia Militar não são muito díspares. Por um lado, temos os que foram influenciados por amigos próximos e se candidataram à Academia Militar, casos de António Albuquerque e Boaventura Ferreira; os que sempre tiveram sempre vontade de ir para a tropa, apesar de motivações diferentes, no caso de Castro Carneiro e Gaspar Borges; e os casos de Afonso Gonçalves, António Rocha e Delgado Fonseca, que apesarem de terem frequentado a faculdade (Rocha frequentou um ano; Delgado Fonseca só esteve matriculado), optaram por desistir dos seus cursos e se candidatar à Academia Militar, por estes não irem por inteiro ao encontro das suas expetativas.

De ressaltar que apenas três destes militares, nomeadamente, Afonso Gonçalves, António Rocha e Castro Carneiro, são admitidos na AM já com a Guerra Colonial a decorrer, e nenhum deles, em qualquer momento, afirma que

¹⁷³ P. 10.

¹⁷⁴ P. 10.

¹⁷⁵ P. 14.

¹⁷⁶ P. 11.

defender a honra da pátria e os territórios ultramarinos é uma das motivações que os levam a concorrerem à Academia Militar.

Quadro II – Admissão na Escola do Exército/Academia Militar

Nome	Ano de admissão na E.E/A.M.	Arma	Idade
António Albuquerque	1957/1958	Infantaria	18
Gaspar Borges	1958/1959	Infantaria	20
Delgado Fonseca	1958/1959	Artilharia	18
Boaventura Ferreira	1961/1962	Infantaria	24
Afonso Gonçalves	1961/1962	Infantaria	19
António Rocha	1962/1963	Infantaria	19
Castro Carneiro	1963/1964	Infantaria	19

Obs: elaboração própria

2.2.3 – Formação militar

Ao longo deste ponto, seguindo os testemunhos dos entrevistados, será analisada a realidade militar portuguesa ao nível da Academia Militar, desde o momento em que estes militares nela ingressaram e dela saíram. Aspeto a ressaltar, o ano letivo em que cada um dos entrevistados efetua a matrícula e o ano letivo em que terminam a Academia Militar, visto que uns ainda frequentam a *Escola do Exército*, outros, terminam a Academia Militar em clima de Guerra Colonial, e alguns, já entram na Academia Militar após algum tempo do deflagrar da mesma.

António Albuquerque

Matricula-se no ano letivo de 1957/1958, na ainda chamada *Escola do Exército*, no curso de Infantaria. Confessa que ao início “não conseguia engrenar com aquele esquema de rigidez física, estive até para desistir no Natal. Um indivíduo não estava devidamente preparado”; mas com a ajuda de um seu amigo, o Félix, apoiaram-se

mutuamente e começou “a tomar o gosto, a tirar boas notas e acabei por ficar”¹⁷⁷. O seu 1º ano de internato foi na Amadora, que era comum a todas as Armas, e os 2º e 3º anos na rua Gomes Freire, em Lisboa, nas instalações da Academia Militar.

Apanha a onda Humberto Delgado dentro da Academia, mas “a gente não tinha muita participação, era o deixar andar e tirar o curso”¹⁷⁸. Coincidiu com Otelio Saraiva de Carvalho na Academia, que andava um ano adiantado, relativamente a ele.

Sobre a Guerra da Argélia (1954-1962) “evitava-se falar em termos políticos, falava-se mais nos aspetos militares em especial porque teríamos de ir para as colónias, portanto, tínhamos de levar alguma preparação”; “é para isso que os estagiários vão para a Argélia, para nos introduzirem as ideias”, que dominava a estratégia militar francesa no interior das Forças Armadas Portuguesas. Apesar destes estágios, afirma que “nunca houve preparação para a chamada guerra de subversão”; “nunca foi abordado, nada, que eu me lembre, nada”¹⁷⁹.

Quando ocorrem as revoltas dos plantadores de algodão na Baixa do Cassange, em dezembro de 1960, aos 21 anos, está nos últimos meses do curso, e “é aí que começamos a ser militarmente preparados, digamos, para algo que iria acontecer”. Referindo-se ao sequestro do *Santa Maria*, “80% do meu curso estávamos ao lado de Henrique Galvão”¹⁸⁰.

Face ao começo do conflito armado em Angola, no final do seu ano do tirocínio, retomaremos o percurso militar de António Albuquerque mais à frente.

Gaspar Borges

Chegado à Academia Militar, diz que se falava da [Guerra da] Argélia “e fomos até instruídos por alguns franceses (...) nós sabíamos que oficiais nossos tinham feito estágios na Argélia e já havia manuais sobre guerra subversiva. Portanto, isso é uma coisa que já estava no nosso espírito, mas não nos incomodava muito, ainda era uma coisa que estava à distância”¹⁸¹.

¹⁷⁷ P. 16.

¹⁷⁸ P. 20.

¹⁷⁹ P. 25.

¹⁸⁰ P. 26.

¹⁸¹ P. 42.

Apesar de ter escolhido Infantaria, a primeira opção foi Força Aérea, “e, se calhar, tive sorte em não ter ido. Se calhar já tinha morrido”¹⁸². Não foi admitido por ter acusado sinusite, fator eliminatório nos candidatos a pilotos.

No 3º ano concorreu aos para-quedistas, juntamente com mais nove candidatos candidatos que na altura estavam integrados na Força Aérea, mas o recrutamento para para esta força era feito no Exército. Concorreu porque sempre se considerou um desportista e gostava de coisas “radicais”. Queria fazer parte da ‘elite’, de uma tropa especial¹⁸³. Acabou por não ser aceite, porque o Ministro do Exército da altura, Mário Silva, “impediu a nossa ida para lá (...) fazíamos falta no Exército. Uma cretinice qualquer”¹⁸⁴, acabando por ser aceites apenas quatro dos candidatos.

Sobre o curso, diz: “o meu ano foi particularmente notável em chumbos. Nós entrámos 214 e fomos para o 2º ano 104”¹⁸⁵.

Sobre o Tirocínio, em 1962/1963, aos 23 anos, em Mafra, diz: “nós na Academia Militar aprendemos a ser generais e no Tirocínio vamos aprender a ser alferes”; “ali é bater duro”; “o meu curso fez em Mafra algumas coisas perfeitamente inovadoras, porque tínhamos como instrutor o Santos e Castro, um dos homens que fundou os Comandos, completamente desvairado e que fazia... fez de nós ‘gato sapato’. De maneira que fizemos coisas em Mafra que nunca tinham sido feitas. Ao nível de fogo real, ao nível de exercícios... o salto das camionetas, o mergulho, pá, em ribanceiras, o combate corpo a corpo muito, muito, muito duro, muito acentuado, tudo isso feito sob os auspícios do Santos e Castro, que era completamente doido”. “À guerrilha nada se assemelha. Em termos de treino nada se assemelha porque, vamos lá ver, é evidente que a instrução serve sempre para alguma coisa, dá destreza, mas quer dizer, quando se chegava ao teatro de operações é tudo, é tudo diferente”¹⁸⁶.

Sobre ter existido circulação de fotografias dos massacres de Angola “só não sabíamos aquilo que sabemos hoje sobre eles, não é? Foram patrocinados pelos nossos aliados. Isso não sabíamos”¹⁸⁷.

Terminado o Tirocínio, é colocado no Regimento de Infantaria de Leiria. Seria logo mobilizado para Angola, onde chegaria em setembro de 1963, com 24 anos.

¹⁸² P. 43.

¹⁸³ P. 45.

¹⁸⁴ P. 44.

¹⁸⁵ P. 47.

¹⁸⁶ Pp. 53-54.

¹⁸⁷ P. 57.

Delgado Fonseca

Entra para Academia Militar em 1958/1959 e sai aspirante em 1961/1962. 1961, no 3º ano do curso de Artilharia, “lembro-me bem da coisa da Índia”¹⁸⁸, e mesmo ano, no meio desse período conturbado, “fui recrutado pelo meu professor Criptografia, para uma operação de longa duração de Comandos porque houve uma invasão organizada pelo regime contra a embaixada dos Estados Unidos. E houve...propôs-se a liderar a invasão da embaixada dos Estados Unidos. E com a invasão [da embaixada] dos Estados Unidos, este meu professor, um gajo todo criptográfico, organizou-me num grupo, para a aproveitarmos a confusão da multidão e ir lá dentro sacar ficheiros. E realmente sacámos uma quantidade de ficheiros. Esta foi a minha primeira operação militar”¹⁸⁹. Lembra-se de, na altura, “me passarem a mim, como aluno da Academia Militar, nos passaram a todos, nos quartéis, as imagens mais terríveis dos massacres feitos pelos pretos aos brancos. Digamos, braços cortados e pendurados, cabeças cortas, mulheres empaladas, pá, coisas do género”¹⁹⁰, referindo-se aos massacres do 15 de março de 1961, em Angola.

Fala sobre a sua geração militar, dizendo que “é a geração que agora está o poder [2004], uma parte da geração”, “a geração que apareceu em 1975 é uma geração que foi a que rompeu com o poder, o poder geneticamente reproduzido, hereditário”, “antes da minha geração, era impensável os pobres irem para a Academia”, “de repente aparecem a oferecer tudo”¹⁹¹.

Sobre a sua formação, para além de confirmar a rigidez disciplinar da Academia Militar, diz que “no 3º ano começamos a ter alguma formação de contra-guerrilha, comecei a ouvir falar de emboscadas e golpes, táticas militares diferentes, começamos a experimentar a G-3, novos equipamentos”; “soube mais tarde que alguns oficiais estiveram na Argélia e tiveram contactos fundamentalmente com as Forças Especiais Francesas”; “começou-se a estudar Mao Tsé Tsung, Che Guevara e toda a teoria da guerra revolucionária”, “os comandos das Forças Especiais, sobretudo os Comandos, a foram beber quase

¹⁸⁸ P. 21.

¹⁸⁹ P. 21.

¹⁹⁰ P. 15.

¹⁹¹ Pp. 35-36.

tudo, digamos, a essa tradição”¹⁹². Denota grande admiração por Costa Gomes, “para mim o homem que mais...o único general, verdadeiramente general, que a gente teve em todo este período, pá, para mim, foi o Costa Gomes”, mas considera que sobretudo há muito mais gente relevante em termos de chefia, comando e unidade no terreno, visto que “a guerra colonial é uma guerra de capitães, não é uma guerra de generais”¹⁹³.

Faz o Tirocínio na Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas. Terminado o Tirocínio, em 1962, com 22 anos, é colocado no quartel de Artilharia em Coimbra, “apareci como oficial do Quadro, novinho, acabado de formar, numa unidade de Artilharia, foi um achado, era coisa que já não se via há muito tempo na unidade, de forma que o comandante nem sabia o que havia de fazer comigo, e deu-me liberdade de escolha”¹⁹⁴. Teve funções de instrutor a formandos de oficiais milicianos, deu quatro cursos. Em Coimbra, teve contactos com os movimentos estudantis e outros movimentos da oposição, porque era um “jovem oficial saído da Academia e acabado de terminar o Tirocínio, tive assim uma abertura considerável”¹⁹⁵. Em finais de 1963, vai para o CICA (Centro de Instrução de Condução Auto) da Figueira da Foz, onde fica até julho de 1964, onde ajudava na especialidade de condutores.

Quando estava no CICA da Figueira, abre um concurso para ir fazer um curso no Estados Unidos. Era um curso de *Rangers*. Concorre a esse concurso, ao qual só foram três selecionados, entre uma quantidade de gente candidata. Delgado Fonseca foi um deles. Em julho de 1964, parte para o curso, de três meses e meio, mais um mês nas Forças Especiais americanas. Partilha que foi um “curso muito duro fisicamente e psicologicamente”, fazia “formação de patrulhas de longo raio de ação e infiltração”, “andamos de helicóptero”, era um “curso virado para a guerra convencional, feito essencialmente à noite, nos pântanos da Florida, florestas da Geórgia”¹⁹⁶. Volta em finais de outubro, e é imediatamente canalizado para Lamego, como instrutor de Operações Especiais, dando nove cursos no total. Fica em Lamego até junho de 1966, até ser mobilizado para o Ultramar, aos 26 anos.

¹⁹² Pp. 38-39.

¹⁹³ P. 41.

¹⁹⁴ P. 44.

¹⁹⁵ Pp. 50-51.

¹⁹⁶ P. 52.

Boaventura Ferreira

Identicamente ao seu camarada Albuquerque, matricula-se em 1957, na *Exército*. Completa o 1º ano com sucesso, mas, contudo, nos exames médicos do em 1958/1959, é detetada uma tuberculose. Deste modo, recebe guia de marcha Caramulo, para o sanatório *Grande Hotel*, onde ficou um ano com as despesas pelo Exército “sem fazer nenhum. Só dormir, comer e beber, mais nada”; “primeira classe, farras e tal, noites até às quinhentas. Fumava-se e bebia-se e o raio, estava tudo cheio de tuberculose. Havia lá tipos que morriam com hemoptises...e eh pá, e a malta distraía-se com isso”¹⁹⁷. No ano de 1959/1960, “eles tinham que dar seis meses para consolidar a cura e tal. Mas nós não estávamos curados, eu não estava, pelos menos. Eu nem sabia”. Como nesses dois anos letivos “eu não tinha posto lá os pés”¹⁹⁸, ao abrigo de “um artigo qualquer e quê, lá de uma treta qualquer”¹⁹⁹, é excluído da Academia Militar e vai para Mafra, para o 2º ciclo de oficial miliciano, no ano letivo de 1960/1961. Contudo, Boaventura Ferreira, continua a ter problemas de saúde, e a 5 de outubro de 1960 tem uma hemoptise²⁰⁰, e não vai para Mafra. Em maio de 1961 dizem-lhe que está “apto para todo o serviço militar”, e foi a um médico da sua cidade pedir para que lhe fizesse um requerimento a pedir para voltar para a Escola do Exército, entretanto rebatizada como Academia Militar, “porque eu já estava curado, que eu nessa altura não tinha nenhuma hemoptise, eu já estava curado e não tinha chumbado, não tinha nada. Então ele lá fez o requerimento”²⁰¹, mas o processo foi recusado.

Entretanto, já tinha começado a guerra em Angola, e um amigo que tinha estado com ele no Caramulo escreveu-lhe a dizer “olha, mete o requerimento agora que eles já deixam entrar gente. Agora já nem doutor nem meio”, e “pronto, peguei no papel do ano anterior, tirei-lhe a sabujice que tinha lá, fiz logo o requerimento, mandei para Lisboa, e sim senhora, venha cá para ser inspecionado outra vez, e lá vou eu”²⁰². Por fim, após várias tentativas e contratempos,

¹⁹⁷ P. 38.

¹⁹⁸ P. 39.

¹⁹⁹ P. 40.

²⁰⁰ Hemoptise é a expulsão sanguínea através da tosse, proveniente de hemorragia na árvore respiratória.

²⁰¹ P. 41.

²⁰² P. 41.

Boaventura acaba por entrar na Academia Militar no ano letivo de 1961/1962, para o curso de Infantaria, nas vésperas de fazer 24 anos.

Nesta sua nova etapa, considerada por ele, como mais difícil, “quando fui para a para a Escola do Exército pesava para aí 60 e tal quilos, e quando regressei, depois de de sair do Caramulo e dessas coisas todas, pesava 82”; “e já era outro curso, que era era rapaziada e eu tinha 23 anos, e os outros tinham 18,17,19”²⁰³. Contudo, nunca mais teve problemas físicos, relativamente à tuberculose ou similares, e encontrou um “ambiente de camaradagem, aquela malta começa logo a habituar-se uns aos outros. Nunca tive problemas”²⁰⁴.

Na instrução, sobre a guerra [em África] “eu só tive instrutores que falavam da guerra em Mafra, esses que tinham vindo e já tinham feito uma comissão e apareceram lá em Mafra a dar-me instrução sobre a guerra”; “faziam lá umas emboscadas e tal”; “eles não contavam nada, não contavam nada. Contavam o suficiente, demonstravam o que é que havia de fazer”²⁰⁵. Considera que “o Tirocínio era muito duro, aquilo era muito pior que na Academia. A Academia era estudar e tal, ali era tudo muito...era uma coisa impressionante, era um esforço físico. Tinha que se fazer de tudo, pá”²⁰⁶.

Acaba o Tirocínio em 1964, com 26 anos de idade. Boaventura Ferreira é colocado no Batalhão de Caçadores 10, em Chaves. Aí fica quatro anos em Chaves, até ser mobilizado, em 1968. Em novembro de 1966 é promovido a tenente, e em abril de 1968 é promovido a capitão, aos 30 anos.

Chegou a Chaves como aspirante “e como não havia oficiais do Quadro, fui logo comandar uma companhia. Eu que nunca tinha comandado nada na vida”; “companhia de instrução com 300 e tal tipos”; “os soldados não perguntavam nada da guerra, senão levavam, mas é duas bofetadas logo”; “a relação com os soldados era: ou o gajo fazia o que um gajo queria ou estavam logo tramados”²⁰⁷.

Em 1967 casa-se, em Chaves, com Maria da Purificação Gomes, natural de Mogadouro, professora de em Chaves. Conheceram-se, quando o tenente Boaventura, nos seus tempos livres, vim aos cafés do centro da cidade. Esteve tanto tempo sem ser mobilizado para a guerra, o que era anormal, porque “no meu curso havia um aspirante,

²⁰³ P. 42.

²⁰⁴ P. 44.

²⁰⁵ P. 47.

²⁰⁶ P. 48.

²⁰⁷ P. 52.

que era de Artilharia, e era filho do ministro do Exército, que era o Mário Silva. E, portanto, o que é que acontecia? Isto funcionava assim: o gajo ia lá, chegava a novembro era promovido a alferes; normalmente alferes, um tipo era mobilizado. Pronto, e a gente...quando fui promovido a alferes diz assim: ‘bom, lá vem a mobilização’, mas não veio mobilização nenhum, pá, os gajos o que é que dois anos de alferes e um de tenente, antes de ser promovido a capitão. A gente esteve lá dois anos alferes e não fomos mobilizados. Bom, fomos promovidos a tenentes e digo ‘bom, agora é que vai mesmo’, então modificaram isso e puseram um ano de alferes e dois de tenente, que a gente passou dois em alferes e passou a estar, também, dois em tenentes. Eh pá, tudo isto por causa dele, do filho do Mário Silva “; “foi por isso que estive quatro ano em Chaves”²⁰⁸.

Por fim, em setembro de 1968, aos 30 anos, é mobilizado para a Madeira, para instrução, apenas de um mês, a chamada Instrução de Aperfeiçoamento Operacional, para se preparar para embarcar para a guerra colonial.

Afonso Gonçalves

Sabia perfeitamente quando foi à inspeção militar, se não tivesse entrado para a Academia Militar, teria sido imediatamente mobiliado para fazer o Curso de Oficiais Milicianos para Angola. Como não tinha média de 14 valores do liceu, a mínima para se dispensar os exames de aptidão, teve de fazer esses exames, de Física e de Matemática, na Faculdade de Ciências de Lisboa, para primeiramente garantir a entrada no Curso de Oficiais Milicianos. Inscrito na universidade, só depois é que fez o exame de admissão à Academia Militar. Entra no ano letivo de 1961/1962.

Como gostava imenso de ler, começou a deslocar-se à biblioteca da Academia e começou a ler muitos livros e começou a dedicar-se “a estudar questões militares”. Mas, no 2º ano ponderou a sua saída da Academia porque “comecei a ver como aquilo funcionava, e se calhar aquilo não era exatamente o que eu queria fazer”²⁰⁹, e menciona que os seus pais não estavam de acordo com a sua opção. Apesar disso, a hesitação foi ultrapassada, também muito pela camaradagem criada “pela malta”, “não há organização nenhuma que se

²⁰⁸ Pp. 49-50.

²⁰⁹ P. 50.

assemelhe com estas ligações”. Confessa que, “como não estudava nada, tinha muitos negativas nas provas teóricas, mas nas práticas “era um dos melhores, era imbatível”²¹⁰. Opina que “a Academia Militar não tem propriamente uma ligação direta com a [Guerra da] Argélia, mas os Comandos sim”²¹¹.

Em 1964/1965, faz o Tirocínio em Mafra, Escola Prática de Infantaria, como era norma na Infantaria, enquanto os de Artilharia o deviam fazer em Vendas Novas e os de Cavalaria em Santarém. Após o Tirocínio, explica que havia uma tabela classificativa, e certas pessoas que estão em determinados parâmetros, escolhiam para que unidades queriam ir. Os últimos classificados, iam para as unidades sobranes. Opta pelas Caldas da Rainha, para onde vai em maio de 1965, aos 23 anos. Gonçalves pretendia colocar a teoria de lado e especializar-se ao máximo na vertente prática, e “ao fim de uns quatro, cinco meses, eu não suportava mais aquilo”²¹², referindo-se às Caldas da Rainha, farto de dar instrução, oferece-se para os Comandos e para as Operações Especiais. É admitido no curso dos *Rangers*, em Lamego, nas Operações Especiais, em fevereiro de 1966.

Chega a Lamego como alferes. Entretanto é promovido a tenente em 1967 e promovido a capitão em 1968, com 26 anos, porque “aquilo precisava de capitães”²¹³. Relativamente ao curso dos *Rangers*, “passei por tudo o que lhe pode passar pela cabeça”, “andei de barco no Douro de noite e dia, armado, equipado, fazer patrulhas, usar todas as armas de Infantaria, descer montes e escarpas em *rapel* de qualquer maneira e feitio. [Foi uma] instrução duríssima com chuva, com neve, com um calor infernal”, “pá foi a minha escola”²¹⁴. Posteriormente, como instrutor de Operações Especiais, participa em doze cursos, operando diversificadamente, pois nunca deu a instrução da mesma maneira. Cada curso demorava 11 semanas. A seu cargo tinha oficiais milicianos, sobretudo sargentos, criteriosamente selecionados. Confessa que “desejava profundamente que a guerra não acabasse enquanto lá não fosse, e mais profundamente que não me calhasse uma companhia não-operacional”²¹⁵. Apesar de Gonçalves colocar a teoria de lado, admite ter tido grande interesse por obras literárias

²¹⁰ P. 52-53.

²¹¹ P. 62.

²¹² P. 70.

²¹³ P. 72.

²¹⁴ P. 71.

²¹⁵ P. 79.

de cariz militar, sobretudo desde que ingressou nos *Rangers*, sobre a arte de comandar e a guerra subversiva.

Antes de ir para a guerra, com as informações que chegavam de África, romper com regime, pela “forma como está a correr, está a correr mal, muitas terrorismo ampliado...”, eram os relatos muito negativos de operacionais que regressavam das suas comissões que o fazem pensar assim²¹⁶.

Casa-se em 1967, em Lamego, com Maria da Conceição Gonçalves. Conheceram-se no Porto, quando lá ia passar alguns fins de semana, oriundo de Lamego. Passam a viver como casal na messe²¹⁷ de oficiais, em Lamego.

Feito *Ranger*, afirma que “ainda bem que não entrei nos Comandos, é uma tropa mentalizada para a agressividade”²¹⁸. Quando esteve em Lamego, recebeu várias vezes convites para ir para os Comandos.

Em dezembro de 1968, com 27 anos, parte para Chaves, para o Batalhão de Caçadores 10, para instruir uma companhia para partir para o Ultramar.

António Rocha

Entra para a Academia Militar em 1962/1963, para o curso de Infantaria. Na Academia Militar havia uma cadeira “qualquer coisa Ultramarinos, Estudos Ultramarinos e que, sem dúvida, que estava muito bem estruturada sobre as províncias ultramarinas”, “esses Estudos Ultramarinos não falavam da guerra, são estudos sobre as províncias”²¹⁹.

Sobre a Argélia: “acho que a Argélia vai mais por uma guerra urbana, mais urbana e sem pormenores tão avançados como tinham na guerra subversiva do Ultramar, porque o terreno é totalmente diferente”, “acho que a maneira de combater a guerra subversiva, somos pioneiros mais nós e isso por experiência”, “de certeza que os franceses não passavam o que eu passei, por exemplo, dezoito meses no meio do mato, com um pequeno furo de água, sem ter latrinas”²²⁰.

No ano letivo de 1965/1966, com 23 anos, vai para o Tirocínio em Mafra. “Era diretor do Tirocínio o Eanes, o Ramalho Eanes. Era o Tirocínio D. Cristóvão

²¹⁶ P. 80.

²¹⁷ Espécie de dormitório.

²¹⁸ P. 92.

²¹⁹ Pp. 38-40.

²²⁰ Pp. 42-43.

da Gama.”; “davam-nos cabo do corpo todos os dias, quer em trabalho, quer em ginástica, quer tudo”²²¹. No Tirocínio, começa a contactar com gente que já tinha vindo vindo de África, “claro, era conforme a província em que eles estivessem. Pronto, os da os da Guiné, claro, já sentiam o pior. De Angola, nessa altura já estava mais leve. Já Já havia aquela diferença dos três movimentos e, portanto, dividir para governar. Moçambique, aquilo ainda estava, portanto, um bocado empírico ainda nessa altura. Portanto e aí sempre ainda houve assim uma...um bocadinho mais de controle”, mas até 1969 diz não descreviam as coisas difíceis, “ate 69 não havia essa ideia ainda”²²². Termina o Tirocínio, em 1966, como alferes e começa a dar instrução a Cursos de Oficiais Milicianos, em Mafra.

Relativamente a benesses sobre o atraso da ida para a Guerra Colonial, conta um episódio: “só fomos para o Ultramar como capitães, porque dois cursos antes do meu, havia um filho dum ministro, o Mário Silva, filho do ministro Mário Silva [ex-ministro do Exército]. Porque houve depois, logo a seguir a mim, acabou aí, começam a ir como alferes”²²³.

Com a chegada de Marcelo ao poder, em 1968, “pensámos que a guerra ia acabar, que a coisa ia...mais dia menos dia...porque havia outra abertura”²²⁴.

Em outubro de 1969, com 27 anos, vai para Chaves formar uma Companhia para embarcar para o Ultramar, do Batalhão 2908.

Castro Carneiro

Começa o seu percurso na Academia Militar em 1964/1965 e escolhe Infantaria. Os exames de admissão passavam pela inspeção médica, provas físicas e provas teóricas, das quais, um teste de Português, História e Matemática

No seu ano, diz que entraram “130 e poucos elementos”, e explica como funcionavam os três anos de estudos na Academia Militar. O primeiro ano “era o chamado ano geral. De cadeiras todas teóricas e não relacionadas de algum jeito com a vida militar”; no segundo ano, “portanto, no final do primeiro ano e em função das classificações, escolhíamos as Armas para que queríamos ir, com exceção daqueles que ao início foram logo para Engenharia. Os engenheiros começavam logo a ter aulas

²²¹ P. 47.

²²² P. 55.

²²³ P. 49.

²²⁴ P. 57.

separados”²²⁵. O segundo ano “de Infantaria/Cavalaria são comuns. Portanto, para Infantaria e Cavalaria só se separam no terceiro ano. Seríamos 30 e poucos neste “Neste segundo ano começam as cadeiras propriamente militares. Sei lá, Tática Topografia, Organização do Terreno, Armamento, Motores, já tem realmente a uma formação específica para um oficial de Infantaria”²²⁶. A avaliação fazia-se sempre por exames, e havia trabalhos de grupo e trabalhos de campo. Por fim, “no terceiro ano éramos 32 na Academia, talvez. De Cavalaria, seis, e o resto Infantaria”; no terceiro ano “toda a gente tinha História, Geografia e Estratégia”; “na cadeira de Estudos Ultramarinos ou uma coisa qualquer assim, realmente procuravam ensinar, a guerra já tinha começado e tal”²²⁷.

Fala do seu percurso abertamente, “na cadeira de Táticas tínhamos instrução tática de Infantaria para além, portanto, do aspeto teórico, que eu também vim a ser professor, havia depois, portanto, aulas práticas é evidente que nos eram dadas por capitães, portanto, homens que estavam a vir das colónias, homens que estavam mais que dentro de tudo e mais alguma coisa”²²⁸; havia “exercício físico todos os dias, normalmente de manhã. A exigência física ia aumentando com os anos”²²⁹; e admite que “o primeiro ano foi complicado, porque as matérias são sempre teóricas e quando um gajo entra para ali, julga que vai, pronto, começar logo aos tiros para todo o lado e quando levam com a Matemática em cima, aquilo abana um bocado”; “portanto, o primeiro ano é realmente um ano difícil e obriga a uma adaptação grande”; “por outro lado, a atividade física também é muita e muito embora eu fosse um gajo que estava habituado a praticar desporto e não sei quê, e não sei que mais, mas a verdade é que lá as coisas ‘piavam mais fino’ um bocado”²³⁰. Face ao desenrolar da guerra, e ao desgaste acumulado do regime e do conflito, “a afluência para a Academia Militar foi diminuindo ao longo dos tempos. Até chegamos a ter cursos de 4 ou 5 no 25 de abril”²³¹.

Em 1966/1967, começa o Tirocínio, que “é como o próprio nome indica, é colocar na prática aquilo que a gente aprendeu na teoria”; “o tirocínio é de uma

²²⁵ P. 31.

²²⁶ P. 33.

²²⁷ P. 35.

²²⁸ Pp. 35-36.

²²⁹ P. 38.

²³⁰ P. 41.

²³¹ P. 37.

violência física incalculável”; um alferes comanda um pelotão “e é isso que a gente aprende no Tirocínio, isso e os aspetos mais práticos”²³². Explica que uma secção tem dez homens; três secções representa um pelotão; três pelotões representam uma companhia; e três companhias representam um batalhão, mas “isto é uma ideia geral, que isto não é de régua e esquadro”²³³.

Antes de embarcar para Angola, em 1967, fica colocado na Escola Prática de de Infantaria, em Mafra, “mas fomos rapidamente embora”²³⁴.

Sem dúvida, a Arma predominante do Exército é a de Infantaria, havendo apenas um militar em Artilharia. No entanto, os outros Ramos das Forças Armadas Portuguesas também foram ponderados por alguns destes militares. Primeiramente, Boaventura Ferreira queria ir para a Força Aérea e Gaspar Borges para a Marinha, mas por diferentes motivos, acabaram por optar pelo Exército. Delgado Fonseca, no final do seu 1º ano, concorreu à Força Aérea, mas acabou por chumbar nos exames de admissão, e Gaspar Borges, no seu 3º ano concorreu aos para-quedistas, mas não foi aceite por questões internas do Exército.

No ano letivo de 1957/1958, António Albuquerque e Boaventura entrariam na EE e, em 1963/1964, Castro Carneiro, por último, entraria na rebatizada Academia Militar²³⁵. Chegados à AM, tiveram contacto com uma nova realidade, tanto que, Afonso Gonçalves e António Albuquerque, em determinado momento, admitem terem questionado a sua continuidade na AM, mas as dúvidas foram ultrapassadas e acabaram por ficar.

Relativamente à formação, os primeiros a entrar na AM, casos de António Albuquerque e Boaventura Ferreira, admitem terem tido conhecimento que alguns oficiais portugueses foram estagiar e buscar conhecimentos à Guerra da Argélia. Mas, em algum momento, nenhum dos sete militares entrevistados, assume que a instrução da AM tem ligação direta com os procedimentos da Guerra da Argélia. António Albuquerque, diz que se falava dos aspetos políticos, e não dos militares, e admite não se lembrar de ter tido qualquer preparação para a guerra de subversão; Afonso Gonçalves, por sua vez, diz que os Comandos é que teriam ido buscar influências aos

²³² Pp. 43-44.

²³³ P. 43.

²³⁴ P. 51.

²³⁵ Consultar quadro II.

militares franceses; e António Rocha, considera que os portugueses é que foram os verdadeiros pioneiros no combate à subversão, dizendo que os franceses não passaram por aquilo que os portugueses vivenciaram nas suas colónias africanas.

Todos eles falam do gradual aumento da dureza e exigência, tanto teórica prática do curso, com ponto alto no ano do Tirocínio. Com anos de entrada díspares, a sua formação na AM, apesar de homogénea, acabaria por ter particularidades no percurso individual dos militares.

Quanto à formação obtida nos 3 anos da Academia Militar, Castro Carneiro, o último dos sete entrevistados a entrar na Academia Militar, em 1964/1965, elucida-nos como este percurso era elaborado: o primeiro ano, de carácter geral, abrangia cadeiras teóricas e não relacionadas com a vida militar; no segundo ano começavam as cadeiras propriamente militares; e no terceiro, procurava-se ensinar a guerra. De ressaltar, que nenhum dos mais antigos, António Albuquerque e Boaventura Ferreira, afirma ter recebido nos três anos da Academia Militar formação direta para a guerra subversiva. Apenas Delgado Fonseca, de Artilharia, assegura ter tido formação de contra-guerrilha no 3º ano da AM. Quanto aos restantes, admitem que, no ano do Tirocínio, a partir de determinado momento, quando os primeiros oficiais começam a regressar das suas primeiras comissões em África, começam a ter algum contacto através dos relatos destes sobre a realidade da guerra do Ultramar, bem diferente da guerra convencional.

Gaspar Borges, no seu ano de Tirocínio, acabaria por ter Santos e Castro, um dos futuros fundadores dos Comandos, como seu instrutor. Confessa que esta instrução era duríssima. Delgado Fonseca, a par de Afonso Gonçalves, acabariam por tirar o curso de *Ranger*, o primeiro tendo sido selecionado numa das três vagas para uma formação com as Forças Especiais norte-americanas, e o segundo nas Forças Especiais de Lamego por ter muita perícia na vertente prática e por querer especializar-se neste aspeto. Afonso Gonçalves, apesar de ter sido alvo de vários convites para tirar o curso dos Comandos, rejeitou sempre. Admite ter desejado profundamente ir para a guerra e não queria que esta acabasse sem ter experimentado o combate real. Castro Carneiro, admite que teria sido iludido que ia andar aos tiros desde o primeiro dia na AM, mas teve de ter formação adequada para tal.

Em 1961, encontrando-se já inscritos na AM aquando dos massacres em Angola praticados pela UPA, Delgado Fonseca e Gaspar Borges afirmam que os seus superiores lhes passaram fotografias das vítimas portuguesas, talvez com o intuito de lhe ser inculcado o ódio aos rebeldes por terem atacado populações indefesas.

Terminado o duro ano do Tirocínio, estes militares são colocados em unidades diferentes à espera da mobilização para o Ultramar, salvo António Albuquerque, que é mobilizado junto do primeiro contingente militar a partir para Angola.

Quadro III – Tirocínio: o ano de estágio

Nome	Ano letivo do Tirocínio (4º ano)	Idade
António Albuquerque	1960/1961	22
Gaspar Borges	1962/1963	25
Delgado Fonseca	1962/1963	22
Boaventura Ferreira	1963/1964	26
Afonso Gonçalves	1964/1965	23
António Rocha	1965/1966	24
Castro Carneiro	1966/1967*	23

Obs: elaboração própria

*curso especial

2.2.4 - Percurso na Guerra Colonial

O ponto 4 deste capítulo, reger-se-á fundamentalmente sobre as experiências de cada um dos entrevistados em território africano, desde o momento em que terminam o Tirocínio e são mobilizados para sua Comissão. Iremos apresentar a sua visão do conflito, sobre o regime, sobre o sistema colonial, sobre os guerrilheiros, sobre a tropa portuguesa e sobre as missões/objetivos com que se regiam no quotidiano militar.

António Albuquerque

Casa-se por procuração em fevereiro de 1961, mas, um mês depois, a esposa viria a falecer em Luanda, vítima de um edema pulmonar. A mãe falece poucos meses depois. Em março desse mesmo ano, é operado a uma fístula, e quando volta da recuperação, “já cá não estava ninguém do meu curso, já tinha tudo sido mobilizado para Angola”. A guerra em Angola tinha rebentado, tendo sidos enviados os primeiros

contingentes militares como resposta aos massacres de 15 de março. Os seus camaradas foram de barco, e ele acabaria por ir mais tarde, de avião, fazendo escala na Nigéria, e “não podíamos mostrar quem éramos, tínhamos de ir à civil”²³⁶, conseguindo chegar ainda primeiro que os seus camaradas a Angola.

Enviado em plena crise dos pós-massacres, em abril de 1961, “fiz parte dos primeiros dois batalhões. Havia o 88 e o 92, eu fui do 92, o primeiro”²³⁷. Vai ocupar a quadrícula da zona de Sanza Pombo, perto da fronteira do Zaire, zona de forte atuação da UPA. O objetivo “era desbravar o máximo de terreno e chegar o mais rapidamente às populações da quadrícula”. Tem contacto com algumas emboscadas, quando avançavam para chegarem às populações²³⁸. Foi enviado como alferes, “mas fui eu que praticamente comandeie a companhia porque o capitão encostava-se, era amigo do comandante, e, portanto, tinha eu de andar sempre com isto. Com 23/24 anos, isto deu-me uma certa bagagem, digamos, para a vida futura”²³⁹.

Sobre a sua opinião da guerra, “portanto na altura um indivíduo que é alferes – aspirante ainda, que eu fui promovido a alferes na altura em que sou mobilizado - não tem uma ideia bem formada, penso que politicamente eu não estava bem formado”; “tenho a certeza que aprendi com a vivência ao longo dos anos”; “as cúpulas nunca dão o corpo ao manifesto, estão para lá nos seus gabinetes”, e confessa que, já a partir do fim da 1ª comissão, em 1963, começa a pensar que “isto é uma causa perdida”; e “muita gente já falava disso, à boca cheia”²⁴⁰.

Falando um pouco sobre os colonos em Angola, “fiquei com má impressão deles”, porque os colonos tentavam influenciar os soldados “com o intuito de defender os interesses, única e exclusivamente deles”; “é por isso que quando eles veem que não conseguem os objetivos, começam a dizer que os oficiais e os sargentos vão para lá para se governar e para enriquecer”²⁴¹.

Nesta sua 1ª comissão, a companhia que comandava sofreu vários rebentamentos de minas em jipes, provocando, num caso, doze mortos, noutro,

²³⁶ Pp. 26-27.

²³⁷ P. 27.

²³⁸ P. 37.

²³⁹ P. 37.

²⁴⁰ Pp. 38-39.

²⁴¹ Pp. 43-44.

cinco mortos, noutro três, entre outros, com feridos. Esta comissão é de dois anos, de abril de 1961, a abril de 1963. Na parte final, estava em Ambriz, costa Norte de Angola. No fim da 1ª comissão é promovido a tenente, alguns meses após ter regressado a Portugal.

Terminado o período da 1ª comissão, vem para Luanda, e de Luanda embarca para embarca para Lisboa, de barco. Chega a Lisboa, onde se faz um desfile, “pomposo, pelos dois primeiros batalhões a chegarem de Angola”²⁴². Poucos dias depois parte de comboio para Vila Real, para onde vai gozar as férias. Findas as férias, que tinham a duração de um mês após o término da Comissão, é colocado no Regimento de Infantaria 15, em Tomar, “mas era destacado todos os meses para Lamego, primeiro para fazer o curso dos *Rangers*, fiz parte do primeiro, e depois para dar instrução técnica a oficiais, capitães, majores, tenentes-coronéis, nós é que dávamos a instrução a eles porque tínhamos outros conhecimentos de lá”²⁴³.

Aborda o tema do consumo de bebidas alcoólicas, durante a guerra: “penso que toda a gente deve estar com lesões no fígado desse tempo, a jogar as cartas era uma garrafa [de Constantino²⁴⁴] para quatro”; “porque era para a guerra, ia tudo”; “a malta com 21, 22, 23 anos, quer dizer, não se apercebem”²⁴⁵.

Volta a casar-se em março de 1964, com 25 anos, nas vésperas de partir para a 2ª comissão, com Maria Eduarda Sereno, natural de Matosinhos. Desse casamento, nascem quatro filhas. Nesta 2ª Comissão, para a qual é mobilizado em abril/maio de 1964, leva a sua mulher, que acabará por ficar em Luanda, local onde ia ter com ela “uma vez por mês ou de quinze em quinze dias”²⁴⁶.

Nesta 2ª comissão, em Angola, é mobilizado para Quipedro, a norte de Nambuangongo. Diz que teve “situações complicadíssimas, complicadíssimas” em situações de gerência de pessoal, nascimentos de filhos, stress de guerra, alucinações, dependência de medicamentos; “os médicos eram figuras muito importantes”²⁴⁷; “a minha preocupação na instrução sempre foi preparar o pessoal para o ataque e para a defesa, mas principalmente para a defesa. O pessoal quanto mais bem instruído for, menos baixas sofre”; “eu vi que ao fim do primeiro ano, a guerra estava perdida.

²⁴² P. 47.

²⁴³ P. 53.

²⁴⁴ Brandy Constantino.

²⁴⁵ P. 49-50.

²⁴⁶ P. 56.

²⁴⁷ Pp. 50-51.

Portanto, mas eu sabia que era inevitável, porque não havia hipótese de fazer o 25 de abril em 63”²⁴⁸.

Sobre operações militares, afirma que estas ficavam a cargo dos “Comandos e os Para-quedistas, isso já são tropas mais destacadas para o Essencialmente a nossa tropa foi sempre uma tropa de quadrícula, uma tropa ter de ocupar e manter uma determinada zona”²⁴⁹. Na 2ª Comissão, partiu como tenente, com ordens de comandar a companhia, “mas acabam por me promover a capitão pouco tempo depois de chegar”²⁵⁰ ao terreno.

Destacado para Quipedro, norte de Nambuangongo, fica lá dezoito meses seguidos, de maio/junho de 1964 a janeiro/fevereiro de 1966. Nesta zona havia “grande presença da FNLA”; “mais importante nestas missões era essencialmente aguentar a quadrícula, patrulhas normais, e havia operações. Atenção, nós tínhamos que manter a quadrícula. Operação do setor, as chamadas operações do setor em que podia vir companhia de Comandos, Para-quedistas, faziam ali, e tal ,as operações. Pelo menos, que me lembre, nunca houve nada de especial”²⁵¹. É neste período que rebenta a guerra na Guiné e Moçambique, e “as conversas começam a ser mais pessimistas e negativas”, “isto é uma causa perdida, isto é uma causa perdida”²⁵². Partilha que nestas duas primeiras comissões, não tem contacto nem recebe informações de agentes da PIDE, o que acontecerá só na sua quarta comissão, novamente em Angola.

Em 1966, regressa de barco a Portugal e é colocado em Chaves, no Batalhão de Caçadores 10, durante dez meses. Depois é repescado para o Quartel-General da Região Militar do Norte, no Porto, onde fica dois meses.

Na 3ª comissão, em 1967, é mobilizado para Moçambique, com passagem por Lourenço Marques e, depois, enviado para Porto Amélia. Substitui um capitão no comando de uma companhia em Quitrajo, perto de Mocimboa da Praia, “que na altura era a zona má”²⁵³. Para Moçambique, de barco, a viagem terá demorado três semanas.

²⁴⁸ P. 54.

²⁴⁹ P. 55.

²⁵⁰ P. 56.

²⁵¹ P. 59.

²⁵² P. 60.

²⁵³ P. 65.

O objetivo, em Quitrajo, era manter a quadrícula, fazer patrulhas normais, praticar guerra psicológica, “a mesma história”²⁵⁴. Partilha que durante as comissões “nunca tive capturas de prisioneiros”, “mas andei com prisioneiros que me foram entregues por outras operações”²⁵⁵. Mais uma vez, dá ênfase a que a companhia que comandava não era uma tropa ofensiva. Nesta zona, em Moçambique, apenas “éramos o apoio logístico das forças de intervenção, os Comandos e os Para-quedistas. Deixava-os dormir, dava-lhes comida e eram lançados de avião ou helicóptero e eram recolhidos depois”²⁵⁶. Acaba por não ficar com esta companhia toda a sua 3ª comissão, porque, quando lá chega, a companhia já tinha onze meses de guerra e o capitão Albuquerque só fez 13/14 meses nessa companhia. A seguir é colocado em Inhambae, no Norte de Moçambique. Aqui, fica como oficial de informações, “tinha mesmo um quartel e tudo”²⁵⁷. Afirma que nesta Comissão não teve mortos, apenas feridos. Na altura da nomeação de Marcelo Caetano para Chefe do Governo, “houve um grupo de oficiais que teve esperança”; “contudo não se achou que fosse haver grande mudança”²⁵⁸. Regressa a Portugal da 3ª comissão em maio/junho de 1969.

No verão de 1970 parte para a 4ª comissão, para Luanda, zona do Luso, no Comando Militar Leste. A viagem para Angola foi feita de barco. Interrompe esta comissão e volta seis meses antes do seu fim para tirar o curso de Estado-Maior, feito em Pedrouços, no Instituto de Altos Estudos Militares. Nunca chegou a tirar o curso, porque um forte esgotamento não o permitiu. Fora esse esgotamento, que favorecera a sua vinda precoce para Portugal para frequentar o curso de Estado-Maior: “foi a gota de água no copo que está cheio, já são quatro comissões, e eu pelo menos a partir da 1ª comissão começo a andar contrariado”²⁵⁹.

Nesta 4ª comissão, a sua função era de adjunto de Repartição de Informações, “um trabalho completamente diferente ao anterior, a que eu me adaptei”. “Por excesso de trabalho nessa Comissão ganhei um esgotamento”, aliado ao facto de já ser a 4ª comissão, e desde o final da 1ª “começo a andar contrariado, a desenvolver um serviço que eu penso que não estava correto”; “a minha bagagem militar foi muito enriquecida e talvez por isso motivo os chefes da zona militar de Leste reconheceram em mim

²⁵⁴ P. 65.

²⁵⁵ P. 66.

²⁵⁶ P. 68.

²⁵⁷ P. 69.

²⁵⁸ P. 73.

²⁵⁹ P. 89.

qualidades para me indicarem, recomendarem para tirar o curso de Estado-Maior, que era um curso de elite, entre aspas”; “em termos militares tinha que ter a informação do inimigo, fazer o estudo dos relatórios de interrogação de prisioneiros, recebia informações – e agora aqui é que entra a PIDE/DGS – que mandam muitos relatórios que tinham de ser trabalhados”²⁶⁰. Falando de torturas ou maus tratos de prisioneiros por parte da PIDE, diz que “nunca vi, mas não tenho a mínima dúvida de que havia tortura nos interrogatórios”; “penso que era um assunto tabu”²⁶¹.

Aos dezoito meses, em outubro de 1972, aos 33 anos, dão-lhe por concluída a 4ª comissão, e vem para Portugal para tirar o curso de Estado-Maior, que acaba por abandonar face ao esgotamento. Devido à sua incapacidade operacional, é-lhe passada uma baixa médica até ao final do ano.

Gaspar Borges

Chega a Angola em 1963, com 24 anos. A viagem demorou cerca de 12 dias de barco. Ficou em 2º lugar no concurso de “tiro a bordo” durante a viagem; “a cowboiada, pá, a cowboiada foi uma coisa impressionante”²⁶².

Nesta 1ª comissão, Borges era alferes, e as suas funções eram as de adjunto de informações que “coadjuva o oficial de informações, cujo principal trabalho é, é trabalhar toda a documentação e material apreendido ao inimigo”²⁶³. Trabalhava toda a documentação e material apreendido ao inimigo, no sentido de estudar os conhecimentos, táticas e hábitos, todo o tipo de informações que pudessem ser úteis. É colocado em Nova Lisboa “onde conheci a minha mulher, com quem acabei [por] casar, não nessa altura, só depois”²⁶⁴. Também acabaria por ficar destacado nos Dembos e no Luso, sempre pelo Norte de Angola. Apesar de trabalhar nas informações, “nunca gostei de trabalhar em cooperação com a PIDE. E, se essa cooperação existia, não era ao nosso nível”²⁶⁵.

Em julho de 1964, em plena comissão, “sou promovido a tenente para quê? Não é por ter os olhos verdes que eu saio do Luso. É porque eles promovem-nos a

²⁶⁰ Pp. 78-79.

²⁶¹ P. 82.

²⁶² P. 59.

²⁶³ P. 64.

²⁶⁴ P. 62.

²⁶⁵ P. 69.

tenentes, mandam-nos a Portugal para sermos novamente mobilizados. Como capitães”²⁶⁶. A partir daqui, no terreno, começa a comandar um dos quatro pelotões da Companhia.

Como comandante de um pelotão, fez “muitas, muitas operações, com muitos muitos êxitos, com muitos êxitos. Operações de interceção na fronteira do Congo. A nossa ação era, mais ou menos... eram quase sempre emboscadas que nós montávamos à passagem de grupos”; “(...) fez-se fogo, pá, durante a noite, para o sítio, os gajos cavaram, deixaram 400 quilos de medicamentos”²⁶⁷. Zona de atuação da FNLA. Sobre estas suas primeiras operações diz: “sentia-me bem. Era um gozo, pá. Eu era um gajo que me dava bem com essas coisas”²⁶⁸. Assume diretamente que chegou a matar guerrilheiros.

Em agosto de 1964, volta para Portugal, e é colocado em Beja, onde fica até fevereiro/março de 1965. Depois é transferido para o Regimento de Infantaria 10, em Aveiro.

Em agosto de 1965 é promovido a capitão, e em dezembro de seguinte casa-se com Maria Elsa Borges, em Braga.

Em março de 1966 para Moçambique, para a sua 2ª comissão. Vai sozinho, sem Companhia. “Fui destacado para uma companhia indígena, dum batalhão que estava em Nova Lamego”, na província do Niassa, no norte de Moçambique²⁶⁹.

Nesta comissão, o objetivo “principal era o serviço de patrulhas ao caminho-de-ferro, porque havia uma linha de caminho-de-ferro que ia de Nampula até ao Catur. O Catur era a estação que ficava a seguir à minha, a minha era a penúltima da linha”; “e então nós fazíamos as escoltas aos comboios e era a principal atividade. A guerra na minha área era de baixa intensidade”²⁷⁰. Para além destas patrulhas, também fez “operações e uns ataquezecos e umas coisas. Mas de baixa intensidade”²⁷¹. Teve dois mortos nas patrulhas, nas operações de escolta de comboios, devido a emboscadas.

Durante esta comissão captura alguns prisioneiros da FRELIMO, e assegura que “nós [militares] éramos extremamente humanos no tratamento dessa gente”²⁷².

²⁶⁶ P. 72.

²⁶⁷ P. 74.

²⁶⁸ P. 76.

²⁶⁹ Pp. 85-86.

²⁷⁰ P. 86.

²⁷¹ P. 89.

²⁷² P. 94.

De meados de 1967 até abril de 1968 vai para Boane, dirigir recrutas, na escola onde se formavam os soldados indígenas em Moçambique. Ficava, “sei lá, a 30 km de Lourenço Marques. No caminho para a fronteira com a África do Sul”; “os que saíam daquele coiso era com algum esforço. Conseguiam, mas não era geral”²⁷³.

Sobre a vida colonial, afirma que “os colonos viviam muito bem e os negros muito mal, obviamente. Claro que havia casos, há casos e casos, mas na era assim que acontecia. E que... a revolta não é por acaso. Que ela acontece”. “No início da guerra colonial as tropas foram recebidas em África com apoteoses. Quando a tropa começou a meter o nariz em determinadas coisas que alteravam o estatuto dos chamados ‘colonos’, aí os gajos começaram a aliviar a tropa”; “havia o monopólio do algodão, havia o monopólio do milho. O desgraçado do preto não podia comerciar o seu algodão como quisesse, havia campanhas de algodão (...) bem, para além do trabalho forçado”; “e então a tropa começou a atuar nessas campanhas e a fiscalizar essas campanhas (...) aí os gajos começaram a coiso, e então começaram as campanhas contra nós, pá”; “havia a intenção de nos espezinhar e de conspurcar a nossa imagem junto da população. O que continua a ser uma realidade”²⁷⁴.

No termina desta comissão, em maio/junho de 1968, é colocado no Regimento de Infantaria, em Aveiro.

Em outubro de 1969, aos 30 anos, parte para a Guiné, para a 3ª comissão. Sabendo de antemão da sua mobilização, dá instrução à sua companhia, em Chaves durante 3 meses, e mais 1 mês em Espinho. O capitão Borges seria o futuro comandante de uma Companhia de Comando e Serviços.

Até à Guiné, fez a viagem de barco durante uma semana. Chegado a Bissau, faz “uma viagem complicada, pá, complicada porque era perigosa. Até ao Leste, até Nova Lamego”; “normalmente era-se atacado nas margens”; “aquilo metia-me um bocado de cagaço”²⁷⁵. Questionado se havia muita diferença entre os três teatros de operações, responde afirmativamente. Na Guiné “os gajos [são] tecnicamente mais evoluídos nas técnicas de guerrilha, o próprio armamento. E

²⁷³ Pp. 96-97.

²⁷⁴ Pp. 99-100.

²⁷⁵ Pp. 109-110.

depois tudo se passava num terreno muito difícil. A Guiné é um terreno muito difícil, de um modo geral, porque “tem regiões pantanosas, maus itinerários, péssimos itinerários. E floresta também muito densa em determinados locais”²⁷⁶.

Como comandante da companhia, tem “um pelotão de defesa imediata do quartel, quartel, um pelotão de reconhecimento e informação, um pelotão de sapadores que trata da logística, de um modo geral, não só do comando como também da companhia de serviços”²⁷⁷.

Fica em Nova Lamego cinco meses. Seria transferido para Canjadude. Aqui “a gente vivia lá em abrigos subterrâneos”; “uma maluqueira do ca*****”²⁷⁸. Acaba por ficar em Canjadude “uns três meses”²⁷⁹, até julho de 1970. O capitão Borges escreve ao chefe de Estado-Maior da Guiné, Rúben de Andrade a queixar-se de se ter mudado de Nova Lamego para Canjadude, por causa de uma provável cunha, sentindo-se lesado por “ter gasto não sei quantos meses a treinar o batalhão para perder a sua unidade”²⁸⁰ em Nova Lamego. Acaba por ser atendido, e Borges é colocado em Bissau para ocupar um lugar na Repartição de Informações do Comando-Chefe, mas apenas em outubro/novembro de 1971. Aqui tratava do “conhecimento do inimigo. Quer de individualidades, quer das técnicas, quer das táticas, quer o material que usa”²⁸¹; “no meu caso havia outra coisa que eu trabalhava que eram as interceções de... a escuta, de rádio”²⁸².

Em Canjadude, diz que teve “uma estadia agradável, muito agradável, apesar de a gente viver debaixo da terra, pá, em bunkers, pá, à prova de tudo e mais alguma coisa”; “eu comandava um autêntico exército (...) [a] minha Companhia eram 200 e muitos homens, tinha também uma companhia de milícias. Portanto, milícias guineenses”²⁸³. “Eram uma companhia muito boa, com imensas condecorações. Gente...; cruces de guerra, pá. Tinha 9 ou 10, já não sei bem, cruces de guerra no conjunto daquela gente, o que é notável”; “eram ótimos guerreiros”²⁸⁴. “Nunca chegámos a capturar prisioneiros. Como lhe disse a companhia era muito boa e tinha uma fama operacional... e ali tudo se

²⁷⁶ P. 111.

²⁷⁷ P. 112.

²⁷⁸ P. 113.

²⁷⁹ P. 115.

²⁸⁰ P. 116.

²⁸¹ P. 128.

²⁸² P. 131.

²⁸³ Pp. 116-117.

²⁸⁴ P. 119.

sabia”; “aquilo eram soldados praticamente profissionais. Eles não faziam outra coisa”²⁸⁵

Na Guiné, os ataques eram “violentos aqui da nossa tropa” sobre com apoios da aviação fortemente armada e de artilharia. Mas os operacionais do PAIGC evacuavam sempre e mandava-se a Companhia indígena de caçadores atrás destes²⁸⁶.

Sobre a PIDE na Guiné, “ela estava presente, mas não era ao nosso nível trocavam cumprimentos”; “não pense que a gente vivia à custa da PIDE”; “os gajos tinham ciúmes porque não dominavam tanto quanto queriam”; “na Guiné não havia diamantes”²⁸⁷. Sobre interrogatórios a prisioneiros, face a esta sua função, acabou por fazer alguns. “Nós somos boas pessoas, pá. Não entramos naqueles delírios que às vezes contam”²⁸⁸. Nunca havia recebido formação específica para tal. Questionado sobre se a PIDE recorria métodos de tortura, responde “é suposto que sim”²⁸⁹.

Borges recorda que: “eu trabalhei no tempo do general Spínola. E com ele [a Guiné] melhorou muito. E se não melhorou mais foi porque realmente a Guiné era muito difícil, a Guiné era extremamente difícil. O terreno, os charcos, a água, as marés, o raio que parta, pá, tudo isso complicava o desenrolar normal das operações, mas efetivamente, o tempo em que eu lá estive houve melhorias”; “e depois aquilo começou a piorar porque, entretanto, começaram a deitar os aviões abaixo com aqueles mísseis, com o *Strella*, com as minas aquáticas, o que dificultava muito o abastecimento às unidades, no Sul. O Sul era terrível”. “A Guiné era muito diferente, muito diferente. Para já nós éramos poucos, não é, portugueses, poucos. Depois, aquilo, os gajos são muçulmanos, não é, ao contrário dos angolanos, os angolanos são católicos ao contrário da maioria dos moçambicanos que também são católicos, são praticamente... da Beira para cima é que os gajos são mais muçulmanos. E por isso mesmo são muito diferentes, não é? Eles são muito diferentes de nós”²⁹⁰.

²⁸⁵ P. 120.

²⁸⁶ Pp. 121-122.

²⁸⁷ P. 133.

²⁸⁸ P. 135.

²⁸⁹ P. 135.

²⁹⁰ Pp. 142-144.

Socialmente, na Guiné “a gente ia ao Clube Militar e juntava-se. Na messe. Tinha piscina... havia um cinema, sei lá, duas vezes por semana, ia lá ver os filmes e tal. Ou então comia umas barrigadas de ostras, porque na Guiné há muitas ostras, pá”²⁹¹.

Em novembro de 1971, com 32 anos, volta para Portugal, e é colocado no Centro Centro de Instrução de Condução Auto, do Porto. “No CICA fui fazer aquilo que faz um faz um capitão. Comandar uma companhia de instrução. Entretanto, estou nomeado... vou fazer uns estágios no estrangeiro sobre as matérias que se ensinavam no CICA. E nesse contexto fui à França, fui à Inglaterra e fui à Alemanha”; “designamos que era uma visita de estudo”²⁹².

Delgado Fonseca

Em junho de 1966, é mobilizado para Timor, aos 26 anos. Antes disso, casa-se com Maria da Conceição Sampaio, natural de Lamego, em de fevereiro de 1966.

Quando termina a formatura da sua companhia é promovido a tenente, ainda em Portugal, antes da partida para Timor e, após um ano mobilizado, é promovido a capitão. Primeiramente era para ser mobilizado para a Guiné, mas, no final da formação da companhia, é que alteram a ida para Timor. “A minha companhia era magnífica, preparada para a guerra a sério. Enfim, fui para Timor onde não havia guerra”²⁹³. Ficou estacionado em Maubisse, Dili, nas montanhas timorenses. A viagem durou um mês de barco. As suas funções eram, sobretudo, dar formação a tropas portuguesas e indígenas.

Finda esta comissão, volta em junho de 1968 para Lamego.

Ainda sobre a Academia Militar e a Guerra Colonial, “o facto de ir para a guerra, ir para a tropa, para uma enorme quantidade de jovens eram um ato libertador extraordinário”, “sair lá das aldeias onde nunca tinham visto um comboio e vir para a tropa, abrem-se novas perspetivas”; “era uma aventura em que a maior parte embarcava com relativa facilidade”. “A maior parte dos homens que fizeram guerra no Ultramar, nunca sentiram na vida tanta liberdade como quando estiveram em Angola, Moçambique ou na Guiné”, “liberdade de fazer as coisas, sentir liberdade social, sentir-se à vontade”²⁹⁴.

²⁹¹ P. 147.

²⁹² P. 151.

²⁹³ P. 63.

²⁹⁴ P. 59.

No Outono de 1969 recebe ordens para ir formar companhia em Viana do Castelo para partir para Angola. Vai de navio para Angola, a viagem dura cerca de duas semanas, e desembarca no Grafanil, Luanda. Aos 29 anos, é destacado para Calunda, e por lá fica de dezembro de 1969 até ao Verão (europeu) de 1971, com um destacamento nos últimos 6 meses em Malange. Estava em território da frente Leste, ativada pelo MPLA.

A sua Companhia era extremamente operacional, “tinha um comando direto do comando chefe, no Leste de Angola. Recebi ordens diretas do gabinete do Costa Gomes para as operações que fizemos”²⁹⁵; “em Angola, o mínimo que comandeï, pá, foi 800 homens”²⁹⁶. “Tivemos uma companhia muito organizada, nunca tive problemas internos nenhuns, toda a gente cumpriu as missões o melhor possível, tão bem que felizmente, apesar das inúmeras cenas de guerra propriamente dita, tive três feridos”²⁹⁷. Fez, sobretudo, muitas operações de controlo de zona, de região, de forma a controlar as populações e as movimentações do inimigo.

Numa operação em que fez cerca de 120 km a pé, com o objetivo de “entrar nos acampamentos pelo caminho deles, da Zâmbia para cá [isto é, Angola]”; “desmantelámos dois agrupamentos, pá, tivemos algum sucesso, não muito, em termos de mortos e feridos, apanhámos as armas, mas a verdade é que não houve ocasião para apanhar prisioneiros e também não fizemos muitos mortos”; “o outro grupo de combate que tinha ido por outro itinerário fazer o cerco pelo outro lado, foi emboscado”²⁹⁸. No final desta operação “acabámos os nossos 250 km de marcha com 5 rações de combate em 8 dias de operação. Fomos parar a um quartel dos Fuzileiros, num vale, e depois regressámos à companhia”. A operação contou com “3 grupos de 35 Grupos Especiais” (ou TE’s – Tropas Especiais), recrutados na zona, “pronto, serviam-nos de guias, acompanhavam-nos, serviam de intérpretes, etc. E normalmente conheciam muito bem o terreno”²⁹⁹. No quartel onde ficou instalado, *Forte República*, tinha “telhado de zinco, paredes de tijolo, pá, as casernas era assim, um espaço aberto, depois uma caserna para cada pelotão

²⁹⁵ P. 85.

²⁹⁶ P. 61.

²⁹⁷ P. 87.

²⁹⁸ P. 89.

²⁹⁹ P. 90.

normalmente, uma caserna para os oficiais, um bar, uma messezita, pá, o refeitório e as cozinhas, e as instalações de apoio às viaturas, um parque automóvel...”³⁰⁰. Na Calunda, no seu aquartelamento original, as instalações “eram mais estruturadas, já tinha instalações melhores”³⁰¹.

Com a entrada de Marcelo Caetano, “comentou-se que o regime mudasse”, “em termos de guerra sabíamos que as coisas estavam cada vez piores, cada vez havia mais dificuldades em mobilizar pessoal, novos equipamentos, etc.”. “Dentro das Forças Armadas, desde 64 que se ia teorizando que aquela guerra era impossível de vencer e que havia de se encontrar saídas”. 1964 porquê? “1964 porque foi o ano em que estava tudo minimamente controlado em Angola, mas depois rebenta a guerra na Guiné e em Moçambique”. “Só com o livro do Spínola em 73 deu-se o impacto”³⁰².

A PIDE nunca lhe foi útil do ponto de vista das informações, “antes pelo contrário, prejudicou-me nalgumas cadeias de informação que eu estava a montar. Intervinham à bruta”; “eles normalmente eram dois ou três, estavam mais propriamente na zona para nos vigiar a nós e à administração, do que propriamente para coiso”³⁰³. “Apanhei a PIDE uma vez com um grupo de...lá uns garimpeiros a garimpar diamantes no rio”, “curiosamente, exportavam os diamantes clandestinamente, através de uma rede de padres de uma...de uns missionários... São guerras muito complicadas, não vale a pena a gente meter-se por aí”³⁰⁴. “A PIDE preocupava-se era com os diamantes, pá!”³⁰⁵. “Tive guerras do ‘arco da velha’ com o núcleo da PIDE que estava lá, junto da minha companhia. Porque não lhes deixava fazer as repressões que os gajos queriam e não sei quê. Nas zonas em que não havia guerra, que não havia perigo de coisa nenhuma, eram tratados ‘à porrada e à massa’, pá, quer dizer, e depois foi o que se viu”³⁰⁶.

Delgado Fonseca elucida sobre a constituição de uma companhia: “um comandante de companhia, com quatro pelotões; cada pelotão comandado por um alferes miliciano e com três sargentos milicianos, e depois um 1º sargento para fazer a parte administrativa da companhia, um sargento lá de mestre para o ‘chop-chop’ (helicóptero) e um sargento mecânico”; “um posto de rádio, um pequeno núcleo de

³⁰⁰ P. 91.

³⁰¹ P. 92.

³⁰² P. 75.

³⁰³ P. 98.

³⁰⁴ Pp. 95-96.

³⁰⁵ P. 116.

³⁰⁶ Pp. 75-77.

telecomunicações, dois elementos para criptar as mensagens, e pronto, o comandante era eu”³⁰⁷.

“Quase todos os ‘rambos’ que eu conheci eram milicianos”; “um gajo nas militares é formado dentro das leis militares da guerra, aprendi desde a Academia Militar a respeitar as leis da guerra”; “guerra é guerra. A subversão só tem diferentes porque o meio e o terreno são diferentes. E as forças, o tipo de forças diferentes, mas a essência, guerra é guerra”³⁰⁸.

Questionado sobre o consumo de álcool, conta que “sempre havia aquelas noites de cacimbo, pá, em que um gajo não tinha nada para fazer e que podia haver algum descontrolo, é evidente que houve ‘borracheiras’ na sala de oficiais ou na sala dos soldados, na cantina e não sei quê, mas eu, felizmente tive sempre pessoal bastante bem controlado”³⁰⁹.

Tinha um mês de férias por ano de comissão. Enquanto estava em Angola a esposa monta casa no Porto, na Avenida da Boavista.

No final de 1971, ao fim de dois anos de comissão, “a dez minutos da partida de volta para Portugal”, recebe um *briefing* do gabinete de Costa Gomes para uma missão de emergência em Cabinda. Este *briefing*, trata-se da declaração de independência de Cabinda feita por um oficial português, um major, com o apoio das Tropas Especiais e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. O capitão Delgado Fonseca tinha como objetivo ir lá “prender o gajo e metê-lo num avião”; “foi fácil neutralizar esta revelia com a cooperação das forças militares que lá estavam, não houve resistências, bastou passar a comandá-los”; “havia [em Cabinda] atividade grande do MPLA”; “tinham um esquadrão extremamente eficaz e com muito poder de fogo, bem apoiados pelos chineses e por outras forças. Se calhar também pelas forças especiais francesas”. “O MPLA fez-nos a vida dura”³¹⁰.

Noutra operação, ainda em Cabinda, “tive que ir socorrer uma companhia nossa que ficou emboscada, sofre várias emboscadas consecutivas, pá, tivemos nove mortos e vinte e seis feridos graves. Eu evacuei os feridos graves pela zona

³⁰⁷ P. 99.

³⁰⁸ P. 104.

³⁰⁹ P. 105.

³¹⁰ Pp. 109-112.

de fronteira de Cabinda, com o Congo”³¹¹. Acaba por ficar em Cabinda de janeiro de 1972 a dezembro de 1973. Estas duas comissões consecutivas, foram “uma comissão por imposição e outra por designação”³¹².

Sobre a vida colonial, expressa que “os colonos brancos estavam numa situação situação ideal, sobretudo os que estavam afastados de zonas de guerra, dono e senhores senhores da situação, ganhavam bem e tinham uma vida extremamente livre”; “a vida em Angola, pá, era muito mais livre do que aqui, pá, de todo o género”; “até 74 aquela gente nunca se passou pela cabeça que tivesse que fugir de lá com o rabo entre as pernas” “isto é a prova mais evidente de que o regime conseguiu, com a censura e a manipulação política, manter aqueles coitados daqueles colonos na ignorância” ; “e lá investia-se muito, estavam a fazer investimentos, aqui quase não investiam nada, investiam lá! E por isso lhes custou tanto e foi tão doloroso”³¹³. “Fora das zonas em que estavam em guerra, mantinha-se um sistema colonial perfeito, a funcionar impecavelmente”; “o que eram as colónias, o que era a colonização e o papel que ali estávamos a fazer. E fui evoluindo muito rapidamente para perceber que aquela brincadeira, pá, tinha que acabar. Tinha que acabar o mais rapidamente possível e acabar de uma forma que fosse sustentável em termos nacionais”. “O que me levou ao 25 de Abril não foi um problema corporativo”, “também serviu isso, mas o que nos fez evoluir em termos de pensamento foram as coisas objetivas no terreno, foram as incongruências do poder político, do poder local, do poder administrativo nos territórios”³¹⁴.

Já sobre a parte final da guerra, na altura do aparecimento do MFA, Delgado Fonseca diz: “isto que me aconteceu aqui influenciou a minha geração toda que comandou companhias em África, de forma que isto levou a que realmente a gente, sobretudo porque a guerra começou a piorar drasticamente, começámos a ver claramente que os recursos...o potencial militar e económico do país tinha dado o berro”; “a maior parte das novas companhias iram render-nos, comandadas por moços milicianos, acabados de sair da faculdade, faziam três meses em Mafra e depois iam para o meio da terra de ninguém. Portanto, está a ver o que isto dava”. “Portanto tornou-se demasiado evidente para todos nós que era preciso fazer alguma coisa. Bom,

³¹¹ P. 113.

³¹² P. 114.

³¹³ Pp. 75-77.

³¹⁴ P. 60.

arrancou o processo lá das reivindicações como eles aqui já não tinham oficiais para comandar, quiseram aproveitar os ramos que se tinham gerado durante a guerra, para...dando-lhes condições de promoção, que nos ultrapassavam inclusivamente, portanto, criou-se realmente um processo administrativo...um processo burocrático que colidiu, digamos, com a corporação. Portanto, foi o fermento para”³¹⁵ a criação do MFA. Sobre o decreto de 1973, o entrevistado diz: “imagine-se estar na faculdade, vai ali a Mafra fazer três meses de tiros e não sei quê e tal, e depois toma lá 150 homens e vai para o mato!”. “Era um problema profissional, a gente está numa carreira militar e tem uma determinada ordem de promoção e não sei quê, vêm de fora uns quantos gajos, passam-nos à frente, é evidente que isso provoca uma reação que não tem nada a ver com política nem nada, mas a verdade é que nos serviu como polarizador de montes de outras coisas para começar a perceber que o potencial militar tinha chegado ao fim, que a guerra era quase impossível de se manter, que se havia de acabar com aquela coisa e não sei quê”; “é evidente que em termos políticos e militares tentamos evitar ao máximo, digamos, que a coisa se tornasse conhecida”³¹⁶.

Ainda em Angola, é o capitão Delgado Fonseca que recebe os comunicados do MFA e “os faço chegar aos camaradas nessa altura”, por via escrita de Luanda, trazidos pessoalmente por “camaradas que chegavam” ou eram “os pilotos da Força Aérea que o levavam, havia várias maneiras”, “tudo coordenado por um grupo em Luanda, clandestinamente”³¹⁷. De volta a Portugal, em dezembro de 1973, com 33 anos, regressa de avião “ao lado do casal, do Costa Gomes e da mulher. Lembro-me perfeitamente”; “não me lembro porque é que ele vinha a Lisboa naquela altura, só sei é que ele vinha a ler correspondência do Spínola”; “e conversamos ao longo de muitas horas de avião”³¹⁸.

Boaventura Ferreira

Embarca para Moçambique a 23 de outubro de 1968, com 30 anos, ano em que Salazar sai de cena. “Quando ele caiu eu é que disse assim ‘eh pá, queres ver que isto ainda vai correr bem’, mas não, continuou tudo na mesma”; “na altura

³¹⁵ P. 61.

³¹⁶ P. 90.

³¹⁷ Pp. 115-116.

³¹⁸ P. 119.

“relacionei a queda do Salazar com a eventual resolução do problema”³¹⁹ colonial. Chega a Lourenço Marques a 11 de novembro. Sobre a viagem, partilha que “aquilo era “aquilo era copos toda a noite e o carago, uma farra! Nunca me deitava antes das 6 da da manhã. Bebedeira e tal”³²⁰.

Chegado a Moçambique, operacionalmente fica aquartelado em Miteda, 25 km a Sul de Mueda “e toda a gente dizia que era o maior buraco que havia lá em Cabo Delgado” e, quando lá chegou, umas das primeiras coisas que notou foi que “já estavam todos malucos. Muitos já haviam passado muito tempo naquilo”³²¹.

A Companhia do capitão Boaventura Ferreira tinha cerca de 150 homens, que o próprio chefiava. Para ir buscar água “era quase uma operação”; “a gente passados dois dias apanhou logo um ‘turra’³²², o gajo caiu lá na armadilha, ficou lá”; “a gente nas picadas ora punha uma granada de mão, uma de morteiro, que era para não haver dúvidas, e depois punha o arame, para tropeçar. Aquilo, um gajo tropeçava, aquilo rebentava, meu amigo, o gajo ficou feito num oito”; “aquilo rebentou, ele apanhou com os estilhaços todos, ficou todo cravejado de estilhaços”. A 6 de janeiro de 1969 “tive o meu primeiro morto, morre-me o meu ‘guarda-costas’”³²³, uma espécie de imediato dentro da Companhia.

Fica em Miteda até março de 1970, onde, com o passar do tempo, teve “vários feridos, para aí uns dez feridos gravíssimos: sem pernas, cegos...”. “As nossas operações eram muito de abertura de itinerários, para passarem as colunas, que era o mais perigoso porque aquilo estava tudo minado, sempre”; “a gente não tem capacidade para chegar mesmo à beira dos quartéis deles, tinham que ser lá os Para-quedistas, os Comandos e tal”; “mas pronto, de vez em quando tínhamos contacto”³²⁴ com o inimigo. Ao longo deste período, sofre três ataques de morteiros no aquartelamento, sempre “à hora maconde, que era um quarto de hora antes de começar a anoitecer. Tinham essas coisas, umas morteiradas, acertavam ou não acertava”³²⁵.

³¹⁹ P. 60.

³²⁰ P. 62.

³²¹ P. 64.

³²² Expressão usada pela tropa colonial portuguesa (e também pelos entrevistados), para se referir ao inimigo, isto é, aos “terroristas”.

³²³ P. 66.

³²⁴ P. 68.

³²⁵ P. 69.

No natal de 1969 teve, nada mais, nada menos, que a visita de Kaulza de Arriaga, Comandante-Chefe de Moçambique, na sua Companhia, “porque eles escolhiam sempre as piores para irem visitar. Para moralizar as tropas”³²⁶. De março a dezembro de 1970 fica em Nairoto, 150 km a Sul de Mueda, no Cabo Delgado. Nesta localidade, fez poucas operações: “era mais essa história psicológica e tal”³²⁷. A partir desta época começa a colocar-se as primeiras questões políticas.

Em finais de dezembro de 1970, finda a comissão, embarca de volta a chegando em janeiro de 1971. Com 34 anos, é colocado em Vila Real, como comandante de Companhia e operacional no Gabinete de Estudos, até setembro de 1972. Neste período, tira um curso de criptólogo, na Trafaria, em Lisboa, que dura seis meses. Nesse curso, tem contacto com Vasco Lourenço; “aí falava-se abertamente contra esta brincadeira toda e tal, isto não pode ser, isto, aquilo e tal”³²⁸.

Afonso Gonçalves

Enquanto está no Batalhão de Caçadores 10, em Chaves, é mobilizado para Moçambique. Parte de barco, em abril de 1969, aos 27 anos, com dois batalhões, com cerca de 1 500 homens, durante vinte e cinco dias de viagem. É colocado no Norte de Moçambique, em Mocímboa de Praia, distrito de Cabo Delgado.

Nesta 1ª comissão, comandava uma Companhia com 165 homens. Fica um ano completo naquela zona. As instalações da base eram de palha, barro e cimento, tijolos. Nunca lhe atacaram o aquartelamento. A companhia, em dispositivo de quadrícula, de maio de 1969 a maio de 1970, tinha como funções atribuídas fazer ações de forma a bater e varrer o terreno, fazer saídas de intervenção e patrulhamento, e “evitar a qualquer preço que o inimigo se instale na minha zona de ação”. “Os *turras* piravam-se rapidamente quando sentiam força”, “nunca me fizeram uma emboscada, sempre os ataquei a eles”, “havia operações que nem um *turra* via, mas seguramente estavam lá”. “Algumas vezes devido a alguma descoordenação das forças havia, infelizmente o ‘fogo amigo’, “a

³²⁶ P. 73.

³²⁷ P. 76.

³²⁸ P. 90.

gente estava sempre no mato”, “mas disso não queria falar muito”³²⁹. Quem comandava as operações, tanto conjuntas, como regulares, era o capitão mais antigo. No seu primeiro ano, a companhia comandada por si próprio, não teve mortos, apenas alguns feridos, “dois sem pernas”³³⁰ devido ao rebentamento de uma mina, e as viaturas deslocavam-se “a passo de um homem” para precaver a possibilidade de se ativar uma mina. Para tal levavam sacos de areia nas viaturas de forma a “abafar” a explosão.

Relativamente ao quotidiano militar, “havia um grupo de combate que estava de serviço, sempre de observação, fazia a segurança; havia outro grupo de combate que estava de serviço tinha que ir buscar lenha e por aí fora; e havia outros dois grupos lá fora na picada, sempre a rodar, sempre a rodar”, “éramos nós que fazíamos o nosso próprio reabastecimento, íamos a Mocimboa da Praia”, “eram situações de altíssimo perigo por causa das minas”, “só eu levantei 150 minas”³³¹.

Militarmente, a mentalidade do capitão Gonçalves era a de “enquanto não pisarmos o barco, enquanto estivermos aqui em território moçambicano, estamos em guerra, este foi o meu combate mais duro que tive com os meus soldados”³³².

Aqui, “neste local onde eu estava, não podia haver muitas bebedeiras, não podia haver muitas festas nem bebedeiras porque éramos os únicos que ali estávamos isolados”. “O que eu fazia era autorizar uma secção de cada pelotão alternadamente a embebedar-se, com autorização, naturalmente”³³³.

Admite que teve poucas ligações com os colonos: “aquela gente nem dava conta do sítio onde estava nem do sarilho em que estava metido, tinham uma completa ausência de pensamento político”, “achavam que a tropa não era precisa para nada”³³⁴.

Quando Salazar abandona o poder, “todos nós, todo o Exército, depositamos esperanças que o Marcelo Caetano viesse a resolver a questão do Ultramar”³³⁵.

Em maio de 1970 é transferido para Chitolo, Cabo Delgado, onde fica quatro meses até setembro/outubro. “Nesta altura, a operação Nó Górdio³³⁶ estava a ser

³²⁹ Pp. 107-114.

³³⁰ Pp. 110-111.

³³¹ Pp. 115-116.

³³² P. 116.

³³³ P. 122.

³³⁴ Pp. 127-128.

³³⁵ P. 99.

³³⁶ A operação Nó Górdio, teve início a 1 de julho, e terminou a 6 de agosto de 1970. O seu grande impulsionador, foi o Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, o general Kaúlza de Arriaga. Os objetivos desta campanha consistiam em erradicar as rotas de

preparada”, “fiz parte de uma das primeiras operações quando o Kaúlza de Arriaga foi para Moçambique”³³⁷. Nesses quatro meses ficou junto de uma companhia e “fazia operações de intervenção. Era praticamente com uma companhia indígena”, “o objetivo era retirar as populações da influência do inimigo e colocá-las em aldeamentos controlados pela nossa tropa”³³⁸.

Gonçalves partilha que privou uma vez ou outra com Kaúlza de Arriaga em Moçambique: uma primeira vez quando almoçou com ele e com mais algumas patentes, em meados de 1969, e uma outra vez quando comandou uma juntamente com os para-quedistas, nos começos da Operação Nó Górdio³³⁹. Neste almoço queixou-se do enquadramento da guerra, da sua evolução, da falta de equipamento, da precariedade das comunicações, entre outras falhas recorrentes, e ficou a par da tese do Kaúlza de Arriaga: “que havia uma solução militar, conjugada, provavelmente, com uma solução política, mas havia solução militar”³⁴⁰.

Sobre a sua forma de ver a guerra diz que, “em 60, 61, 62 e 63 ninguém tinha grandes dúvidas em ir para a guerra, não é? E em fazer aquilo que fosse preciso e acabou pá. Os gajos fizeram aquilo [falando dos massacres de 15 de março, em Angola], a gente fez-lhes pior e acabou-se a conversa”, “depois as coisas encaminharam-se noutro sentido”. Questionado sobre os massacres de Wiryamu, em 1972, o entrevistado esclarece que já não se encontrava em Moçambique, “enfim acho que exageraram, perderam a cabeça”³⁴¹.

Em setembro de 1970 parte para Moatize, no distrito de Tete. Aí fica até ao fim da comissão, até maio de 1971. Em Moatize a sua obrigação era fazer tropa de quadrícula, como no Chitolo, “numa zona menos conturbada”, “mas a guerra começou a endurecer e foram os meses mais conturbados para mim até ao fim da

infiltração dos guerrilheiros, ao longo da fronteira com a Tanzânia, e destruir as suas permanentes em Moçambique. As operações consistiam num cerco e ocupação estratégica no terreno. MARTELO, David, “Operação Nó Górdio - uma pedrada no vespeiro”, in “1970 - A Ilusão das Grandes Operações”, in (coor. AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos), *Os Anos da Guerra Colonial*, 2010, p. 565.

³³⁷ P. 134.

³³⁸ P. 146.

³³⁹ Pp. 142-144.

³⁴⁰ P. 152.

³⁴¹ Pp. 152-153.

comissão”. De dezembro de 1970 até maio de 1971, foi a época mais perigosa “como comandante de companhia e dos meus homens”³⁴².

Em maio de 1971 regressa de barco, partindo de Mocímboa da Praia. Fica dois dias em Lourenço Marques com a família, depois parte para Luanda e só depois regressa a Portugal. Passa um mês de férias em Lisboa. Entre julho e agosto de 1971 fica colocado no Batalhão de Caçadores 5, em Lisboa.

Em setembro de 1971 é colocado na ilha Terceira, nos Açores, no Batalhão Independente de Infantaria 17, no forte de S. João Batista. Aqui “sou sistematicamente o comandante porque não há oficiais superiores que queriam ir para os Açores”, “sou comandante na própria unidade, unidade com quase 2 000 homens”. Nesta altura, afirma que pela primeira vez “tive contacto com o mundo desenvolvido, com os americanos, por causa da base das Lajes, não é?”³⁴³. É aqui que, “quando ainda estou a dar instrução no que respeita às companhias que são mobilizadas, já apanho praticamente todos os comandos de companhia e oficiais milicianos: advogados, economistas... Portanto não há militares do Quadro praticamente, ou seja, deixou de haver alimentação na Academia Militar, deixou de haver subalternos do Quadro, capitães do Quadro, e portanto, passa só a haver oficiais milicianos a comandar as companhias do Ultramar. O fim da guerra é feito praticamente por oficiais milicianos”³⁴⁴.

Em julho de 1973, aos 31 anos, sai dos Açores e é colocado no CICA, no Porto, onde assume funções no Gabinete de Estudos, sobretudo funções burocráticas, e simultaneamente as de instrutor ou responsável pelos cursos de oficiais milicianos e de sargentos milicianos.

António Rocha

Embarca para Moçambique em fevereiro de 1970, com 27 anos. A viagem durou cerca de 25 dias. Sobre a preparação da sua companhia, diz: “fui preparar o pessoal no Inverno, em Chaves cheio de neve, para depois ir para o calor de Moçambique. Dei-lhe

³⁴² P. 157.

³⁴³ P. 176.

³⁴⁴ P. 120.

uma preparação forte”³⁴⁵. Sobre a viagem, “aquilo ia com mil e tal pessoas, tudo soldados. Nos porões tudo a vomitar, com os enjoos e essas coisas”³⁴⁶.

Chegado a Moçambique, é colocado em Nacala. “Havia um estacionamento, barracas onde a gente ficava”; “tinhas umas coisitas em tijolos com matope, outro com canas e matope, portanto, tinha para os soldados, tinhas uma coisa para da parte de oficiais, também uma coisa”³⁴⁷, referindo-se ao local em que ia ficar aquartelado. Entretanto, estabelecido no terreno, é destacado durante dezoito meses para Pauíla, distrito de Vila Cabral, de fevereiro de 1970 a outubro de 1971. Depois a sua companhia é transferida para Tete.

O pequeno-almoço normalmente era tomado às 6 da manhã: “comíamos salsichas com pão, manteiga e leite com café...chegámos a matar duas zebras, não sabíamos o que fazer com elas, começámos a comer febras de zebra logo ao pequeno-almoço”; “fazíamos pão no meio do mato”³⁴⁸.

Falando de aspetos práticos, garante que “a parte operacional era a pior, porque era à base de minas”; “nós levantamos muitas minas, cento e muitas, e rebentámos com onze. Dessas minas, todas as minas que apareceram ao princípio, eu é que as levantei”³⁴⁹. Teve vários contactos com minas anticarro e minas antipessoal, mas o capitão Rocha nunca teve ferimentos de muita gravidade

Dos seus 157 soldados originais da companhia, em Moçambique recebeu 40 do contingente africano. Sobre eles, “quando lá chegavam, eles nunca tinham, quase todos, ninguém tinha disparado com uma arma automática ou semi-automática. A G-3 não a conheciam, tinham treinado com *Mausers*”³⁵⁰. Tinham um centro de treinos em Boane, a Sul, a caminho de Lourenço Marques.

Questionado sobre o consumo de bebidas alcoólicas diz: “bebia-se muito”, “eu era um ‘animal raro’ no meio daquilo tudo, porque a gente tinha direito a ter whisky velho e tudo”; “eram distribuídas e havia lá até para vender a quem quisesse”; “eu bebia o bagaço da manutenção militar que era horrível”³⁵¹, mas não havia descontrolo dos pelotões, “lá havia um controlo bastante grande”; “eu

³⁴⁵ P. 59.

³⁴⁶ P. 61.

³⁴⁷ P. 68.

³⁴⁸ P. 72.

³⁴⁹ P. 72.

³⁵⁰ P. 87.

³⁵¹ P. 92.

cortava muito, não deixava adiantar muito, bebia-se muito, mas, o dinheiro não chegava para andar assim a beber, quer dizer, tudo num dia, tudo duma vez”³⁵².

Nesta 1ª comissão não teve grande contacto com a vida colonial e com os colonos colonos brancos porque maioritariamente estava no “meio do mato”³⁵³.

Operacionalmente, esteve envolvido em certas missões, algumas de curtos dias de dias de duração, maioritariamente com o objetivo de cortar as linhas de ligação de abastecimento do inimigo – *linha Mitomoni*³⁵⁴. As tropas portuguesas, com grupos com cerca de 60 pessoas (dois pelotões), estavam encarregadas de vigiar 60 km de um trilho de abastecimento da FRELIMO, mas o capitão Rocha confessa que nunca teve contacto direto com os guerrilheiros.

Esteve inserido nas denominadas *Operações Jaguar*. A Operação Jaguar 1 tinha como objetivo ocupar terreno e dismantelar bases inimigas. Contudo, não teve contacto com a guerrilha, porque estavam sempre vazias. Nestes casos tinha ordens para recolher material e queimar tudo o que não interessasse. A Operação Jaguar 2 foi uma operação helitransportada para a serra de Jeci. Teve contacto direto com os guerrilheiros numa base, mas não mortos inimigos. Podem ter morrido mais tarde face aos ferimentos, pois fugiram rapidamente. Mais bases queimadas e destruídas.

Fez uma outra operação, organizada por si, a alguns quilómetros da fronteira da Tanzânia, na serra de Jeci. Com dois grupos de combate (dois pelotões), incluídos soldados africanos, atacaram uma base em Quelimane-Namaacha. No ataque, os guerrilheiros fogem todos. Acabam por recolher o máximo de alimentos e mantimentos possíveis da base. Rocha entende que esta operação podia ter corrido muito mal, porque fizeram muito mais barulho e alarido, do que a força que efetivamente tinham, e o prometido apoio nunca chegou. No final da operação, Rocha envia uma mensagem para o comando operacional, via rádio, a protestar. Posteriormente, é chamado junto do 1º e 2º comandante e do comandante do setor para um encontro de forma a se esclarecer o sucedido. Por não lhe ser dada autorização para falar, tenta agredir o comandante do setor. Acaba punido com cinco dias de prisão. No recurso desta decisão, priva com Kaúlza de Arriaga, que sabendo de tudo, acabar por lhe dar uma semana de férias em Nampula³⁵⁵.

³⁵² P. 93.

³⁵³ P. 93.

³⁵⁴ Pp. 98-99.

³⁵⁵ Pp. 114-116.

De fevereiro de 1971 a outubro de 1972 fica colocado em Tete. “O setor Tete estava muito mal, portanto estava muito mais vivo, a FRELIMO estava a atuar com mais força. Não só por causa de Cahora Bassa também, mas estavam a investir naquele setor com muita força”; esteve “dentro de Tete mesmo. Nós ficámos nas barracas de lona no Matundo. O Matundo era logo atravessar o rio Zambeze para o outro lado”; “era muito húmido e muito, muito calor”; “aquilo era onde a gente parava no Matundo, e vinham lá dormir muitas companhias de Comandos de passagem. Mas dormir só uma noite e arrancavam depois para outros...para outros sítios”³⁵⁶.

Em Tete a guerra era mais agreste. Na Zona Operacional de Tete (ZOT) “davam-nos missões, davam-nos operações a fazer. Portanto com informações que tinham, que davam informações para a gente ir determinado...era de helicóptero, helitransportado, fazer operações”³⁵⁷. O objetivo era ir tomar bases inimigas. Em duas destas operações, não teve contacto direto, e numa terceira, capturou o chefe da zona da FRELIMO, Alexandre Matrosse sendo a única vez que capturou alguém. A sua companhia não teve mortos, mas teve quatro feridos. Ao assalto a esta base inimiga, em Muxena, também participou uma Companhia de Comandos.

Os prisioneiros eram entregues à ZOT e interrogados por militares. Caso houvesse necessidade eram passados à PIDE. Sobre torturas “no nosso lado não, na parte militar não, na parte da PIDE não sei. Na nossa parte nunca houve nada disso”³⁵⁸. Sobre Wiryamu, massacre ocorrido em 1972, em Moçambique, esclarece que “eu vi-me embora em fevereiro, mas depois falou-se”; “ora bem, os Comandos têm sempre uma maneira de atuar diferente, não é? Mas eu acho que Wiryamu, às vezes, pode ter sido uma retaliação por outra coisa qualquer, quanto a mim. Não sei porque não estava lá já. Mas havia muita, muita coisa misturada lá no meio”³⁵⁹.

Em Tete teve alguns contactos com os colonos brancos, “mas foi pouco porque eu não estava em Tete mesmo, estava do outro lado. Mas já sabia que havia problemas, já havia problemas nessa altura”; “havia uma contestação da

³⁵⁶ P. 117.

³⁵⁷ P. 118.

³⁵⁸ P. 123.

³⁵⁹ P. 126.

parte dos brancos, que já diziam que já estavam a recrutar, portanto, pessoal da província, que já era preciso lá, o pessoal de lá ir dar o corpo por aquilo que era deles, deles, não é? E que já não chegavam os do continente [referindo-se da necessidade e do aumento do recrutamento local]”, faziam “manifestações contra as Forças Armadas...que a tropa não estava ali a fazer nada. Quer dizer, a gente andava a dar o corpo, e eles que estavam lá...havia de ser mais terra deles do que nossa, que vínhamos aqui do continente, eles tinham essa interpretação”³⁶⁰.

Sobre o espírito de camaradagem, “esta ligação é, além da amizade que havia na companhia, é uma amizade ligada por laços de sangue”³⁶¹, referindo-se a camaradas mortos e gravemente feridos.

Neste período, 1971/1972, “estava ainda na primeira comissão, mas sem dúvida que começava...a gente começava a aperceber-se que aquilo tinha que ter um fundo...tinha que ter um fim político e não, e não militar. Não se ia a lado nenhum. E nessas conversas que tínhamos, algumas desse género, a gente tinha a ideia que era cumprir o máximo, a ver se fazíamos aquilo que eu tinha dito, que era vir todos, e viemos, felizmente viemos todos, mas alguns com algumas deficiências, mas no meio de tudo estivemos...acho que foi muito bom porque houve companhias que vieram...morreram estropiados e morreram bastantes, etc.”, “e que...claro está que eu era a 1ª comissão, mas já vim com um sentimento que tinha de ser mudado”³⁶².

Em fevereiro de 1972, aos 31 anos, termina a comissão e volta para Portugal. É colocado no Regimento de Infantaria 6, no Porto, onde comanda a 1ª Companhia de Atiradores e a Companhia de Apoio de Combate.

Castro Carneiro

Termina o Tirocínio em 1967, com 23 anos. Castro Carneiro diz que “o meu curso e o curso à minha frente foram cursos especiais da Academia Militar”, foram reduzidos em duração, cortando as férias grandes, na passagem do 3º ano, para o ano do Tirocínio, “não tive férias grandes, tivemos cerca de quinze dias, uma coisa qualquer”; “acabei por fazer os quatro anos em três”. Depois, “no final do Tirocínio vou pela primeira vez a África. Fui para Angola. Ia fazer um estágio de um ano, um estágio junto duma

³⁶⁰ Pp. 127-128.

³⁶¹ P. 130.

³⁶² P. 130.

Companhia de um capitão do Quadro, para ver como é que se comandava uma Companhia”³⁶³. “Saí do 3º ano em terceiro na tabela de classificações das mas face à minha rebeldia no Tirocínio, desci para 7º”; “não fomos todos para o em função das notas do Tirocínio também escolhemos a província. É evidente que primeiros foram para Angola, os do meio para Moçambique e os últimos para a Guiné”³⁶⁴, desta forma confirmando que a má impressão sobre esta frente de combatem já vigorava entre os jovens cadetes.

Em 1967, com 22 anos, chega a Angola para fazer um estágio (tirocínio), já em terreno de combate real, com a duração de um ano, com o intuito de “fundamentalmente, estar lá junto de um capitão do Quadro, no sentido de ver como é que as coisas funcionavam nos diferentes aspetos, quer operacional, quer de apoio logístico, quer em termos de pessoal, etc.”; “tinha de ser em frente de combate”³⁶⁵. Foi colocado na zona Leste de Angola, em Luvuei, distrito do Moxico, onde “fiz várias operações”, “olhe, assaltos a acampamentos e tal. Tiros, tiros dei com fartura e apanhei alguns”³⁶⁶. Afirma que esta zona, era fundamentalmente de presença do MPLA, confessando que “em relação às operações de combate, as mais graves que eu tive forma emboscadas montadas pelo MPLA”³⁶⁷, ainda neste ano de estágio.

Castro Carneiro faz o curso de Comandos, em Luanda, em meados de 1968, com a duração de 3 meses. “Era uma coisa que eu não queria e a generalidade da malta não queria fazer. Fomos sendo corrigidos, julgo que só uns três ou quatro gajos do meu curso é que ficaram, ficaram...e fizeram o curso até ao fim”. Era uma formação “toda virada para combate”, e “é realmente fundamental que seja e para quem queria ir para ali”³⁶⁸.

Quando chega às colónias, admite que “ainda estava muito, penso eu, naquela fase do ‘desporto radical’. Um pouco na fase ‘vamos lá defender Portugal, pá, Portugal que é nosso’ e tal, dar uns tiros. De maneira que diria que esta era um pouco a minha ideia”. Mais tarde, já como capitão, a partir de 1971:

³⁶³ Pp. 47-48.

³⁶⁴ P. 49.

³⁶⁵ P. 59.

³⁶⁶ P. 68.

³⁶⁷ P. 76.

³⁶⁸ Pp. 76-79.

“eu julgo que nessa altura as coisas estavam já mais sedimentadas e tal”³⁶⁹, referindo-se a não ver a guerra da forma com que inicialmente a imaginava.

Neste seu primeiro ano, o de estágio, o primeiro em África, deu para perceber perceber algumas coisas do quotidiano colonial: “as populações, o branco ultramarino, ultramarino, era um gajo que às vezes revoltava”; “digamos que eu em Luanda, como como tropa, sentia-me mal. Sabia que não era bem-vindo, esquisitamente o colono angolano achava que a gente já tínhamos a obrigação de ter morto os pretos todos e acabado com a guerra, e estávamos ali porque queríamos, era este o discurso oficial da sociedade de Luanda”; “éramos hostilizados, quer dizer, não havia aproximação nenhuma da sociedade de Luanda ao militar”; “tudo isso realmente deu, deu para começar a pensar. O que é, o que é que é isto? Deu para perceber um bocado”³⁷⁰. Nesta primeira comissão, “o meu batalhão teve, julgo que 83 mortos e duzentos e tal feridos, no ano de estágio, durante o ano e tal porque quando lá cheguei o batalhão já lá estava”³⁷¹.

Terminado este estágio, volta a Portugal a 23 de dezembro de 1968, e é colocado no Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha. Nesta altura, foi promovido a tenente, e por aqui ficou até ao final de 1970. Na Escola Prática de Infantaria, de 1º ciclo de CSM (Curso de Sargentos Milicianos), dava formação aos instruendos. Nos primeiros seis meses foi comandante de pelotão, no qual tinha cerca de 30 instruendos. Depois passou para o Gabinete de Estudos, “onde coordenava a instrução de toda a unidade”³⁷².

Nos primeiros tempos de Marcelo Caetano, em 1968, diz “que realmente houve alguma esperança de que aquilo pudesse ser encaminhado de outra forma, que a guerra pudesse estar prestes a acabar e tal”³⁷³. Contudo, diz que “provavelmente a política nunca entrou dentro do quartel. O quartel era realmente uma sociedade demasiado estanque para ter política”; “e mesmo aquela que vinha, pá, através dos milicianos, era uma coisa muito filtrada e que realmente estava bem organizada”; “eu depois vim a comandar aqui uma companhia no CICA, não digo quase toda... quase todos os oficiais

³⁶⁹ P. 79.

³⁷⁰ P. 80.

³⁷¹ P. 114.

³⁷² P. 86.

³⁷³ P. 86.

milicianos que aqui tive eram...todos eles tinham uma nota de...quase todos não era eram todos, mas muitos deles tinham a nota de ‘politicamente suspeito’³⁷⁴.

O tenente Castro Carneiro casa-se em 1969 e em dezembro de 1970 é a capitão. Nos inícios de 1971, apesar de formalmente continuar colocado nas Rainha, fisicamente é destacado Abrantes e Santa Margarida. Em Abrantes batalhões para o Ultramar, “é uma unidade mobilizadora”; em Santa Margarida “sítio onde a minha Companhia foi fazer o IAO (Instrução de Aperfeiçoamento Profissional) sob o meu comando”³⁷⁵. Tudo isto num espaço temporal de seis meses.

Em julho de 1971, com 25 anos, é mobilizado para a 2ª comissão, e embarca para o Norte de Angola, para Nóqui, perto da fronteira do Congo. Nesta comissão, ficou dois anos seguidos no mesmo local onde teve “muitas operações”, “nós tínhamos uma zona de ação que nos estava a atribuída. Era uma zona de ação de cerca de 70/80 km de comprimento e 25/30 km de largura. Era zona estava a responsabilidade da minha Companhia. Não havia mais nada, era mesmo assim. Portanto, se eram eles a gente os via davam-lhes tiros, se éramos nós e eles viam davam-nos tiros a nós, pronto. Isto pode-se resumir, pode-se resumir assim”, “onde é que gente levava mais pancada? Quando anda, por sistema, por cima de viaturas a levar comida ou a trazer. Se andar a pé as coisas são, são muito mais simples”³⁷⁶.

Em sua opinião, mesmo que um militar não fosse “grande bebedor (...) lá passava [a sê-lo], nomeadamente com a cerveja e essa coisa toda”; “o calor era muito, às vezes o medo também, de maneira que...realmente aquilo o fazer era pouco, um gajo ou estava em operações ou então estava a descansar”³⁷⁷.

Na 1ª comissão, “o que fazia realmente este batalhão, a única coisa que fazia era ir buscar comida ao Luso, e depois distribuir esta comida, pá, por toda a gente”; “se não levasse à ida, levava à vinda. Fosse como fosse a gente apanhava sempre ‘pancada’, sempre ‘pancada’, normalmente com mortos”; nesta 2ª Comissão, comparativamente com a anterior “já nada disto pá, nada disto foi assim. Na minha Companhia eu tinha quatro grupos de combate, tinha mais um

³⁷⁴ P. 88.

³⁷⁵ P. 101.

³⁷⁶ P. 114.

³⁷⁷ P. 112.

grupo de TE's (Tropas Especiais), que eram africanos, portanto, tinha cinco grupos de combate"³⁷⁸. Nesta comissão teve um morto, seis feridos em combate, e dois feridos graves com minas.

É então que priva com Melo Antunes³⁷⁹, na altura major, que era o Oficial de Operações do Setor, onde operava a Companhia do capitão Castro Carneiro, de São Salvador, em Angola. Esta 2ª Comissão acaba em finais de agosto de 1973, na altura Castro Carneiro tem 28 anos. Desta sua segunda Comissão, lembra-se de uma conversa com Melo Antunes “debaixo daquele alpendre, naquelas duas cadeiras estava eu a conversar com o major Melo Antunes quando ele se saiu com aquilo que para mim foi uma coisa...com aquela ideia que só tínhamos uma solução, pá, para pôr isto no sítio, que era, era pôr o Marcelo e o resto da ‘comandita’ a mexer. Portanto, foi o meu primeiro contacto com o Melo Antunes, que vim a saber depois que foi realmente o homem que esteve por, por trás do programa do MFA”³⁸⁰.

Tem regresso marcado para Portugal para setembro de 1973 e ainda em Luanda, nos inícios do mês, ou em finais de agosto, já não se recorda ao certo, participa numa reunião do MFA. Nesta reunião foram abordados os decretos de 1973, de Sá Viana Rebelo: “a gente foi, sem problema nenhum”, mas, pessoalmente, não tinha qualquer informação sobre este decreto do ministro, porque, “no mato, as coisas chegavam com dificuldade e em Luanda eu não me tinha apercebido que isto estivesse assim. Sei que fui elucidado na altura, a mim e a quem estava comigo, que já não sei quem era”³⁸¹. Sobre o decreto, diz que “se trata de antiguidade, não se trata de postos, não se trata de nada. Trata-se de antiguidade”; “aquilo que o ministro pretendia era realmente mais uma série de capitães, pá, satisfeitos pá, com, com...e poderem continuar a não levantar muitas ondas, pá, porque já tinham recebido mais aquele rebuçado. Por outro lado, eram capitães...enquanto eu tinha, em 73, 28 anos, eram capitães que já...de alguns de alguma idade mais elevada e, portanto, que lhes permitiria a promoção a postos, pá,

³⁷⁸ P. 115.

³⁷⁹ Melo Antunes, nasceu a 2 de outubro de 1933. Ingressou na Escola do Exército em 1953, para a arma de Artilharia. Cumpru três comissões no Ultramar, em Angola. Foi um dos estrategas da Revolução dos Cravos, tendo sido o redator principal, em março de 1974, do documento *O Movimento das Forças Armadas e a Nação*, o primeiro texto de conteúdo claramente político do Movimento dos Capitães. De seguida foi co-autor do programa do MFA, pertencendo à sua comissão coordenadora depois do 25 de Abril de 1974. Faleceu a 10 de agosto de 1999.

³⁸⁰ P. 124.

³⁸¹ Pp. 133-135.

mais elevados e, portanto, comissões não tão penosas como eram as do capitão que estava mesmo numa Companhia e, portanto, tinha que andar com a tropa e etc.”. “Porque aqueles que eles têm é uma comissão como, como milicianos. Portanto, eu venho também a fazer uma comissão como eles fizeram como alferes e, portanto, eu não vejo grande, grande razão, pá, para estarem a dar o rebuçado a eles”; “tenho a ideia que é um problema estritamente militar”³⁸².

De volta a Portugal, é colocado no CICA, no Porto, no Outono de 1973, aos anos. “Olhe fui cair na unidade do 25 de Abril cá do Porto. E quando digo a 25 de Abril cá no Porto, julgo mesmo que é isso, onde estavam na altura colocados”³⁸³.

Completados os quatros anos de formação militar (três anos da Academia Militar, mais um ano de aplicação de técnicas e conhecimentos no respetivo Tirocínio), chega a altura de estes militares se prepararem para partir em direção às colónias africanas. Cada militar teve um percurso diferenciado, visto terem sido mobilizados em anos e para locais diferentes, tanto que só viriam a ter contacto uns com os outros em finais de 1973, já no Porto.

Aspetos importantes a ter em conta é determinar em que ano, com que idade, para que colónia, e com que patente estes militares são mobilizados para a guerra³⁸⁴.

Como podemos verificar, todos eles deixaram o retrato das suas experiências e vivências ao longo dos anos passados nos diferentes teatros de guerra. Ao longo do tempo em que estiveram em guerra, analisámos o seu percurso e a evolução da leitura que faziam do conflito, ou seja, a perda da crença na motivação e na finalidade da guerra face ao desgaste acumulado, ao descrédito face ao sistema colonial montado pelos colonos brancos e como os militares eram vistos por estes, a rutura com o regime face à inoperância deste face ao endurecimento da guerra e, por fim, o descontentamento perante os DL de julho de 1973.

António Albuquerque, o mais experiente destes militares, é mobilizado para a Guerra Colonial desde o início desta fazendo parte dos primeiros contingentes militares

³⁸² Pp. 137-138.

³⁸³ P. 139.

³⁸⁴ Consultar Quadro IV e V.

a serem enviados para Angola em abril de 1961. Diz-nos que no início não tinha uma opinião formada sobre o assunto, mas que no final da 1ª comissão, em 1963, já pensava que o conflito era uma causa perdida. Nos anos seguintes cumpriu mais duas comissões, até que, na sua 4ª comissão, tem um forte esgotamento e volta precocemente para Portugal. Este, é um claro caso de exaustão psicológica causada pela guerra, ainda que o próprio não defina dessa forma o que lhe aconteceu. Ao fim de oito anos em comissões, Albuquerque foi o único a ter dado sinais de forte esgotamento, mas todos eles, acabaram por demonstrar desgaste por uma causa que acabariam por considerar perdida.

Assumem que o consumo de álcool em tempos de descontração e ócio era normal, mas garantem que nunca presenciaram excessos, nem nada que possa ter provocado desacatos ou ter colocado em perigo as tropas portuguesas durante operações, emboscadas ou ataques inimigos, face a estados de visível embriaguez.

Sobre os colonos brancos, assumem que estes não viam os militares portugueses com bons olhos, mas sim mais como intrusos que estavam no terreno para prejudicarem os seus interesses e objetivos, a nível económico e comercial. Garantem que procuravam única e exclusivamente defender os seus proveitos, tentando até influenciar os soldados. Gaspar Borges diz que, de início, os militares foram recebidos em euforia e apoteose, mas quando começaram a ver em que consistia o sistema colonial, e quiseram começar a supervisionar determinadas coisas, os colonos viram o seu estatuto ser ameaçado. Afonso Gonçalves, por seu lado, diz que apesar de ter tido poucas relações com estes, eles pareceram-lhe não ter noção do real problema que era a Guerra Colonial, e mesmo assim, afirmavam que não precisavam das forças militares para qualquer tipo de ajuda ou benefício. Castro Carneiro diz que, para os colonos, os militares tinham “a obrigação de ter morto os pretos todos e acabado com a guerra [rapidamente]”³⁸⁵.

Operacionalmente, todos eles descrevem como se desenrolava o quotidiano de um militar ao longo de dois anos na mata, em que consistiam as suas operações e outros tantos aspetos relacionados com a vida militar em solo hostil. Embora uns tenham sido operacionalmente mais ativos do que outros, dependendo da zona em que se encontravam e do ano da comissão, vivenciaram rebentamentos de minas em jipes, camaradas seus fizeram e sofreram emboscadas, capturaram guerrilheiros, documentos. Todos eles narram as suas relações com a PIDE, as infra-estruturas coloniais, o papel das forças ofensivas e de assalto, a ação dos Comandos e dos para-quedistas, entre

³⁸⁵ P. 80

outros pormenores relevantes que neste ponto foram descritos. De observar que apenas Gaspar Borges assume abertamente ter morto guerrilheiros.

Castro Carneiro, caso único, fez o ano do Tirocínio, em 1967/1968, já em África, em Angola. O seu curso foi um dos que teve uma redução na sua duração, sofrendo um corte na duração das férias grandes, na passagem do 3º ano para o ano do Tirocínio, de forma a alimentar rapidamente a máquina operacional nos três teatros de operações, Angola, Guiné e Moçambique.

A subida de Marcelo Caetano ao poder em 1968 deu-lhes uma réstia de esperança de que a solução para a guerra estaria para breve, mas tudo isso se esfumou rapidamente, pairando um sentimento de desilusão nestes militares.

No ponto seguinte, ponderados todos os aspetos referidos anteriormente, vamos apresentar as movimentações destes militares que os levam até ao 25 de Abril de 1974.

Quadro IV – O percurso em África

Nome	Anos em Comissão	Nº de Comissões	Angola	Guiné	Moçambique
António Albuquerque	8	4	X	/	X
Gaspar Borges	6	3	X	X	X
Delgado Fonseca	4	2	X	/	/
Afonso Gonçalves	2	1	/	/	X
António Rocha	3,5	2	/	/	X
Boaventura Ferreira	2,5	1	/	/	X
Castro Carneiro	2	2	X	/	/

Obs: elaboração própria

Quadro V – As Comissões no Ultramar

Nome	1ª Comissão	Idade / Posto	2ª Comissão	Idade / Posto	3ª Comissão	Idade / Posto	4ª Comissão	Idade / Posto
António Albuquerque	1961/1963 Angola	22 / Alferes	1964/1966 Angola	25 / Tenente	1967/1969 Moçambique	28 / Capitão	1970/1972 Angola	31 / Capitão
Gaspar Borges	1963/1965 Angola	24 / Alferes	1966/1968 Moçambique	27 / Capitão	1969/1971 Guiné	30 / Capitão	/	/
Delgado Fonseca	1966/1968 Timor	26 / Tenente	1969/1971 Angola	29 / Capitão	1972/1973 Cabinda	32 / Capitão	/	/
Afonso Gonçalves	1969/1971 Moçambique	27 / Capitão	/	/	/	/	/	/
António Rocha	1970/1972 Moçambique	27 / Capitão	1974/1976 Moçambique	34 / Capitão	/	/	/	/
Boaventura Ferreira	1968/1971 Moçambique	30 / Capitão	/	/	/	/	/	/
Castro Carneiro	1967/1968* Angola	22 / Alferes	1971/1973 Angola	25 / Capitão	/	/	/	/

Obs: elaboração própria

*Curso especial: tirocínio.

2.2.5 – Preparação e execução do 25 de Abril de 1974

Por fim, chegamos ao período em que estes militares regressados das respetivas comissões, entre os anos de 1971 e 1973, começam a estabelecer contactos com o precoce Movimento dos Capitães. Neste ponto, será tratado o percurso destes desde a chegada ao Centro de Instrução de Condutores Auto nº1, no Porto (CICA 1)³⁸⁶, até ao culminar das operações militares do 25 de Abril de 1974.

António Albuquerque

Após ter sido interrompida a 4ª Comissão aos dezoito meses, de ter vindo a Portugal fazer o curso de Estado-Maior, e de o ter interrompido no início, e ter estado de baixa médica a partir de outubro de 1972, começa a ter consultas de psiquiatria no Hospital Militar de Lisboa devido ao esgotamento diagnosticado.

³⁸⁶ No Centro de Instrução e Condutores Auto nº1, junto ao Palácio de Cristal, no Porto, preparavam-se os condutores de viaturas ligeiras e pesadas, e dava-se instrução aos cursos de sargentos milicianos da especialidade de transportes.

Algures entre o final de 1972, inícios de 1973 é colocado no CICA, que “era uma unidade onde os militares iam tirar a carta de condução, e também havia instrução básica”, na qual ficou com funções de “Chefe de Gabinete de Estudos, e num determinado período 2º comandante”³⁸⁷. Afirma: “o papel mais importante que tive no CICA, foi precisamente quando contactei com os milicianos (...) normalmente mandavam para o CICA os chamados ‘alferes suspeitos’, ‘aspirantes a alferes suspeitos’, que normalmente eram advogados, a maior parte deles, outros formados nisto, naquilo, naqueloutro, portanto, indivíduos que tinham o chamado cadastro político. Indivíduos bastante evoluídos, bastante politizados, e era com essas pessoas que eu lidava”³⁸⁸.

No CICA o ambiente “era de uma verdadeira família”³⁸⁹, “estava tudo dentro do mesmo saco”. Estavam reunidas as condições para que “a coisa começa[sse] a evoluir a passos largos... a coisa começa a 9 de setembro [de 1973], é a primeira reunião”³⁹⁰. A primeira reunião, no Porto, do então chamado MOFA (Movimento de Oficiais das Forças Armadas), foi realizada a 9 de setembro, na casa de um camarada (nome desconhecido), em Miramar. Foi a “primeira reunião aqui no Norte; depois penso que se realizam duas em casa do Corvacho”³⁹¹, e as restantes em minha casa, em Leça da Palmeira”³⁹².

Sobre as razões do surgimento deste movimento, diz que, “como sabe, inicialmente o pretexto foi a história dos capitães, a promoção dos milicianos, isso foi o grande pretexto, mas essencialmente as reuniões já eram políticas. Eram políticas porque ‘isto não pode continuar e tal’, está a ver a ideia? Quer dizer, cada vez aquilo evoluía mais politicamente”; “cheguei a meter 50 pessoas dentro de minha casa, e estávamos ali, até às tantas da manhã a conversar”³⁹³. Relativamente ao clima das reuniões “nunca tivemos grandes cuidados ou precauções, o sistema estava apodrecido. Por vezes até vínhamos para a rua falar”;

³⁸⁷ P. 93.

³⁸⁸ P. 94.

³⁸⁹ P. 96.

³⁹⁰ Pp. 95-96.

³⁹¹ Eurico de Deus Corvacho, oficial do Exército, capitão de Artilharia na Guerra Colonial, foi um dos coordenadores do 25 de Abril na região Norte. Também foi entrevistado no âmbito do projeto de história oral, mas pela sua entrevista não estar transcrita, optou-se por não se utilizar a mesma. Fez quatro comissões na Guerra Colonial.

³⁹² P. 96.

³⁹³ Pp. 97-98.

“era de concordância, mas tem de haver liderança. Portanto, para mim, o homem mais politizado [entre os militares] que havia aqui no Norte era o Corvacho”, e “todos nós temos medo, uns têm mais que outros”³⁹⁴.

Ao contrário de alguns dos seus camaradas, só participou em reuniões na zona do Porto, feitas em sua casa ou em casa de outros camaradas. Albuquerque diz “normalmente havia emissários, como nunca fui um indivíduo com o dom da palavra, não me considerava à vontade para ir [para reuniões com o núcleo central do MFA]”; “a pessoa mais indicada para desenvolver [esse] serviço era o capitão Gonçalves, o Carneiro para outros aspetos, o Fonseca já para a Dinamização³⁹⁵ porque ele adorava aquilo tudo, o Boaventura idem, portanto havia os chamados operacionais, indivíduos mais politizados que eram capazes de desenvolver melhor a função e cada um tem a sua missão”³⁹⁶.

Sobre o episódio do 16 de março nas Caldas da Rainha, “não sei se é verdade ou mentiram, mas constatou que foram os ‘spínolistas’ que provocaram isto”; “penso que não é para fazer abortar o Movimento. Talvez uma medida de antecipação ao Movimento”³⁹⁷.

Realizam-se outras reuniões no Porto, sempre em contacto com a estrutura nascente do MFA, em Lisboa, até que chega o dia de colocar os planos em prática. De 23 para 24 de abril, às 2h da manhã, Albuquerque dirige-se ao mercado de Matosinhos para receber as instruções com Corvacho. Vinha um emissário [do núcleo do MFA], um tenente de Lisboa, “que trazia a ordem de operações para nós desenvolvermos”³⁹⁸. De manhã cedo volta ao CICA, aborda os seus elementos de confiança, e avisa “que isto vai ser hoje. Hoje vamos fazer uma operação noturna. Não há saídas para ninguém”³⁹⁹. Durante o resto do dia, vai atribuindo funções e toma o controlo das transmissões. O capitão Albuquerque diz: “[sou] um dos que ocupei o quartel-general com quarenta soldados que não tinham instrução. Foram uma vez à carreira de tiro. Pronto, e ocupámos aquilo, não interessa como, à nossa maneira, é evidente que uma ocupação de

³⁹⁴ Pp. 97-99.

³⁹⁵ As Campanhas de Dinamização Cultural do MFA foram levadas a cabo por todo o país, após o 25 de Abril, com o objetivo de contactar as populações fora do ambiente urbano, para esclarecer a razão de ser da mudança de regime agora iniciado.

³⁹⁶ P. 100.

³⁹⁷ Pp. 101-102.

³⁹⁸ P. 103.

³⁹⁹ P. 104.

um quartel-general tem que ser feita de dentro para fora”, e juntamente com ele, “os oficiais que comandam a ocupação é o Azeredo⁴⁰⁰, sou eu, o Boaventura e o Corvacho. Nós aqui os três lideramos”; “o Carneiro e o Borges é que vão desenvolver as operações especiais. Um vai prender o Comandante da Região Militar do Norte [Martins dos Santos] e o Brigadeiro [Barreto]”⁴⁰¹.

O plano no Porto incluía “tomar conta do quartel-general e depois, a partir quartel-general, ver o desenvolvimento de todas as unidades”⁴⁰². Às 3h da manhã de abril saem para ocupar o Quartel-General. Desarmam os sentinelas: “sabíamos onde estavam os sentinelas fomos logo em direção a eles”; “a seguir fomos ao dormitório da Polícia Militar, e aí foi o Corvacho, portanto imediatamente, e ficou tudo desmobilizado. Penso que não demorámos mais de três minutos a ocupar aquilo. Ficou tudo desmobilizado, depois houve só aqueles problemas do general [isto é, o Comandante da Região] que está ou não, porque o general pensávamos que tinha ido para Lisboa, mas estava lá em cima. É o Azeredo que mantém o diálogo com o general e estou, por acaso, ao lado dele”⁴⁰³.

Nem tudo foi tão simples: “houve um período negro para mim. Nessa altura começaram os carros de combate de Cavalaria 6 a andar à volta do Quartel-General, ora bem, é que a gente não sabia. É porque nessa altura desde que o senhor é lançado, não sabe quem está ou não está, porque o senhor pode dizer a mim que está feito comigo, mas dum momento para o outro ‘virar a casaca’”; “esteve uma indefinição bastante grande até determinadas horas da manhã”; a partir daí, “quanto aos carros de combate não havia problema nenhum, porque já saíram quando souberam que nós saímos, portanto, estavam do nosso lado”, e “entretanto estávamos com uma preocupação grande, que era a chamada Companhia de Intervenção que vinha de Lamego, que era o Fonseca que vinha a comandar. E a companhia nunca mais chegava, ainda para mais as comunicações telefónicas foram cortadas. Ainda para mais, era este comando do Fonseca que era para ir ocupar a PIDE/DGS, mas, como estava tudo numa grande indefinição,

⁴⁰⁰ General Carlos de Azeredo, nascido em 1930, frequentou a Escola do Exército de 1948 a 1952. Cumpriu cinco comissões no Ultramar: duas na Índia, uma em Cabinda e duas na Guiné. Juntamente com Eurico Corvacho, foi uma alta figura do planeamento e execução do movimento militar de 25 de Abril de 1974. Faleceu a 21/12/2011.

⁴⁰¹ P. 104.

⁴⁰² P. 105.

⁴⁰³ P. 105.

quando finalmente conseguem estabelecer contacto, deram-lhe ordens para ir para o CICA e ficar à espera de novas ordens “passava a ser uma Companhia de Intervenção para a gente atuar com ela em qualquer lado”; “era o reforço porque não tínhamos mais ninguém”; “atenção que se isto não estivesse podia era ser um bico-de-obra”⁴⁰⁴.

Não tinham feito preparativos para uma eventual retaliação da GNR ou da PSP: PSP: “vamos lá ver, apesar de tudo, nunca nos preocupámos. A ideia que eu tenho do pessoal é que nunca nos preocupámos muito com eles. Inicialmente na PSP, tínhamos um homem da nossa confiança que era 2º comandante”, “não houve nenhuma reação aqui no Norte. Não houve nenhuma reação”⁴⁰⁵.

O 25 de Abril, no Porto, estava a correr sem grandes contratempos, mas “não tínhamos ilusões, isto estava tudo podre, porque não sei como seria no Sul. Pronto, no Sul em princípio há muita mais tropa do que aqui no Norte, mas sabe que com esta ida para as colónias, a maior parte da tropa operacional estava toda para fora pá, aqui só havia tropa de instrução. Tanto que a tropa em instrução, acabava a instrução, ‘tumba’ lá para fora”⁴⁰⁶.

Realizadas as suas diligências, Albuquerque fica no quartel-general todo o dia e mantém os planos inicialmente previstos. “Levo uma tareia muito grande ao fim da tarde, tareia psicológica”; “sabe o que é um indivíduo viver em stress durante dias e ainda há vivacidade para aguentar tudo até ao cair do pano, e o pano cai, como sabe às seis, sete da tarde. A partir daí só sei que me deitei no sofá pá e houve uma descarga elétrica em mim pá”⁴⁰⁷, em referência à rendição do Governo de Marcelo Caetano, em Lisboa.

Nos dias seguintes ao 25 de Abril, “como eu sou operacional, a primeira coisa que peço é voltar novamente ao CICA. Mas pronto, como tive sempre uma posição de liderança – entre aspas – nessa altura tive meia dúzia de dias e chamaram-me de volta para o quartel general. Portanto, havia que colaborar para que isto andasse”; “portanto, sou o encarregado de olhar por determinados aspetos, um deles é o da PIDE, dos elementos da PIDE, com os interrogatórios, prisões, há que manter uma certa serenidade em tudo”; “a malta mais jovem queria andar muito depressa, o que é normal da idade que eles tinham, mas tinham noção que tinha autoridade perante eles todos” (referindo-

⁴⁰⁴ P. 106.

⁴⁰⁵ P. 109.

⁴⁰⁶ P. 111.

⁴⁰⁷ P. 111.

se aos milicianos); “desde o início fui eu que dialoguei com eles, fui eu que decidi se eles queriam entrar, a partir desse momento tenho uma certa autoridade”; “mas eram bem mais politizados, formados”; “tive de dar muitos murros na mesa para não deixar avançar determinados aspetos para coisas desagradáveis”; “inclusivamente da parte da população, como deve calcular, havia o espírito de vingança para com os indivíduos da PIDE, e tal, era o ‘mata-se’, ‘esfolá-se’, ‘porque fez ele isto e aquilo’, era preciso por travão nisso tudo”⁴⁰⁸.

Facto curioso, 29 anos depois do 25 de abril, “não tenho vergonha de dizer isto. Um dia mais tarde, um ou dois indivíduos da PIDE tentaram vir oferecer-me uma garrafa de whisky porque ‘o senhor foi impecável na maneira como fez o tratamento’, portanto, e sempre quis pôr um bocado de ‘água na fervura’”⁴⁰⁹.

Ao longo destes interrogatórios e ações, nos dias seguintes ao 25 de Abril, o seu posto é na Repartição de Informações, no Quartel-General do Porto.

Gaspar Borges

Finda a 3ª comissão, volta a Portugal em finais de 1971, e é colocado no CICA, no Porto. Do grupo que viria a estar envolvido no MFA, no Porto, o “núcleo duro” do CICA, Gaspar Borges é o primeiro a chegar a este local. “O resto dos oficiais, aqueles que no fundo têm interesse para a questão, que estamos a tratar será, então, o capitão Albuquerque, o capitão Gonçalves, o capitão Carneiro e o então tenente-coronel Azeredo”; “que era o naipe de oficiais do quadro que estavam essa altura no CICA, portanto, antes do 25 de Abril”⁴¹⁰. “Os capitães mais novos já não eram exatamente como os capitães mais velhos”; “nós já tínhamos... eu quando estive no CICA já tinha três comissões em África. Isso dava outro peso. Quer como capacidade técnica como arcaboço, que os jovens não tinham”; “a minha relação com os instruendos não era direta”⁴¹¹. Diz, ainda, que “antes dos efeitos do decreto não havia política nas nossas mentes”⁴¹².

⁴⁰⁸ Pp. 111-112.

⁴⁰⁹ P. 112.

⁴¹⁰ P. 170.

⁴¹¹ P. 171.

⁴¹² P. 162.

Também, “na minha primeira Comissão ainda fui para África cheio de fervor patriótico. Depois processam-se as mudanças”⁴¹³.

O envolvimento no 25 de Abril “para mim começa no Algarve, nas férias do do Algarve [Verão de 1973], onde, por coincidência, se juntaram, onde eu estava, cinco cinco capitães. Todos um bocado lixados com a história do decreto”. “Portanto começámos a congeminar coisas e quando regressámos de férias cada um foi para o seu o seu canto”; “comecei eu a agitar em termos de, em termos de reivindicação profissional e não com o carácter político, como era evidente, que eu também não era político”⁴¹⁴.

Quando regressa às suas funções no CICA, é-lhe enviado um processo completo “aliás, eu fui visitado, pá, pelo Dinis de Almeida⁴¹⁵, a mando do Vasco Lourenço, que me entra ali pelo CICA às 3 da manhã, um dia qualquer”. “Grande parte dos meus colegas não queriam que a Guerra Colonial acabasse”, referindo-se aos oficiais do topo da hierarquia. “Começa a olhar para aquilo, o calor, praia, manga de camisa, casa de borla, pá. Estamos a falar do Estado-Maior”⁴¹⁶. “Paralelamente, havia os desgraçados que iam sempre para o mato, levar na corneta, pá, e não era pouco. Além de terem uma vida de cachorro, metidos no meio das árvores, a comer latas, rações de combate e a sofrer baixas, enfim, por essas porcarias, pá, que enfim, só se aturavam porque um tipo era novo”. “A política só começou a funcionar perante a estupidez do ministro do exército em teimar em manter aquela bodega”⁴¹⁷.

Contacta com o Corvacho no Quartel-General da Região Militar do Norte, no Porto. “Continuamos a fazer as nossas reuniões e começámos a reunir por aí, pá, no jardim da Foz, ou... ainda um grupo pequenino, muito, muito restrito. Depois começaram as reuniões, pá, lá para baixo, para o Sul é que nós nos fazíamos representar. Às primeiras reuniões fui sempre eu e o Corvacho”⁴¹⁸.

⁴¹³ P. 189.

⁴¹⁴ Pp. 172-173.

⁴¹⁵ Nascido em 1946, ingressou na Academia Militar em 1963. Fez uma comissão no Ultramar, de 1967 a 1969 em Angola. Foi um membro ativo do MFA. Faleceu a 23/08/2013

⁴¹⁶ P. 174.

⁴¹⁷ P. 177.

⁴¹⁸ P. 181.

Gaspar Borges foi à reunião de Évora com o capitão Gonçalves, na quinta de Sobral de Alcáçovas⁴¹⁹, “lá fomos para os copos, lá para a quinta não sei de quê, pá, e lá estivemos nas febras e não sei quê”⁴²⁰. Nesta reunião “a malta não era política. Diz o senhor que discutir o decreto é política. Não é. Era uma reivindicação profissional, pá, feita por um conjunto de indivíduos que se sentiam, pá, molestados pela estupidez do ministro”.

“O 25 de Abril aqui do Porto foi muito caseiro. A gente não tinha grandes ligações [com Lisboa]. E foi autónomo, pá, foi autónomo. Os gajos não nos comandaram. Quem nos comandou fomos nós próprios. Nós respeitámos os Lisboa, mas quer dizer, nós movemos o nosso plano para ninguém lá para baixo saber que nós estávamos reduzidos. Nós fizemos, bem ou mal, fizemos. Portanto, tínhamos a nossa própria estrutura, e fizemos as coisas, aqui à nossa maneira, pá”. “Na definição das missões é que começou este tipo de atitude [protagonismo individual]. Por exemplo, vou-lhe já dizer o meu caso. Eu sou nomeado, pá, pelo grupo, para ir prender o segundo comandante da Região, que era o brigadeiro Barreto. E eu, e eu não gostei. Não gostei por dois motivos: primeiro, porque achava que tinha direito a outro tipo de missão. Pelo meu passado no processo, por aquilo que tinha sido, pá, por ter começado exatamente com esta porcaria toda”. Questionado sobre que outro tipo de missão, diz que preferia ter estado envolvido“, por exemplo, no assalto ao quartel-general”⁴²¹. Não queria esta missão porque “o Barreto era um gajo da minha terra. Quando era miúdo ia cantar as janeiras todos os anos [a casa do Barreto]. Tinha sido condiscípulo dos filhos no liceu e, portanto, havia razões afetivas que determinavam que eu não gostasse de executar essa missão. Não fui respeitado. Não fui respeitado”⁴²². Borges vai prendê-lo a casa, na rua da Constituição, numa zona perto da Praça do Marquês, “e o homem virou-se para mim e disse-me que nunca esperaria que eu lhe fizesse uma coisa daquelas”; “e eu imediatamente fiquei mal disposto com o 25 de Abril”. “Depois fui para Angola. Mandeï-os todos à me*** e fui para Angola”⁴²³.

⁴¹⁹ Esta reunião, clandestina, é considerada a última do Movimento dos Capitães. Nesta data, no Monte Sobral, em Alcáçovas, Évora, nasce o Movimento das Forças Armadas. P. 183.

⁴²¹ Pp. 184-185.

⁴²² P. 185.

⁴²³ P. 186.

Depois do 16 de Março “a gente esperou calmamente aqui no Porto. Não era nada connosco, isso foi em Lisboa, pá. Lá está, isto aqui, nós cá no nosso quintal”. Última reunião preparatória dia 24 à tarde, no CICA. “esse dia já não saímos de lá”⁴²⁴.

De acordo com a ordem de operações para o 25 de abril, a sua missão era ir prender o brigadeiro Barreto às 00h do dia 25. Feita a operação conforme já descrita, Borges trouxe o brigadeiro para o CICA, a que se juntou a ele o chefe do Estado-Maior da Região Militar que foi preso pelo capitão Carneiro.

Durante o resto do dia 25 fica no CICA. “Depois tive de sair uma vez porque, o comandante da polícia [Santos Júnior] mandou uma companhia [que] ia ser atropelada por aquela multidão [civis], e eu fui lá com uma secçãozita, pá, para acalmar as hostes [à rua de Ceuta]. E ficou por aí a minha atividade, pá, guerreira nesse dia”⁴²⁵. Não receou nem se mostrou preocupado com uma possível retaliação da GNR, e por só se saber bem mais tarde como as coisas estavam a correr em Lisboa.

Gaspar Borges participou na ocupação da PIDE, e que transportou os 60/70 agentes detidos para um matagal perto da Maia, onde os liberta. “Os gajos pensavam ‘este gajo vai-nos limpar o sebo’” porque ele e cerca de 15 militares estavam armados com metralhadoras, e, “quando souberam que aquilo era para fugir, pareciam coelhos por aquela mata fora, pá”⁴²⁶.

Porém, antes do 25 de Abril já estava mobilizado para Timor, entretanto desmobilizado, e nomeado para Angola. Em julho, parte para a Madeira, formou batalhão e, em agosto, parte de avião, para o Leste de Angola, para Gago Coutinho, onde fica até 30 outubro de 1975. Nesta altura, já tinha sido promovido a major.

Antes de partir para a Madeira “fiquei no CICA (...) quando me mandaram para a Madeira foi um alívio, pá. Disse ‘À p*** que pariu isto’. Fui-me embora, mas eu sabia que ia apanhar Angola como... foi uma ‘estucha’ do carago”. “Há uma das bases com que eu argumento quando menciono a minha não promoção [Borges só alcança a patente de tenente-coronel, aos invés dos seus camaradas entrevistados, que chegaram ao posto de coronel]: enquanto andaram aqui uma data de gajos a fazer asneiras, eu estive em Angola em comissão de serviço, obrigatória, fui louvado pelo comandante da Região no fim e mandei-lhe uma cópia que é para os gajos saberem que realmente a

⁴²⁴ Pp. 194-195.

⁴²⁵ P. 197.

⁴²⁶ P. 202.

minha ação no pós-Revolução foi positiva e não negativa”⁴²⁷. As instruções nesta comissão eram de “vocês agora nem atam nem desatam, se forem atacados, A situação no terreno era de cessar-fogo.

Delgado Fonseca

Como vimos, estabeleceu os primeiros contactos com o MFA em Angola. Termina a 2ª comissão em dezembro de 1973, e volta para Portugal, para o Porto, “que a minha mulher estava a viver no Porto”. Ao chegar ao Porto, “não conhecia cá ninguém, e, portanto, durante algum tempo procurei desesperadamente, quase, encontrar a ‘ponta do novelo’”, referindo-se à ânsia de estabelecer contacto com elementos do MFA. “A certa altura soube que estava cá o Eurico Corvacho, que era capitão ali no Quartel-General, portanto, era comandante da Polícia Militar, e recordei-me de que ele tinha tido uma quantidade de guerras na Guiné”⁴²⁹.

Marca um café na Foz com Eurico Corvacho, que estava dentro do núcleo coordenador do MFA na zona Norte. “Nunca o conheci em lado nenhum. E, portanto, imediatamente me introduziu e digamos que fui logo participar na primeira reunião que houve a seguir da coordenadora, do grupo da equipa de coordenação aqui no Porto, portanto, passei logo a fazer parte da estrutura aqui do Porto. Juntamente com o Carneiro, com o Gonçalves, com o Albuquerque...”⁴³⁰

Terminado o seu período de férias pós-comissão, foi colocado em Espinho, no Grupo de Artilharia Antiaérea, como Comandante de Bateria Operacional e Comandante da Bateria de Instrução. Durante estes meses continua a desenvolver atividades relativas ao MFA, como reuniões e troca de correspondência.

Sobre os acontecimentos de 16 de março, diz que “foi claramente o grupo do general Spínola que tentou pôr-se à frente, digamos, empurrar, o golpe militar e fazer um golpe militar”; “sim, era um golpe de antecipação, foi claramente...”, “estava a ser preparado há mais de dois anos”⁴³¹.

Sobre a orgânica do MFA, “os nossos contactos nascem debaixo, nascem horizontalmente a nível das classes dos oficiais subalternos. Digamos que são os

⁴²⁷ P. 205.

⁴²⁸ P. 211.

⁴²⁹ P. 121.

⁴³⁰ P. 121.

⁴³¹ P. 125.

mais diretamente afetados pela questão do decreto”; “isso leva a fazer a síntese do mal-estar na guerra e na política. Portanto o caminho faz-se pela via corporativa, porque independentemente da política, a questão do decreto afeta a todos e permite uma fácil ligação”; “a partir daí é que se vai juntando, digamos, o mal-estar que eu tenho, eu e os outros todos têm, em relação às nossas experiências militares e, sobretudo, às nossas experiências na guerra colonial”; “havia uma incomunicabilidade entre aquilo que a gente conhecia do que se passava no terreno e na administração, etc., e o que a população sabia”⁴³².

Vai à reunião de 5 de março de 1974, em Cascais, como delegado de unidade de Lamego. Fica encarregado de estabelecer contactos com Vila Real, Coimbra e Figueira da Foz. Nesta reunião, entre outras coisas, decidiu-se que Spínola e Costa Gomes seriam os dirigentes da Revolução.

Enaltece a capacidade de liderança dos capitães, grandes obreiros do MFA: “em muitas ocasiões o capitão teve funções de general. Eu cheguei a comandar 5 000 homens lá no meu canto, no Leste de Angola, lá no meu canto, bem encostado à Zâmbia”⁴³³.

Considera que, nesta altura, a sua atitude era mais política do que a de muitos dos seus camaradas: “julgo que sim. Julgo que eu já tinha decidido há muito que a guerra...tínhamos que descolonizar e descolonizar rapidamente”; “uns já faziam uma síntese mais avançada, mas política...outros tinham claramente um mal-estar em relação à guerra e sabiam que alguma coisa tinha de ser feita”; “muitos de nós tinham a dúvida: e depois? Deitamos o governo abaixo e segue-se o quê? De política não sabemos nada”. “Os capitães com mais de uma comissão em África conheciam a impossibilidade de continuar a guerra”; “os capitães mais jovens não, talvez não soubessem isso, mas estavam mais politizados porque tinham acompanhado os movimentos académicos, gerando-se uma vontade de fazer alguma coisa”⁴³⁴.

No Porto, julga que, relativamente ao programa e às intenções do MFA “sempre houve alguma...sempre houve mais ou menos um consenso, embora houvesse sempre um pé atrás em relação aos homens de Espinho, nomeadamente em relação ao Azeredo.

⁴³² Pp. 126-128.

⁴³³ P. 131.

⁴³⁴ Pp. 132-133.

Quer dizer, o Azeredo estava sempre a empurrar-nos para soluções que não eram as que a gente queria”⁴³⁵.

Um dos problemas no Porto, “no caso da GNR, nós quando procurávamos contactos, naquela fase que eu lhe falei da ida às unidades e tentar agarrar, forças, um dos problemas que se nos punha, complicado, era o problema da força GNR, até porque na altura tinha...tinha quase mais força a GNR em termos militares, do que as forças militares. Aqui forças militares eram quase todas unidades de instrução, para preparar gente para ir para África. E, portanto, havia muito poucas forças operacionais, e até muito pouco armamento, e muito poucas viaturas, e munições, etc. Enquanto que a GNR tinha sido equipada e reforçada com...inclusivamente com armas pesadas, que foi uma das coisas que nos chocava, até porque a GNR ali no Carmo tinha morteiros, metralhadoras pesadas, bazucas, coisas do género”⁴³⁶.

Com o fracasso do 16 de março, é transferido de Espinho vai para Lamego, nomeado Diretor de Instrução de Operações Especiais, com o intuito de manter a instrução e formação das Operações Especiais a funcionar, “porque depois do 16 de março, correram com os capitães todos que lá estavam, o comandante também foi embora”⁴³⁷. Clandestinamente, também passou a ser coordenador do MFA no Centro de Instrução de Lamego.

Diz que, “na prática fui eu que nomeei o Corvacho coordenador das operações do MFA cá no Porto”, “porque empurraram-nos todos uns para os outros à procura de um chefe”; “e pronto, e os outros aceitaram mesmo, e ele ficou, digamos, o coordenador. É evidente que nunca tomou decisões sozinho”⁴³⁸.

No dia 24 de abril, apareceu em Lamego um inspetor geral do Exército, para inspecionar a unidade, e “eu, o comandante da unidade, que o acompanhámos a fazer a inspeção, me lembro, que durante toda manhã (...) chegou à hora de almoço (...) vamos almoçar à messe de oficiais, que é no centro da cidade (...) há um sujeito vestido à civil que chega ao pé de mim e me entrega um envelope castanho”. Com o envelope no bolso, Delgado Fonseca pede licença ao general inspetor para se retirar para o quarto a fim de “rapidamente ler aquela coisa, era a

⁴³⁵ P. 135.

⁴³⁶ Pp. 135-136.

⁴³⁷ P. 138.

⁴³⁸ P. 140.

ordem de operações, não tinha dúvida”. Como era tradição em Lamego, quando vinha alguém de importante visitar a unidade, convidava-se a visitar as caves da *Raposeira*, “de forma que o homem quis ir ver as caves. O comandante da unidade, claro que não sabia que eu tinha uma ordem de operações no bolso, lá me mandou acompanhar o senhor para as caves da Raposeira. E o sacana do gajo – que o termo é mesmo este –, que durante a manhã esteve-se borrifando para tudo o que era militar, instrução e não sei quê, vai às caves da *Raposeira* e começa no princípio e acaba no fim, quer saber de tudo sobre o champanhe”⁴³⁹.

Recolhidas as informações de envelope, ao início da noite, junta-se com os seus elementos de confiança e manda mobilizar a Companhia de Comandos, que tinha acabado de terminar a instrução. Esta companhia que estava à espera de ser mandada para a Guiné, como era de sua confiança, transmitiu-lhes a logo mensagem. Delgado Fonseca, diz que para que tudo isto não desse nas vistas, ‘preparou’ uma instrução noturna, e, “como eu era comandante de instrução, pá as pessoas obedeciam-me”. Além do mais, por esta Companhia de Comandos ser de sua confiança, atrasou a sua ida de férias, que se realizavam após terminado o curso, até antes de ser mobilizada para África, visto que “ficou três dias à espera de receber vacinas porque já sabia que tinha que ser ali por aquela altura. Também se tivesse sido depois daqueles três dias, eu nunca tinha unidade para vir para o Porto”⁴⁴⁰.

A sua primeira tarefa era sair às 3 da manhã de Lamego, e “ao chegar ao Porto, a primeira missão era ocupar as instalações da PIDE”. Esta coluna militar chega ao Porto por volta das 6:30h, ao Campo 24 de Agosto. Uma das grandes preocupações trajeto e na chegada ao Porto, era “evitar a todo o custo confrontos e de evitar que houvesse sangue”⁴⁴¹.

No Campo 24 de Agosto, “precisava de contactar [com o CICA] antes de executar a missão. Precisava de saber pelos menos se outros também tinham saído [do CICA]”. Como as vias telefónicas tinham sido cortadas, não consegue contactar com o Quartel-General [CICA]. Consegue estabelecer contacto com o CICA e dizem-lhe ‘eh pá deixa lá a PIDE para aí e vem para aqui, anda para aqui com as tuas forças’⁴⁴².

⁴³⁹ P. 147.

⁴⁴⁰ P. 149.

⁴⁴¹ P. 151.

⁴⁴² P. 152.

Na parte da tarde, “mandei parte de uma força minha com o Carneiro para restabelecer as ligações e pôr ordem ali nos CTT, mandei os outros para a [RTP, Monte da Virgem, V.N. Gaia] mandar pôr a antena no ar, pá, e fazer a Lisboa, pá. Reconstruir, digamos, a ligação elétrica aos emissores do Rádio Clube Português ali em Miramar e, enfim, por volta das cinco da tarde começou tudo menos a funcionar. A população começou a saber o que se passava”⁴⁴³.

Delgado Fonseca assegura que a GNR não se intrometeu nas operações do MFA, mesmo quando passou a coluna militar que trouxe de Lamego em frente ao Quartel-general do Carmo, a caminho do CICA, “ao contrário da polícia, que criou a maior confusão que se pode imaginar, porque, apesar de insistentemente receber instruções para recolher os seus polícias todos nos quartéis, mandou dar bordoadas sobre os civis”, sob ordens do comandante, Santos Júnior, referindo-se a acontecimentos ocorridos após as comunicações terem sido retomadas e a população ter começado a sair à rua. “Durante meses ninguém viu polícia na rua porque era corrida à pedrada”⁴⁴⁴. Descreve que na rua de Ceuta faz-se um grande ajuntamento popular: “os polícias começaram a disparar e não sei quê, de forma que foi uma situação complicadíssima que nos...que só foi criada pelo comandante da polícia, mais nada, foi só o Santos Júnior com as suas ações”. No decorrer dos acontecimentos do 25 de Abril, as populações começaram a invadir esquadras de polícia, sindicatos e a ocupar estruturas do Estado⁴⁴⁵.

A PIDE viria a ser ocupada no dia 26 de abril pelo tenente-coronel Azeredo, “utilizando um dos pelotões da minha Companhia de Comandos que eu tinha trazido sem me dizer nada, não soube, que, entretanto, eu estava noutra guerra qualquer”. “Havia ordens muito explícitas do Spínola que era efetivamente retirar os pides e fazê-los desaparecer aí na sociedade. Tirá-los dos quartéis e mandá-los em liberdade”. Contudo, Azeredo “mandou carregar os homens numas camionetas e foi aí larga-los nos pinhais, pá, não sei onde os largaram”; depois “pôs-se à varanda, aliás, há fotografias disso, a atirar papéis e oficiais para a rua e aquilo foi um pandemónio infernal. Tudo o que pudesse haver lá dentro de interesse foi pura

⁴⁴³ P. 154.

⁴⁴⁴ P. 153.

⁴⁴⁵ P. 155.

e simplesmente vandalizado”; “havia papéis da PIDE espalhados por tudo o que é lado”⁴⁴⁶.

Quando Delgado Fonseca chega ao local, “para mim foi um choque dos diabos diabos porque havia armas de todo o género, espalhadas por todo o lado. No chão, nas nas escadas e na entrada, eh pá, por todo o lado! Armas, munições, por todo o lado!”. lado!”. “Eu tinha-me preparado para o pior. Eu tinha trazido uma bazuca...trazia uma equipa de bazucas na companhia que tinha preparado, para, se fosse necessário, destruir o portão à entrada com uma bazucada”; “porque não havia tempo, nem dúvidas, para entrarmos ali em tiroteios, quer dizer, aquilo tinha que ser resolvido imediatamente e ocupado sem tiroteio”⁴⁴⁷.

Após o 25 de abril, foi nomeado Comandante da Polícia Militar, e durante cinco meses trabalhou como delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério do Trabalho, no Porto.

Boaventura Ferreira

Em setembro de 1972 vem para o Porto, e é colocado no CICA. Assume que gostou do ambiente, porque “eu mesmo em Vila Real, já as coisas começaram a modificar, porque quando lá cheguei já vinha com essas ideias todas na ‘tola’[referindo-se a estar saturado da guerra e do rumo que esta estava a tomar]”⁴⁴⁸. No Porto, fazia parte da CHERET (Chefia do Reconhecimento das Transmissões), “que era uma coisa um bocado secreta”⁴⁴⁹, como Chefe desse serviço.

Está no Porto, no CICA, até que sai o Decreto de 13 de julho de 1973. Diz que “o primeiro contacto que tenho depois do decreto...há umas pessoas que falam, mas quer dizer, estive um bocado fora disso. Depois veio cá um emissário do Vasco Lourenço, que é o Dinis de Almeida, e é ele que fala comigo”; “o gajo trazia um bloco de notas, e fora, trazia o templo de Diana, ‘tu conheces isto?’ ‘eh pá o quê?’, ‘eh pá o Vasco Lourenço’, ‘Mas que é que foi?’, ‘Espera aí que vou-me pôr à paisana e a gente vai ali para fora’”. Foram até um café e falaram. Dinis de Almeida diz “eu também ainda vou

⁴⁴⁶ P. 156.

⁴⁴⁷ P. 157.

⁴⁴⁸ P. 87.

⁴⁴⁹ P. 90.

falar com não sei quem, com o Borges, com o Albuquerque, não sei quantos”⁴⁵⁰. Estes acontecimentos ocorrem pouco antes da reunião de 9 de setembro, em Évora.

Combinam um almoço no restaurante *Chez Lapin*, almoço no qual falaram decreto, “que não pode ser, que íamos ser ultrapassados por cem milicianos e não quantos. E era verdade”. Por fim, combinaram ir a Évora. Saíram às 4 da manhã Domingo, dia 9 de setembro, e “era eu, era o Ramalho, o Bessa Meneses e o O ponto de encontro era no Templo de Diana “bem, eu quando ia a subir lá a rampa, ‘eh pá que é isto’ e encostei o carro, parei logo”; “vinha à civil. Olhei lá para cima e estava lá o Vasco Lourenço, atirou-me um papel. Peguei no papel, carro e meia volta. Fora da cidade deixa cá ver o que isto diz”. Tinha indicações para irem ao Monte Sobral, em Alcáçovas, “onde estava lá a malta. Já lá estava muita gente”; “e foi aí que se discutiu essa coisa do decreto, diz isto, diz aquilo, pá, comer umas fêveras e tal”⁴⁵².

A partir daqui, regressado ao Porto, “continuei a fazer a minha vida normalíssima e começaram as reuniões”, reuniões que eram realizadas em casa do capitão António Rocha, “o Corvacho e o Albuquerque é que iam a Lisboa parecem-me [Albuquerque não ia a estas reuniões], lá em Óbidos, e depois traziam de lá as novidades”⁴⁵³. Dessas reuniões, chegavam informações de que havia três opções possíveis: “ou fazíamos greve, ou fazíamos manifestação ou pegávamos em armas. E a malta, a maioria disse assim ‘oh pá, isto vai mas é a tiro!’”, e isto foi andando, reunião aqui e acolá, em comunicação com Lisboa “isto foi assim, foi andando e tal, mais isto mais aquilo. Nessa altura já se falava pá, já se falava abertamente”; “ali no quartel-general era eu e o Corvacho. Depois estivemos a falar...porque o Corvacho depois... o quartel-general da malta, eu não sabia, ficava no CICA. Ali é que estava a grande massa. Era o CICA com o Albuquerque e não sei quê, e os milicianos que lá estavam”⁴⁵⁴.

Os planos para o 25 de Abril iam ficando alinhavados, e o capitão Boaventura Ferreira diz que “continuava na minha vida para trás e para a frente e

⁴⁵⁰ P. 92.

⁴⁵¹ Sem informações adicionais sobre os camaradas Ramalho e Bessa Meneses. António Gaspar Borges é um dos entrevistados.

⁴⁵² P. 96.

⁴⁵³ P. 98.

⁴⁵⁴ P. 99.

tal, a única coisa que tinha era falar com o Corvacho”; “só soube que estava para acontecer quando o Corvacho, no dia 22 de abril, disse assim: ‘ó pá, tens que fazer aí aí uns papéis da CHERET para distribuir’ que eram os códigos e tal. Mais nada”. Boaventura Ferreira só sabe que os planos serão postos em prática às 4 da tarde do dia 24 de abril, quando Corvacho o manda ir ter à cervejaria *Capa Negra*⁴⁵⁵, às *Negra*⁴⁵⁵, às 6 da tarde, para se reunirem. Estavam presentes os dois, mais “o alferes Barbosa que, era um homem da Polícia Militar, era o comandante da Polícia Militar e subordinado ao Corvacho, que na altura era major”. Corvacho manda Boaventura Ferreira ficar no Quartel-General da Região na Praça da República, mas Ferreira, por este refutar a ideia, diz-lhe para então ir ter ao CICA, à uma e meia da manhã. De resto, “ó pá, ouves os emissores de Lisboa até à meia-noite”⁴⁵⁶, e teria de aguardar.

Chegada a madrugada de 24 para 25 de abril, “então à meia noite peguei no meu carro e lá fui à paisana, não ia fardado. Andar para aí fardado no meio da rua [é que não convinha muito]”; “levava a pistola e comecei a dar umas voltas, Quartel-General, Cavalaria 6, tudo sossegado, Regimento de Transmissões, Regimento de Infantaria, Hospital Militar, CICA, tudo bem. Andei assim, com tal ouço o gajo na rádio ‘Grândola Vila Morena, terra da fraternidade’”⁴⁵⁷. Depois, como combinado, chega ao CICA à 1:30, e “já estava tudo em preparação na sala de oficiais. Lá me levaram à beira do Corvacho e tal, eh pá, e a ouvir a rapaziada toda ali a trabalhar nos papéis das operações”. Boaventura Ferreira ficou responsável por ir com Corvacho abrir o portão de entrada do quartel e tomar conta das transmissões, “portanto eu era para, de facto, para eliminar um sentinela, ia com dois soldados, depois, atrás de mim, dois dos que vinham do CICA”⁴⁵⁸, e toma conta dos Serviços de Transmissões Militares. À data da entrevista, Boaventura Ferreira assegurou que não sabia que Delgado Fonseca estava para vir de Lamego com uma Companhia, só o teria sabido na manhã de 25 de Abril.

Durante o decorrer do dia “ninguém tinha certezas. Quem estava a comandar aquilo era o Azeredo, o Corvacho, o Albuquerque, eu não tinha assim nenhuma missão,

⁴⁵⁵ Cervejaria no Campo Alegre, Porto.

⁴⁵⁶ P. 99.

⁴⁵⁷ P. 100. *Grândola Vila Morena*, música de Zeca Afonso, foi uma das músicas usadas como contra-senha para seguir com o plano previamente definido na Operação “Fim Regime”.

⁴⁵⁸ Pp. 101-102.

portanto, nunca me apercebi muito, ia vendo e tal”, “depois de a gente saber que aquilo em Lisboa estava resolvido, não houve assim mais nada de especial”⁴⁵⁹.

Afonso Gonçalves

Em 1973, com 32 anos, é colocado no CICA, no Porto.

O seu primeiro contacto com o que viria a ser o MFA começa através de camaradas de Lisboa, essencialmente o Dinis de Almeida, “que vem, digamos, de jeito informar esta gente do Norte de um movimento de contestação ao decreto”, “do decreto do Sá de Viana de Rebelo, da transposição da antiguidade. Ora essa era a questão central”⁴⁶⁰.

A 9 de setembro de 1973 desloca-se de carro à reunião de Évora, com os camaradas Gaspar Borges e Boaventura Ferreira. Nessa reunião, todos estão à civil e o cerne da questão era o decreto, o problema da hierarquia, “mas isto evoluiu muito depressa, não sei bem como. Primeiro, a consciência de que muita gente está solidária com o problema, é uma força. Segundo, a consciência de que o regime não pode fazer nada contra nós, ou não quis ou não pôde, e se quisesse teria imediatamente cercado aquilo [o local da reunião] e ter-nos-ia facilmente prendido”⁴⁶¹.

Gonçalves vai a uma reunião em novembro de 1973, nos arredores de Lisboa, com cerca de 20/30 pessoas, entre as quais Vasco Lourenço, Vítor Alves⁴⁶², Banazol⁴⁶³, entre outros. Nesta reunião, o tenente-coronel Banazol terá dito “deixem-se de parvoíces, pá, que isto não tem pés nem cabeça, pode ser muito bonito a hierarquia para aqui e para ali. A questão central é a guerra, é o regime que tem de ir de botas e só vejo maneira de maneira de mandar o regime ao ar: fazer um golpe militar. Não há mais maneira nenhuma!”. É nesta reunião

⁴⁵⁹ Pp. 102-103.

⁴⁶⁰ P. 194.

⁴⁶¹ P. 199.

⁴⁶² Nasceu a 30 de setembro de 1935. Em 1954 entrou para a Escola do Exército, na arma de Infantaria. Fez comissões em Angola e Moçambique. Capitão de Abril, foi membro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e um dos redatores do seu programa, que negociou com a Junta de Salvação Nacional. Faleceu a 9 de janeiro de 2011.

⁴⁶³ Tenente-coronel, figura preponderante da orgânica do MFA e deste na Guiné.

que pela primeira vez “isto acontece em público e que alguém teve coragem de dizer”⁴⁶⁴.

A 5 de março de 1974 assina-se o documento do MFA, em Cascais. Pela primeira primeira vez vê Melo Antunes numa reunião, “deviam estar umas cem pessoas”⁴⁶⁵. Do CICA do Porto só Gonçalves foi, e a ordem era para que só fosse um representante. Fala da decepção visível quando a Marinha esteve presente nessa reunião como mera “observadora”: “eh pá esta cambada de marinheiros, não fizeram fizeram guerra nenhuma, eles sabem lá o que é isto pá, deixa lá essa cambada de filhos filhos da *****”⁴⁶⁶.

Para Gonçalves o núcleo duro do MFA do Norte era constituído pelo Albuquerque, Borges, Carneiro, Corvacho, Fonseca, Rocha, entre outros, isto é, muitos dos entrevistados que estão representados neste estudo. A partir de 5 de março, os militares que assinaram aquele documento, ficaram vinculados em obedecer dali para a frente ao MFA. Para Gonçalves “o verdadeiro 25 de Abril começa a 5 de março”⁴⁶⁷.

No rescaldo dos acontecimentos do 16 de Março, nas Caldas da Rainha, acaba por lá ser colocado dia 17. O capitão Gonçalves, como não queria ir, teve uma acesa discussão com o comandante da Região Militar do Norte, que, com aquele ato, mandou ordens específicas para o CICA que teria de ir para as Caldas, irremediavelmente. Entretanto, como Castro Carneiro tinha ido deixar uma Companhia à Guiné, também por “obrigação”, e como Gonçalves era o segundo mais novo do comando, acabou mesmo transferido para as Caldas. Fica nas Caldas até ao 25 de Abril, e mesmo aí estando, num novo ambiente e contexto, “quando estava na sala de oficiais não me coibia de fazer algumas verdades”⁴⁶⁸.

Nas vésperas do 25 de Abril, por ter sido inesperadamente transferido para as Caldas da Rainha, e ter saído do CICA, onde o núcleo da Região Norte estava concentrado, “as minhas funções eram evitar a possibilidade de, nas Caldas, se juntar uma força suficiente para impedir contra qualquer força do MFA que por ali passasse ou que tivesse alguma missão específica”; “eram para aí 6, 7 da manhã, não tive preocupação especial, nem nada, até porque não tinha código. E dei conta de que eles já

⁴⁶⁴ P. 200.

⁴⁶⁵ P. 206.

⁴⁶⁶ P. 210.

⁴⁶⁷ P. 220.

⁴⁶⁸ P. 222.

sabiam porque havia uma movimentação anormal na unidade, e o comandante, tinha mandado formar as tropas que lá tinha, as tropas da companhia operacional que lá tinha e tal. E eu, o que fiz? Muito simples. Dirigi-me ao aspirante que estava a comandar a força e perguntei-lhe ‘olhe, o que é que você está aqui a fazer?’, ‘ah, meu capitão parece que há para aí um barulho e tal...’, ‘há um barulho [problema]...se há um barulho, sabe muito bem que tem de haver barulho, portanto vamos lá ver se resolvemos esta questão. Olhe, eu sei que há barulho e que é hoje. Não sei é exatamente é quem vai passar aqui, nem como. A única coisa que quero saber é de que lado é que você está. Portanto, quem está, digamos, quem tem a credibilidade, o delegado desse Movimento das Forças Armadas sou eu, aqui. A minha missão é não deixar, impedir a todo o custo, que qualquer força entre em litígio com quem quer que seja que passe aqui à frente, portanto, como é que é?’, tudo isto em frente dos soldados, Gonçalves estava completamente sozinho⁴⁶⁹. Nisto, acaba por ir enfrentar pessoalmente o comandante e três majores que lá estavam: “Eu sou delegado do Movimento nesta unidade e tenho uma missão que os senhores vão cumprir que é: ninguém aqui faz coisa nenhuma, nem vai contra seja o que for”⁴⁷⁰. E assim foi, Gonçalves toma conta do Regimento de Infantaria 5, “o Dinis de Almeida que veio da Figueira da Foz, passou ali à frente e levou a tropa para onde quis, ninguém o molestou nem coisa nenhuma”⁴⁷¹.

Nos finais de abril, volta para o CICA, no Porto, para a sua unidade, para tratar de burocracias.

António Rocha

Acabado de chegar da sua 1ª comissão na Guerra Colonial, e após gozar o seu período de férias, foi colocado no Regimento de Infantaria 6, no Porto, em 1972.

Sobre o MFA, já numa sua fase adiantada, afirma que as primeiras reuniões para se desenrolar o golpe se realizaram após a publicação do livro do Spínola, *Portugal e o Futuro*. No Porto, “a coisa começou a mexer meio...eu fui depois do

⁴⁶⁹ Pp. 223-224.

⁴⁷⁰ P. 224.

⁴⁷¹ P. 225.

livro do Spínola, a gente começou a ter reuniões, portanto, começámos a ter contactos aqui no Porto, houve várias em casa dos meus pais, fomos a outras em casa do Albuquerque, outra no café *Convívio*...”⁴⁷².

O capitão Rocha vai à reunião de Évora, a 9 de setembro de 1973. “A de Évora, a gente estava aqui, portanto, já andámos a mexer, já andámos a falar, a falar, a falar, houve a reunião de Évora, e eu fui num carro com o Magalhães (...) o nosso contacto era no Templo de Diana, e lá fomos para Alcáçovas”; “depois houve várias reuniões, portanto, eu lembro-me das reuniões, de duas ou três ou quatro, que eu fiz em minha casa [casa dos pais]”. Nesta reunião, segundo o testemunho de Rocha, falava-se muito por alto de uma resolução política do conflito.

Abordando as reuniões em sua casa, no Porto, “as reuniões eram sempre muito giras porque tinha vários indivíduos que depois foram uns para um lado, uns mais para a Direita, outros mais para a Esquerda, etc., mas acabava-se sempre com uns bolinhos de bacalhau e um verde branco que a minha tia fazia de propósito àquela hora da noite, que os levava por exemplo à uma da manhã ou quê”⁴⁷³. No início as reuniões em sua casa tinham cerca de 12 pessoas, todos capitães passados por África. Numa das reuniões no Porto, Rocha diz que Azeredo terá dito “eles cagam nos papéis! Este problema só se resolve pegando nas armas”⁴⁷⁴. No final de 1973 “houve uma altura em que a gente, lá em minha casa, estávamos para pedir demissão das Forças Armadas”⁴⁷⁵. Esta ideia veio a propósito de que “nós queríamos pressionar já o poder político para nos ouvir. Para ver se chegávamos a um consenso de politicamente resolvermos o assunto, era já dessa consciência”⁴⁷⁶.

Sobre as origens e objetivos do Movimento, diz: “é um bocado complicado. Eu acho que a origem começou por os puros e impuros, ou seja, houve ali um decreto-lei dos indivíduos milicianos e dos capitães...e do pessoal do Quadro. Aí foi a génese disto”. “Eu tenho noção que já nesse tempo que está a despoletar qualquer coisa. Portanto, porque já havia pessoal com várias comissões. Já se falava, portanto, que...numa solução política (...) do conflito. Que não havia outra maneira, pronto. E,

⁴⁷² P. 139.

⁴⁷³ Pp. 140-142.

⁴⁷⁴ P. 145.

⁴⁷⁵ P. 144.

⁴⁷⁶ P. 145.

portanto, e nessa reunião de Évora mais fiquei vincado que, que havia que se andar para a frente com qualquer coisa”⁴⁷⁷.

Contudo, estando já por dentro da estrutura do MFA, do Porto, em inícios é enviado para os Açores, e “o único contacto que tive foi quando estive lá o Antunes e o Vasco Lourenço, que foram recambiados para lá”⁴⁷⁸. É colocado em Delgada, no Batalhão de Infantaria 8. Por aqui fica durante três meses, com o preparar uma companhia para a guerra. No final desta instrução, é colocado no Regimento de Infantaria 1, na Amadora. Nesta comissão, já sabia de antemão que iria como oficial de operações.

De partida para Moçambique, chega “lá para 21 ou 20” de abril de 1974, a Nampula. Fez a viagem de avião. “Fui à frente com o comandante, por isso é que eu contava estar cá, no 25 de Abril não estive. Porque era norma que o comandante do batalhão e o oficial de operações partissem antes da Companhia, para se inteirar donde é que ficava e fazer o contacto com o comando de batalhão que ia sair, e para essas coisas todas”⁴⁷⁹. Na partida e na chegada a Moçambique, já sabia que qualquer coisa “estava para breve”⁴⁸⁰, referindo-se ao 25 de Abril.

Quando se dá o 25 de Abril, está no *Hotel Morgado*, hotel “onde ficavam os oficiais de passagem em Nampula”⁴⁸¹. Tem conhecimento deste acontecimento pela rádio, e por ver muitos dos seus camaradas contentes, “aquilo constou logo, o pessoal ficou animadíssimo, o pessoal ficou contente e pronto, logo com ideias que a guerra ia acabar e etc.”; “foi a primeira ideia, sem dúvida, geral. Claro que havia sempre uma cautela a saber o resultado. E tínhamos cuidado a ver se havia alguém que tivesse morrido”⁴⁸². No rescaldo dos acontecimentos, a sua companhia ainda não tinha chegado a território moçambicano.

Nos primeiros tempos após o 25 de Abril, em Moçambique, “estou convencido que continuou tudo na mesma”, “portanto, naquele período todo aquilo continuava a rolar. O que é que havia, sem dúvida, comunicações para as unidades não se exporem tanto, para terem cuidado”, “as operações, estou

⁴⁷⁷ Pp. 143-144.

⁴⁷⁸ P. 146.

⁴⁷⁹ P. 150.

⁴⁸⁰ P. 152.

⁴⁸¹ P. 154.

⁴⁸² P. 156.

convencido que devem ter baixado um bocado, mas o sistema continuou ainda todo na mesma, até que viessem ordens do continente”⁴⁸³.

Volta em finais de agosto de 1974 para Portugal. Chegado a Portugal é colocado no Regimento de Infantaria do Porto: “claro que isto, cheguei ao RIP, o RIP estava todo alteradíssimo, não é? Tudo, não faz ideia. Era, era o pessoal que ia lá ia lá cantar, era o José Mário Branco, eram outros gajos, etc. Pronto, era o tempo do 25 do 25 de Abril”⁴⁸⁴. Era o início da Democracia.

Castro Carneiro

Após duas comissões cumpridas no Ultramar, é colocado no CICA, no Porto, no Outono de 1973.

Nesta fase, “eu continuo a dizer e julgo que isso que é, que é nítido, que provavelmente o 25 de Abril para a maioria das pessoas foi realmente um problema, pá, fundamentalmente profissional. Não me faz confusão nenhuma quando ouço dizer que o 25 de Abril foi um golpe militar”; “aquilo que havia era muito mais a ideia de quer era preciso resolver este problema do que propriamente estarmos a pensar no que é que fariamos no dia seguinte”; “o problema era a guerra, é evidente. É evidente que nessa altura já o problema era a guerra, que para a qual não havia saída”; “precisávamos de ver uma, uma mudança de atitude, pá, da parte do governo, que não esta”; “a ideia nunca era tanto da Província que estava pior ou melhor, ou mais tiro menos tiro, a ideia era sempre ‘temos que resolver esta situação’, embora havendo a consciência que a Guiné estaria pior do que as outras, a Guiné está para cair, portanto, caindo a Guiné vão cair as outras a seguir”; “estamos num beco sem saída, não há realmente, pá, outra saída que não seja pensar noutro caminho”; “realmente não há solução. Estes não o querem fazer, têm que ser outros”; “ainda hoje sou muito mais militar do que político”⁴⁸⁵.

O tempo foi passando, “até que realmente apareceram os planos...22,21, não faço ideia, na ordem dos 20 de abril, e fui eu que...eu e mais um dos meus alferes, que fomos levar a Lamego, Vila Real e Bragança”; “sei que os recebi no CICA, aliás, não fui eu que os recebi, julgo que foi o Albuquerque, julgo que foi o Albuquerque ou o Corvacho que os trouxe, ou o Gonçalves...o Gonçalves não porque, se calhar, na

⁴⁸³ P. 159.

⁴⁸⁴ P. 161.

⁴⁸⁵ Pp. 144-147.

altura...o Gonçalves no 16 de março foi chutado para as Caldas da Rainha, imediatamente a seguir”⁴⁸⁶.

Por estar na “sede” do 25 de Abril no Porto, facilmente integrou o grupo e reuniões “sobre todos os aspetos, não havia realmente o mínimo de cuidado. Era posição de muito mais de força ‘fazemos porque queremos fazer e nem estamos aqui dispostos a dar cavaco’”. “Em minha casa ninguém sabia disto. Nem das reuniões nem de nada. Quando fui levar os planos e tive um dia todo fora, julgo que nessa altura ainda não disse nada. Só quando fui para o CICA no dia 24 – às 9 da noite, ou uma coisa qualquer – é que disse à minha mulher e à minha irmã: ‘ouvi o Rádio Clube Português’, e não lhes disse mais nada”⁴⁸⁷. Na última reunião, em casa do capitão Albuquerque, “ficou combinado que eu iria prender o Chefe de Estado-Maior da Região Militar Norte, o Borges iria prender o brigadeiro e 2º comandante, e o Azeredo e o Albuquerque iriam com a minha Companhia, pá, da instrução que era a minha...o Corvacho e já não sei se o Boaventura Ferreira, já não me lembro”; “as operações no Porto são feitas exclusivamente pelo CICA. O Corvacho era o comandante, que não estava no CICA, mas que nessa noite foi lá. E era o comandante da Polícia do Exército que estava no Quartel-General. E foi um alferes do Corvacho, de que já não me recordo o nome, que abriu as portas do Quartel-General, quando a coluna do CICA lá chegou”⁴⁸⁸.

Finalmente, eis que chega a hora de entrar com o plano em ação, “no 25 de Abril eu vou prender o Chefe de Estado-Maior da Região Militar do Norte”, que “vivía no [bairro do] Foco. Fui prendê-lo a casa, onde estive até, julgo, que as seis, seis e tal da manhã”; “não o acordei, fiquei à espera que ele saísse”, e “quando o vi, dirigi-me a ele e disse-lhe: ‘meu coronel, sou o capitão Carneiro e tenho por missão conduzi-lo ao CICA’”, “teve alguns desabafos de quem não gosta da situação, o que é perfeitamente normal”⁴⁸⁹.

Durante o dia 25, confessa que “tivemos algum receio enquanto não chegou a Companhia do major Fonseca” oriunda de Lamego, “porque o CICA nessa altura estava mesmo sem ninguém. A Companhia que existia no CICA era uma

⁴⁸⁶ P. 150.

⁴⁸⁷ P. 155.

⁴⁸⁸ Pp. 160-161.

⁴⁸⁹ Pp. 161-162.

Companhia de Instrução. Não era propriamente uma unidade, pá, combatente”; “ainda por cima estamos ali perto do Quartel do Carmo, recordo-me que tivemos alguns receios. A GNR felizmente não saiu”, e ainda para mais “não estávamos assim tanto ao corrente” do que se passava em Lisboa, e “o Rádio Clube Português a determinada altura, cortaram os emissores de Miramar e os CTT’s também cortaram os telefones”⁴⁹⁰. No resto do dia, “a minha posição é a de que um homem que passa, pá, o 25 de Abril na rua ou no CICA”, e a “tomada da PIDE julgo que é com forças do...com blindados do Regimento de Cavalaria 6, e é feita no dia seguinte, ou dois dias depois, com o Azeredo”⁴⁹¹.

Castro Carneiro passa as noites de 25 para 26 e de 26 para 27 no CICA, sempre em contacto próximo com o desenrolar das operações. Depois do 25 de abril “fiquei pelo CICA julgo que até ao 28 de setembro”; “fiz a minha atividade normal. Continuei a comandar a minha Companhia de Instrução, onde realmente fiz uma série de amigos”⁴⁹². Posteriormente, acabou por ser o responsável pela Dinamização Cultural, promovido no MFA, no distrito do Porto.

Neste último ponto, tratamos do percurso destes militares, desde o momento em que regressaram à Metrópole vindos das suas comissões e, aos poucos, foram sendo colocados no CICA, local onde se conheceram pela primeira vez e começaram a estabelecer os primeiros contactos junto do MFA.

Como vimos, a bagagem que cada um trouxe do conflito colonial, relativamente à realidade colonial, ao quotidiano militar, ao desgaste da guerra, à inoperância do regime em arranjar uma solução, face à persistente condenação internacional, levou a que estivessem reunidos um conjunto de fatores propícios para que, em julho de 1973, se criasse o Movimento dos Capitães, como forma de protesto contra os DL do Ministro Sá Viana Rebelo, que facilitavam o acesso dos oficiais milicianos ao quadro permanente do Exército. Considerando-se prejudicados, os oficiais de carreira, sobretudo os capitães, organizaram-se em defesa dos seus direitos. Mas, apesar destes militares afirmarem que inicialmente o pretexto usado foram os DL de 1973, as razões não se ficaram única e exclusivamente por essa justificação. Contudo, a motivação do que viria a ser o 25 de

⁴⁹⁰ Pp. 163-164.

⁴⁹¹ P. 169.

⁴⁹² P. 171.

Abril, na opinião de Castro Carneiro, resultava mais da ideia de que havia um problema para resolver, a guerra. Era preciso uma mudança, uma mudança de política para, enfim, encontrar uma solução.

Demonstrámos ao longo deste trabalho o descontentamento dos militares o rumo que a guerra estava a levar. Tudo começou em Angola, mas rapidamente se alastrou à Guiné e a Moçambique. Suportar três frentes de combate pesou muito nestes militares, aqueles que realmente estavam no meio do mato, no meio do nada, sempre na expectativa de serem atacados pelo inimigo, ou se este estaria a preparar uma emboscada. Comissão atrás de comissão, defenderam aquilo que inicialmente achavam serem os interesses nacionais, na honra do Ultramar português, mas com o passar dos anos começaram a acreditar que todo aquele esforço era em torno de um propósito que não fazia sentido.

Desta forma, os DL do ministro Sá Viana Rebelo não foram a única causa pela qual estes militares se revoltaram. Há muito que estes militares vinham a estar cada vez mais descontentes, e havia a necessidade de se encontrar uma solução para se alterar a conjuntura nacional. Clandestinamente, os militares impuseram-se contra estas medidas que colocavam em causa a sua carreira profissional, em detrimento de outrem, e, acabaram por ver as suas reivindicações atendidas. Contudo, ao ver que organizadamente e a uma só voz, conseguiam contrapor-se às pretensões do regime, organizaram-se e iniciaram uma teia de contactos para conseguirem derrubar o poder e alterar o rumo do país e da Guerra Colonial, juntando cada vez mais elementos para se unirem a esta causa.

Segundo as descrições feitas pelos entrevistados, todos eles, uns mais do que outros, foram elementos do núcleo do Norte do MFA fundamentais para o desenvolvimento dos planos, em conjunto com a estrutura central de Lisboa, que viriam a dar fruto às operações do 25 de Abril. Temos António Albuquerque, que organizou reuniões em sua casa, e era um elemento próximo de Eurico Corvacho, um dos grandes líderes da organização do Movimento no Norte; Gaspar Borges, teve a missão de prender o 2º Comandante da Região, o brigadeiro Barreto; Delgado Fonseca, que, após o 16 de Março, é nomeado Diretor de Instrução de Operações Especiais nos *Rangers* de Lamego e passa a ser o grande coordenador do Movimento nesta unidade, que nas operações do 25 de Abril tem um papel preponderante na cidade do Porto; Afonso Gonçalves, no rescaldo do 16 de

Março, é transferido para a unidade protagonista desses acontecimentos, o Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha, e fica encarregado de tomar conta da unidade e impedir que se juntasse uma força militar capaz de colocar em causa a Operação Fim Regime; Boaventura Ferreira, que esteve envolvido na tomada do Quartel-General do Porto; e Castro Carneiro, que tem a tarefa de prender o Comandante da Região Militar do Norte. António Rocha, organizou reuniões em sua casa, mas, entretanto, acabara por ser mobilizado para Moçambique nas vésperas do 25 de Abril.

Quadro VI - Papel e função no 25 de Abril na cidade do Porto

Nome	Papel e função no 25 de Abril de 1974
António Albuquerque	Contactou com milicianos no CICA; organizou reuniões em sua casa; elemento próximo dos líderes do MFA na zona Norte; envolvido na ocupação do Quartel-General do Porto;
Gaspar Borges	O primeiro dos entrevistados a chegar ao CICA; elemento próximo dos líderes do MFA na zona Norte; ia a reuniões na zona de Lisboa; prende o 2º Comandante;
Delgado Fonseca	Rapidamente integrado nas reuniões com os seus camaradas; após o “Golpe das Caldas” para Lamego, e passar clandestinamente a ser o coordenador do MFA na unidade dos Rangers; mobiliza e chefia uma companhia de Comandos na madrugada de 25 de Abril para a cidade do Porto, de forma a apoiar as operações;
Afonso Gonçalves	Primeiro contacto com o MFA com camaradas de Lisboa; reuniões na zona de Lisboa; presente na assinatura do documento do MFA a 05/03/1974 em Lisboa; no rescaldo do “Golpe das Caldas”, é colocado nesta unidade; funções de evitar a possibilidade de nesta unidade se juntar uma força suficiente para impedir qualquer força do MFA a 25 de Abril;
António Rocha	Fez reuniões em sua casa; em inícios de 1974 é destacado para os Açores para preparar uma Companhia para partir para o Ultramar; quando se dá o 25 de Abril está destacado em Moçambique;
	Elemento da Chefia de Reconhecimento de Transmissões; contactado

Boaventura Ferreira	por Vasco Lourenço; presente na reunião de 09/09/1973 em Alcáçovas; reuniões em casa de António Rocha; responsável por chefiar os Serviços de Transmissões Militares a 25 de Abril de 1974;
Castro Carneiro	Integrou facilmente o grupo do MFA no CICA; encarregue de prender o Chefe de Estado-Maior da Região Militar do Norte;

Considerações Finais

Este trabalho incidiu fundamentalmente sobre a Guerra Colonial e nos principais intervenientes do 25 de Abril na cidade do Porto: os militares profissionais saídos aspirantes da Academia Militar, feitos capitães, que, em pleno combate, comandaram os seus homens no continente africano pela defesa do Ultramar português.

Como vimos, terminada a II GM e após Portugal ter entrado na ONU, a conjuntura não era nada favorável à manutenção das colónias africanas. Apesar da vaga de descolonizações e das fortes pressões internacionais, Salazar manteve-se intransigente quanto a manter intacto o Império português. Ao mesmo tempo, os estudantes africanos, oriundos das colónias, começavam a estabelecer os primeiros contactos e a ajudar a criar os primeiros movimentos de forma a estruturarem organizadamente o seu descontentamento contra a soberania portuguesa. Não muito mais tarde, deram-se as primeiras revoltas, os primeiros sinais de que algo mais grave poderia acontecer. Os acontecimentos em Pidjiguiti, em Mueda e na Baixa do Cassange refletem isso mesmo, e tal viria a verificar-se efetivamente quando a guerra começa em 1961, em Angola. Como

referido neste trabalho, os acontecimentos de fevereiro e março desse ano não foram uma surpresa total, de todo, mas a forma e a violência com que os ataques foram perpetrados contra os colonos é que foram surpreendentes, tal como os contra-massacres cometidos posteriormente pelos colonos brancos, como resposta a estes ataques por parte dos guerrilheiros.

Um dos objetivos deste trabalho, feita a apresentação dos antecedentes que permitiram antever o deflagrar da guerra e o desenrolar da mesma, era fazer um retrato dos militares que se propuseram a candidatar à Academia Militar, que combateram nas colónias africanas e, por fim, acabariam por aderir ao MFA e participar nas ações do 25 de Abril de 1974 na cidade do Porto. Esse estudo, feito ao longo do segundo capítulo deste trabalho, representa o contributo principal e o centro desta dissertação. No fundo, o objetivo era caracterizar estes militares e interpretar as narrativas desta geração usando as sete entrevistas já mencionadas. Trabalhámos em cinco grandes pontos, nos quais estão inseridas todas as intervenções e informações que acrescentam real valor para alcançar o resultado final desta comunicação. Para alcançar os resultados obtidos, foi fundamental uma leitura e interpretação atenta das transcrições das entrevistas recolhidas.

Buscámos as origens destes militares e o seu percurso desde a infância até à sua idade adulta. Como pudemos verificar, todos os militares são originários da zona Centro/Norte do país, predominantemente de meios rurais, afastados dos grandes centros urbanos. O seu contexto familiar remonta a famílias de classe média/baixa, os pais tinham maioritariamente a 4ª classe, ora eram comerciantes, proprietários, ou camponeses de poucas posses. Contudo, acabaram por ingressar na Academia Militar em diferentes anos letivos, sendo que tal foi possível devido às reformas que foram modernizando as Forças Armadas Portuguesas desde os anos 50, principalmente na Escola do Exército, que, aos poucos, foram permitindo que a vida militar deixasse de ser praticamente “exclusiva” das elites e das famílias abastadas, sendo atingido o pináculo desta abertura quando, em 1958, o então ministro da Defesa, Santos Costa, promulgou legislação que permitia ser possível o custeio integral do enxoval dos novos alunos que entrassem na Academia Militar, provocando o aumento de candidatos. É inegável que, sem estes factos, muito provavelmente, alguns destes militares não teriam hipóteses de custear as despesas que o ingresso na carreira militar profissional acarretava.

Todos eles se consideraram bons desportistas em diversas modalidades e com aptidões para a atividade física durante a adolescência, e obviamente, se assim não fosse, muito dificilmente teriam entrado na AM. Similarmente, não se recordam ou não tiveram contacto com a Mocidade Portuguesa na escola primária. Já no liceu, todos eles estiveram envolvidos nas atividades dessa organização, participando e aderindo às práticas com brio e orgulho.

Sobre assuntos políticos no seio familiar, estes militares, durante a infância e a adolescência, simplesmente dizem que não tinham maturidade para se exprimirem e interpretarem detalhadamente aquilo que os adultos pudessem discutir. No entanto, confessam que podiam existir comentários ocasionais contra a ditadura, mas pouco mais do que comentários. O receio da repressão pairava sempre nas famílias portuguesas. Uniformemente, estas famílias tinham mentalidades e costumes tradicionais e conservadores, sem esquecer a prática religiosa católica.

No fundo, as origens destes militares exemplificam em grande medida aquilo que era uma família tradicional dos estratos médios do meio rural, vários irmãos, famílias com o seu próprio pequeno negócio ou com profissões ligada à Administração Pública, algum possível descontentamento contra o regime, mas sem levantar grandes objeções e comentários, vários irmãos e frequentaram um ensino vocacionado para a disciplina e respeito, no qual alguns acabariam por chumbar alguns anos no liceu.

Tendo conhecimento das suas origens e percurso de vida até à idade adulta, quisemos perceber que motivações os levaram a escolher a vida militar profissional. Concluímos que nenhum deles concorreu à Academia Militar - pelo menos nenhum o refere diretamente ao narrar a sua vida antes desse ingresso - com o objetivo de lutar e defender a pátria de uma possível rebelião, antes da guerra ou durante esta. Apenas Castro Carneiro, influenciado um pouco pelas práticas da MP, e Gaspar Borges, que inicialmente pretendia ir para a Marinha face ao seu gosto pela vida marítima, mas acaba por entrar em Infantaria, dizem que sempre tiveram vontade de ir para a tropa. Quanto aos restantes, os principais motivos que levaram estas pessoas a concorrer à Academia Militar, na altura, foram a influência de amigos próximos que já lá estavam e porque a vida militar poderia constituir um escape após terem andado e desistido de cursos superiores.

Além disso, o ingresso na Academia permitia-lhes ingressar na tropa não como soldados milicianos, mas sim como oficiais de carreira.

Matriculados na AM, pretendemos perceber como se desenrolava a formação dos oficiais portugueses, neste caso no Exército, na preparação das suas tropas para o combate real. Encontrámos aspetos muito interessantes, que nos permitiram, em grande parte, enriquecer o nosso conhecimento nesta matéria. Estes militares entraram em anos letivos diferentes, e a sua formação e instrução acabaria por se ir moldando e adaptando consoante as circunstâncias em que o Exército se encontrasse. Vamos explicar como se processava o ensino dos jovens cadetes. No caso português, o Exército está representado através das Armas de Artilharia, Cavalaria e Infantaria. O primeiro ano era comum a todos, chamado “ano geral”, de disciplinas teóricas e não muito relacionadas com a vida militar. O segundo ano também era comum às Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, mas não à de Engenharia que começava a ter formação separada e mais específica. Somente no terceiro ano é que os cadetes que seguiam cada uma das Armas eram separados e começavam a ter disciplinas propriamente militares. Do ponto de vista físico, a formação era desde cedo muito dura e cansativa. Mas, obviamente, tal como na teoria, na prática, desde a táticas e técnicas militares, a formação ia gradualmente aumentando de dificuldade. Alguns destes militares, nas palavras dos próprios, pensavam que iam chegar à Academia Militar e “desatar aos tiros”, mas enganaram-se redondamente.

Os mais antigos, aqueles que entraram mais cedo na AM, em 1957/1958 ou em 1958/1959, como António Albuquerque ou Gaspar Borges, não chegaram a ter qualquer tipo de formação específica para o combate subversivo que iriam encontrar nas colónias africanas, salvo Delgado Fonseca que afirma que no seu 3º ano de Artilharia começa a ter instrução de algumas técnicas de contra-guerrilha. Relativamente àqueles que terminaram o seu tirocínio, que era o ano de estágio na Escola Prática da Arma (Mafra, para Infantaria; Torres Vedras, para Artilharia; e Santarém, para Cavalaria), uma vez já iniciada a Guerra Colonial admitem que, a partir, fundamentalmente, do tirocínio, começam a receber alguma formação de contra-guerrilha dos capitães que regressavam das primeiras comissões em África. Mesmo assim, quanto mais antigo tiver sido o ano de entrada, menor foi a preparação devida para o tipo de combate e inimigo que iriam enfrentar. Dos entrevistados que mais cedo ingressaram na AM, nenhum deles se diz recordado de nos seus primeiros anos terem tido formação para o combate de contra-

guerrilha, apesar de oficiais portugueses terem ido à Argélia em busca de conhecimento. Só mais tarde, quando os primeiros militares, cumprida a sua comissão, começam a chegar de África, a instrução evolui para um patamar mais perto da realidade que iriam encontrar nas colónias africanas. Contudo, António Rocha afirma que os portugueses foram os verdadeiros pioneiros no combate à subversão, e não os franceses⁴⁹³, devido ao contexto em que estiveram envolvidos: “de certeza que os franceses não passavam o que eu passei, por exemplo, dezoito meses no meio do mato, com um pequeno furo de água, sem ter latrinas”⁴⁹⁴.

Terminados os três anos de formação, os cadetes, passam a aspirantes, ao ingressar no 4º, o ano de estágio (tirocínio), que consiste em, nada mais, colocar em prática durante um ano letivo aquilo para que foram treinados anteriormente. Terminado o tirocínio são promovidos a alferes e colocados num Regimento à espera de serem chamados para partir para o Ultramar.

Alguns deles, casos de Delgado Fonseca e Gaspar Borges, admitem que, quando ocorrem os massacres do 15 de Março, os superiores lhes passam fotografias dos portugueses mortos de forma a os espicaçar para a guerra.

Destes sete militares, três acabariam por tirar o curso de *Rangers*: António Albuquerque, Delgado Fonseca e António Gonçalves. Mais à frente, Castro Carneiro, já em Angola, tiraria o curso de Comandos.

Através das narrativas destes militares, pretendemos demonstrar a realidade destes em África, de forma a perceber como se fazia e o que era a Guerra Colonial no quotidiano destas pessoas.

Uma “comissão”, por defeito, correspondia a um período de destacamento de 24 meses, e, todos eles, estiveram destacados nas chamadas “tropa de quadrícula”, que consistia, sobretudo, em controlar uma determinada área de terreno. Conforme pudemos consultar, cada militar teve um percurso único com experiências de combate, emboscadas, explosões, assaltos, preparação de operações, enfim, cada um destes sete militares contribuíram com o máximo das suas capacidades enquanto estiveram no terreno. Mas estes sentimentos foram-se esfumando com o passar do tempo, porque todos eles foram perdendo a crença no

⁴⁹³ P. 81 desta dissertação.

⁴⁹⁴ Pp. 42-43

verdadeiro sentido daquela guerra, verificando o desgaste causado nas três frentes de combate e a deterioração das condições das forças terrestres e do recrutamento. Os entrevistados chegaram às colónias em anos distintos, a colónias diferentes e, claro está, a realidades diversas. Operacionalmente, como alferes e tenentes, podiam comandar um pelotão de cerca de 30 homens, e, como capitães, comandavam uma companhia que poderia ter cerca de 150 homens.

Ao fim de um determinado número de comissões, na reta final da Guerra Colonial, começam a ser colocados no CICA, no Porto, e é aí que começam a estabelecer os primeiros contactos entre si. O desgaste causado pela guerra, a descrença no regime e na sua capacidade de alcançar uma via para o fim do conflito, e o descontentamento perante os decretos do ministro Sá Viana Rebelo, foram argumentos suficientes para ser criado o MOFA. O Movimento foi ganhando cada vez mais força até se transformar no MFA e ganhar apetência, solidez e capacidade suficiente para preparar um golpe para derrubar o regime. Destes sete militares, uns com maior, outros com menor preponderância fizeram parte do núcleo duro do Movimento na zona Norte. Foram Capitães de Abril.

Este trabalho, comprometeu-se a dar a conhecer alguns dos militares que estiveram na guerra e fizeram o 25 de Abril na cidade do Porto. Usando a amostra de sete valentes militares, pudemos aplicar todos os seus comentários, opiniões, desabafos e recordações nesta dissertação. Deste o momento em que entraram para a escola primária, até ao momento em terminaram com o Estado Novo. O resto é História.

Bibliografia

Fontes primárias: entrevistas

Entrevista realizada ao Coronel Gonçalves por Manuel Loff e Nuno Martins, a 22 e 27 de dezembro de 2003, e a 13 de janeiro de 2004, em Custóias. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Entrevista realizada ao Coronel Albuquerque por Manuel Loff e Nuno Martins, dias 27 de novembro; 4 e 16 de dezembro de 2003, em Leça da Palmeira. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Entrevista realizada ao Tenente-Coronel Borges por Manuel Loff e Nuno Martins, a 15 e 22 de março, a 21 de junho e 23 de setembro, na Maia. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de

Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Entrevista realizada ao Coronel Delgado Fonseca por Manuel Loff e Nuno Martins, a 6 e 27 de março de 2004, na Delegação do Norte da Associação 25 de abril, no Porto. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Entrevista realizada ao Coronel Rocha por Manuel Loff e Nuno Martins, a 20 de fevereiro, 1 e 8 de março de 2004, no Porto. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Entrevista realizada ao Coronel Boaventura Ferreira por Manuel Loff e Nuno Martins, dias 4 e 29 de maio de 2004, no Porto. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Entrevista realizada ao Coronel Castro Carneiro por Manuel Loff e Nuno Martins, a 13 e 22 de novembro, e 6 de dezembro de 2003, em Senhora da Hora. Citar-se-á a transcrição que se encontra conservada na Delegação Norte da Associação 25 de Abril, do arquivo do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade (CDIAL).

Fontes primárias: monografias

AZEREDO, Carlos de, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Porto: Editora Civilização, 2004.

JARDIM, Jorge, *Moçambique Terra Queimada*, Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Lisboa: Arcádia, 2ª ed., 1974.

Fontes secundárias: monografias

AFONSO, Aniceto; COSTA, Manuel Braz da, “Subsídios para a caraterização sociológica do movimento dos capitães”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, pp. 97-122, 1985.

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coords.), *Os Anos da Guerra Colonial 1961-1975*, Matosinhos: Quidnovi, 2010.

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coords.), *Guerra Colonial*, Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2005.

ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano (Séculos XIX e XX)*, Lisboa: Edições Colibri, 2000.

ANTUNES, José Freire, *O Fator Africano 1890-1990*, Bertrand Editora, 1990.

BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, Lisboa: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, Mem Martins: Círculo de Leitores, vol. IV-V, 2004.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.), *História da Expansão Portuguesa – O último império e recentramento (1930-1998)*, Villatuerta-Estella: Gáfrica Estella, vol. V, 1999.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

CARRILHO, Maria, “O 25 de Abril de 1974 e o papel político dos militares”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, pp. 77-90, 1985.

COSTA, Nuno – O Norte a sós: a Revolução do 25 de Abril de 1974 no Norte de Portugal, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2011.

FERREIRA, José Medeiros (coord.), *Portugal em Transe (1974-1985)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VIII, 1994.

FERREIRA, José Medeiros, “Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril – o período pré-constitucional”, in REIS, António (dir.), *Testemunhos Contemporâneos*, Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

LOFF, Manuel; PEREIRA, M. da Conceição Meireles (coord.), *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal – Desde os tempos mais antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano*, Lisboa: Palas Editores, vol. II, 1973.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 Guerra Colonial: Causas e Consequências – o 4 de fevereiro e o 15 de março*, Alfragide: Texto Editores, 2011.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal – O Estado Novo*, Alfragide: Ediclube, vol. XVII, 2004.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar - Uma Biografia Política*, Alfragide: Publicações D. Quixote, 2010.

MOREIRA, Adriano, et. al, *Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974)*, S. Pedro do Estoril: Atena, 2000.

PINTO, António Costa, *O fim do Império português: a cena internacional, a Guerra Colonial e a descolonização: 1961-1975*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Alfa, vol. V, 1989.

RIBEIRO, Jorge, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto: Campo das Letras, 1999.

ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VII, 1994.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa: Assíro & Alvim, 1993.

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal - A Segunda República – De António Salazar ao Marcelismo*, Matosinhos: Quidnovi, Vol. IX, 2004.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. De Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, (coord.) ROSAS, Fernando, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa: Editorial Presença, vol. XII, 1992.

Fontes secundárias: documentários

Furtado, Joaquim, *A Guerra*, RTP, vols. I-IX, 2007-2013.

Infografia

O Portal da História - <http://www.arqnet.pt>

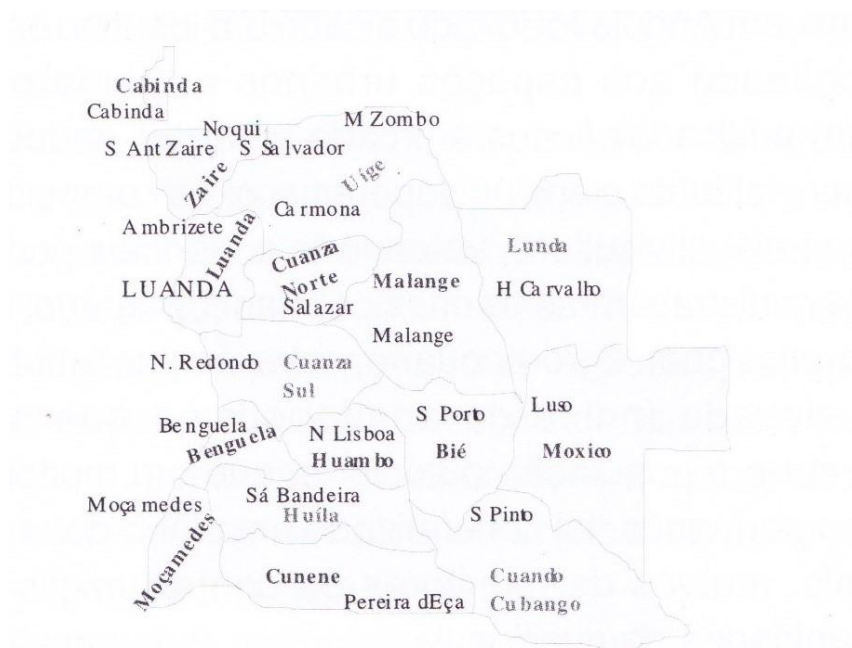
Portal dos Veteranos da Guerra do Ultramar -

<http://ultramar.terraweb.biz/index.htm>

Associação 25 de Abril - <http://www.25abril.org/a25abril>

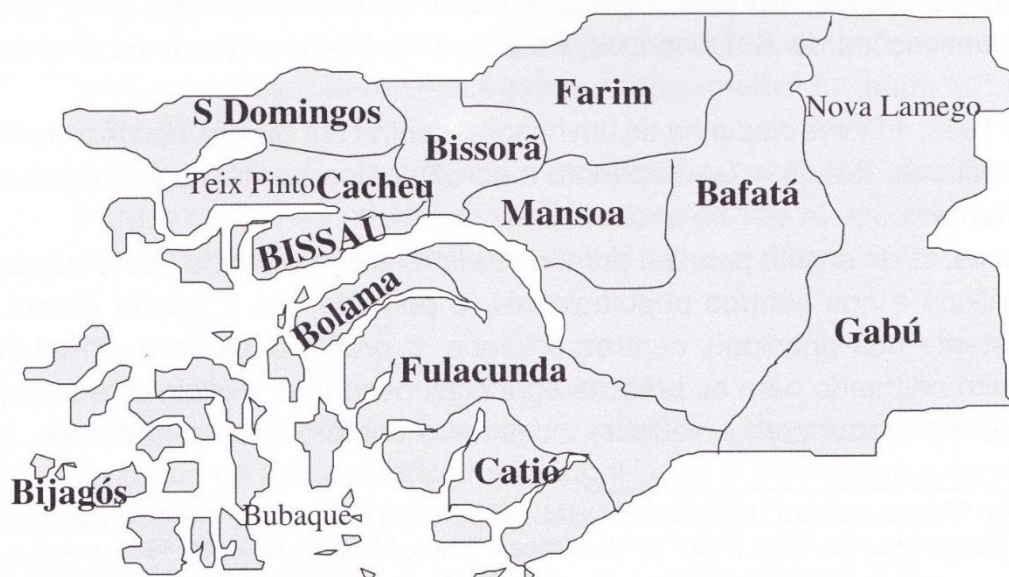
Anexos

Anexo 1 - Divisão Administrativa de Angola durante a Guerra Colonial



Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 49.

Anexo 2 - Divisão Administrativa da Guiné durante a Guerra Colonial



Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 55

Anexo 3 - Divisão Administrativa de Moçambique durante a Guerra Colonial



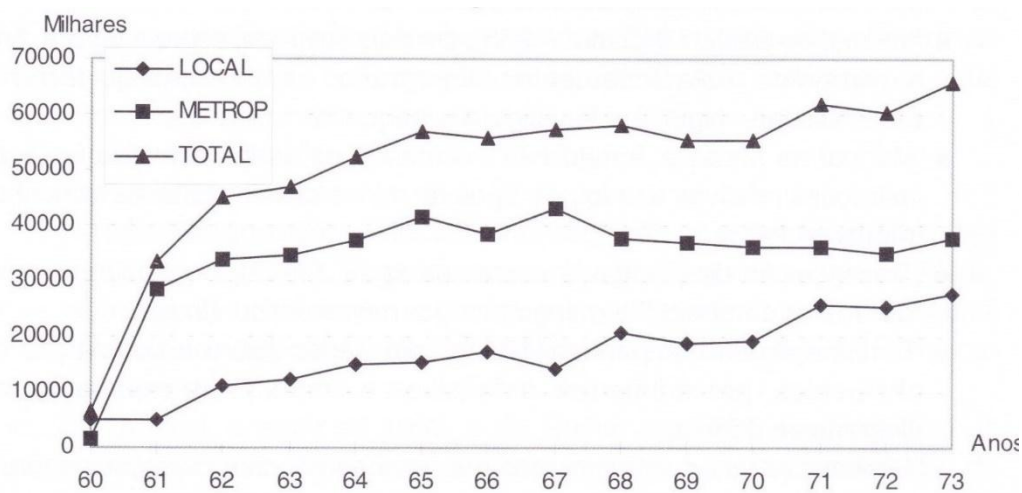
Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 63.

Anexo 4 - Candidaturas à Academia Militar

Ano Académico	Vagas	Candidatos	Admitidos	Vagas não preenchidas	Sargentos promovidos	Défice líquido
1961-1962	265	559	257	8	—	8
1962-1963	266	444	266	0	—	0
1963-1964	200	392	180	20	—	20
1964-1965	262	307	137	125	—	125
1965-1966	350	283	129	221	42	179
1966-1967	377	199	90	287	118	169
1967-1968	410	175	90	320	236	84
1968-1969	430	149	58	372	261	110
1969-1970	460	112	33	427	226	201
1970-1971	400	151	62	338	287	51
1971-1972	550	169	103	447	200	247
1972-1973	495	154	72	423	—	423
1973-1974	243	155	88	155	—	155

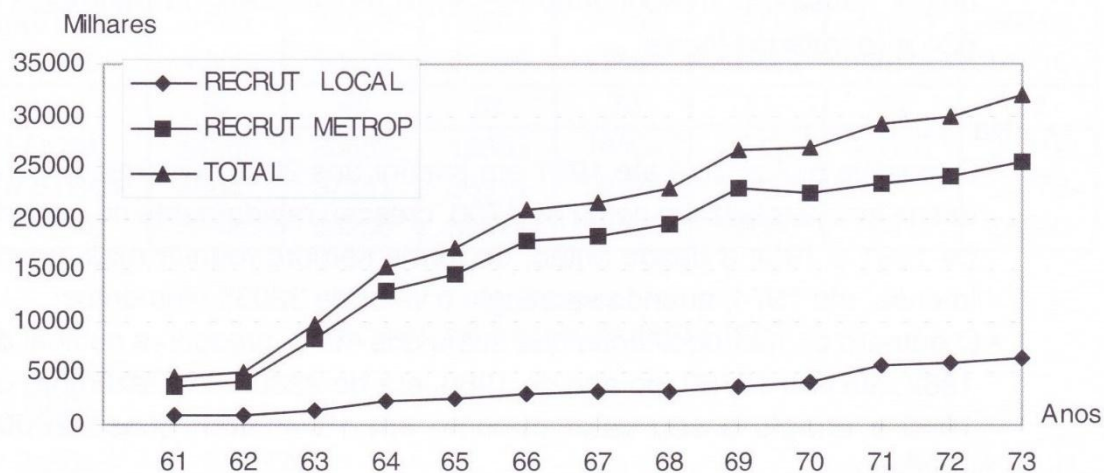
Fonte: PINTO, António Costa, “A Guerra Colonial e o Fim do Império Português”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.), *História da Expansão Portuguesa – O último império e recentramento (1930-1998)*, vol. V, p. 77.

Anexo 5 - Efetivos, em Angola, de 1960 a 1973



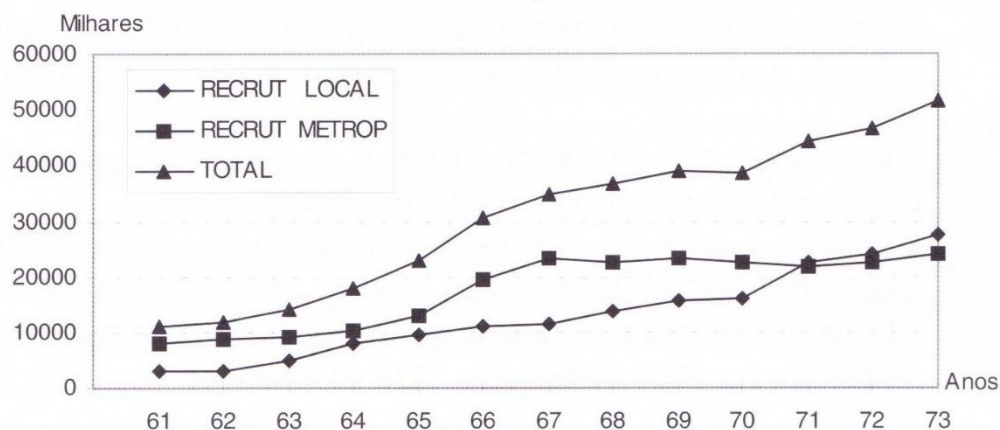
Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 132.

Anexo 6 - Efetivos, na Guiné, de 1960 a 1973



Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 134.

Anexo 7 - Efetivos, em Moçambique, de 1960 a 1973



Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 135.

Anexo 8 - Meios navais empregues nos três TO

MEIOS DA MARINHA									
TIPO	CLASSE	N.º NAVIOS	FUNÇÃO	CONSTRUÇÃO		GUARN	UTILIZAÇÃO		
				ANO	LOCAL		ANG	GUINÉ	MOÇ
Aviso 2.ª CI	Afonso de Albuquerque	2	Hidrografia	1935	EN Alfeite	138	X	X	
Fragata	Diogo Gomes	2	Controle e protecção oceânica	1949	U K	175			
Fragata	Alvares Cabral	4	Controle e protecção oceânica	1959	U K	168			
Patrulha	Príncipe	6	Patrulha costeira	1955	E U A	62	X		
Corveta	Cacheu	1	Hidrografia	1950	U K	100		X	
Fragata	João Belo	4	Controle e protecção oceânica	1967	Fr	200	X	X	X
Corveta	João Coutinho	6	Controle e protecção costeira	1970	RFA / Esp	100	X	X	X
Corveta	Baptista de Andrade	4	Controle e protecção costeira	1973	Esp	122	X	X	X
Patrulha	Maio	8	Patrulha costeira	1958	ENMondego	62			
Lancha	Antares	3	Fiscalização costeira e fluvial	1959	U K	7			X
Lancha	Belatrix - I	8	Fiscalização costeira e fluvial	1961	RFA	7	X	X	
Lancha	Castor	1	Fiscalização costeira e fluvial	1961	ENMondego	7			
Lancha	Belatrix - II	5	Fiscalização costeira e fluvial	1968	EN Alfeite	7		X	X
Lancha	Júpiter	6	Fiscalização costeira e fluvial	1965	ENMondego	8	X		X
Lancha	Alvor	3	Fiscalização costeira e fluvial	1965	EN Alfeite	7		X	
Lancha	D. Aleixo	2	Fiscalização costeira e fluvial	1967	EN S. Jac	10		X	
Lancha	Albatroz	6	Fiscalização costeira e fluvial	1973	EN Alfeite	8			
Lancha	Argos	10	Fiscalização costeira e fluvial	1963	ENA / ENM	24	X	X	X
Patrulha	Cacine	10	Patrulha costeira	1969	ENA / ENM	33	X		
Lancha	LDP 100	5	Lancha de Desembarque Pequena	1961 / 68	ENMondego	4	X	X	X
Lancha	LDP 200	17	Lancha de Desembarque Pequena	1961 / 68	ENMondego	4			
Lancha	LDP 300	4	Lancha de Desembarque Pequena	1961 / 68	ENMondego	6			
Lancha	LDM 100	21	Lancha de Desembarque Média	1964 / 73	ENMondego	4	X	X	X
Lancha	LDP 200	5	Lancha de Desembarque Média	1964 / 73	ENMondego	6			
Lancha	LDM 300	13	Lancha de Desembarque Média	1964 / 73	ENMondego	6			
Lancha	LDM 400	26	Lancha de Desembarque Média	1964 / 73	ENMondego	4			
Lancha	LDG	6	Lancha de Desembarque Grande	1965 / 73	ENMondego	20	X	X	X

Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 195.

Anexo 9 - Dispositivos da FAP nos três TO

ANGOLA		
BASE AEREA N.º 9	LUANDA	Combate, Transporte, Observação, Ligação
AERODROMO BASE N.º 3	NEGAGE	Combate, Observação, Ligação
AERODROMO BASE N.º 4	HENRIQUE DE CARVALHO	Combate, Observação, Ligação
AERODROMO DE MANOBRA N.º 95	CABINDA	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 31	MAQUELA DO ZOMBO	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 32	TOTO	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 33	MALANGE	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 41	PORTUGALIA	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 42	CAMAXILO	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 43	CAZOMBO	
AERODROMO DE RECURSO	CACOLA	
AERODROMO DE RECURSO	VILA TEIXEIRA DE SOUSA	
AERODROMO DE RECURSO	SANTA EULALIA	
GUINÉ		
BASE AEREA N.º 12	BISSALANCA - BISSAU	Combate, Transporte, Observação, Ligação
AERODROMO DE MANOBRA	BAFATA	
AERODROMO DE MANOBRA	TITE	
AERODROMO DE MANOBRA	BUBAQUE	
AERODROMO DE TRANSITO N.º 1	ILHA DO SAL - CABO VERDE	Transporte, Ligação
MOÇAMBIQUE		
BASE AEREA N.º 10	BEIRA	Combate, Transporte, Observação, Ligação
AERODROMO BASE N.º 5	NACALA	Combate, Observação, Ligação
AERODROMO BASE N.º 6	NOVA FREIXO	Combate, Observação, Ligação
AERODROMO BASE N.º 7	TETE	Combate, Observação, Ligação
AERODROMO BASE N.º 8	LOURENÇO MARQUES	Transporte Médio, Observação, Ligação
AERODROMO DE MANOBRA N.º 51	MUEDA	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 52	NAMPULA	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 61	VILA CABRAL	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 62	MARRUPA	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 71	FURANCUNGO	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 72	CHICOA	
AERODROMO DE MANOBRA N.º 73	MUTARARA	
AERODROMO DE RECURSO	TENENTE VALADIM	
AERODROMO DE RECURSO	MONTEPUEZ	
AERODROMO DE RECURSO	MILANGE	
AERODROMO DE RECURSO	FINGUÉ	
AERODROMO DE RECURSO	VILA PERY	

Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 196.

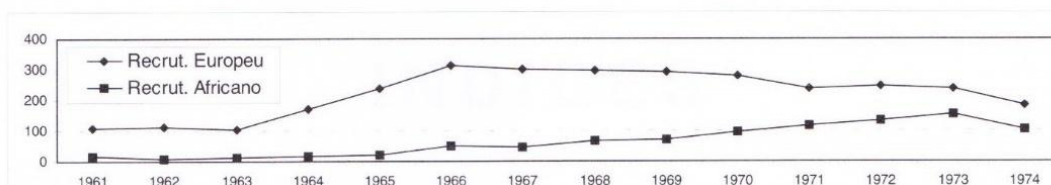
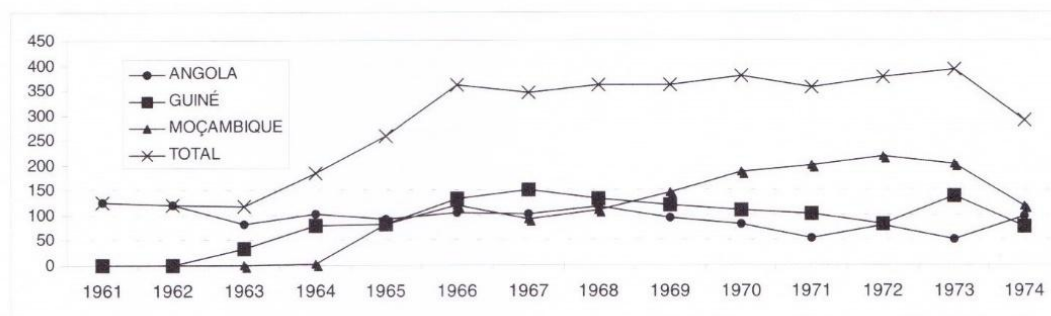
Anexo 10 - Meios empregues pela FAP

DESIGNAÇÃO	Ano Aquisição	TIPO	FUNÇÃO	UTILIZAÇÃO		TEATRO		
				Início	Fim	Angola	Guiné	Moçamb.
Junker - JU - 52	1951	Transporte Médio	Tpt Pes, Ap Log, Lanç Pqd.	1961	1965			X
North American F 84 G Thunderjet	1954	Caça	Apoio Fogo Ligeiro	1961	1973	X		
Lockeed PV - 2 Harpoon	1954	Luta anti-submarina	Apoio Fogo Pesado	1961	1974	X		X
Chipmunk	1954	Instrução	Treino (Esq Instr Básica Pilot)					
Douglas SC - 54 D - Skymaster	1954	Transporte Médio	Tpt Longo Curso / Busca Salv					
North American T - 33 A	1954	Instrução	Treino (Gr Inst Compl Pil Nav)					
North America T- 6 - Harvard	1956	Caça	Apoio Fogo Ligeiro	1961	1974	X	X	X
North American F 86 F Sabre	1958	Caça	Apoio Fogo Ligeiro	1961	1963	X		
North Aviation Alouette II - SE 3130	1958	Helicóptero	Rec, Ap Log, PC Táct.	1961	1965	X		
Beech C 45 - H - Expeditor - MK - 3N	1958	Transporte Ligeiro	Tpt Ligeiro, Obs, Rec	1962	1974	X		
Canadair T - 33 AN Silver Star	1959	Instrução	Treino (Gr Inst Compl Pil Nav)					
Lockeed P 2 - V 5 Neptune	1960	Luta anti-submarina	Apoio Fogo Pesado	1963	1974	X	X	
Nord 2502 A - Noratlas	1960	Transporte Médio	Tpt Pes, Ap Log, Lanç Pqd.	1961	1974	X		X
Auster D.4 - 108	1960	Transporte Ligeiro	Rec, Ap Log, Evac, PC Táct	1961	1974	X		
Auster D.5 - 160	1960	Transporte Ligeiro	Rec, Ap Log, Evac, PC Táct	1963	1974	X	X	X
Douglas - C 47 - Dakota	1961	Transporte Médio	Tpt Pes, Ap Log, Lanç Pqd.	1963	1974		X	X
Amiot AAC - 1 Toucan	1961	Transporte Médio	Treino Lançamento Tropas Pq					
Max Holste HM 1521 - M. Broussard	1961	Transporte Ligeiro	Ap Log	1961	1962	X		
Dornier DO - 27 - A 4	1961	Transporte Ligeiro	Rec, Ap Log, Evac, PC Táct	1961	1974	X	X	X
Douglas DC - 6A	1961	Transporte Médio	Tpt Longo Curso para os 3 TO	1961	1971	X	X	X
North Aviation Alouette III - SE 3160	1963	Helicóptero	Tpt Pes, Ap Log, Heli-Canhão	1963	1974	X	X	X
Cessna T - 37 - C	1963	Instrução	Treino (Gr Inst Compl Pil Nav)					
Fiat G- 91 - R / 4	1965	Caça	Apoio Fogo Ligeiro	1966	1974		X	X
Douglas B - 26 - B - Invader	1965	Transporte Médio	Apoio Fogo Pesado	1972	1974	X		
Piper Cherokee Six 300	1967	Transporte Ligeiro	Ap Log, Rec	1967	1974			X
Cessna 401-B, 206, 185-A, bimotor	1967	Transporte Ligeiro	Ap Log, Rec	1967	1974			X
Sud - Aviation SA 330 - PUMA	1969	Helicóptero	Tpt Pes, Ap Log, Heli-Canhão	1970	1974	X	X	X
Boeing 707 - 3 F 5 C	1972	Transporte Pesado	Tpt Longo Curso para os 3 TO	1972	1975	X	X	X

Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 196.

Anexo 11 - Baixas de pessoal militar português nos três TO

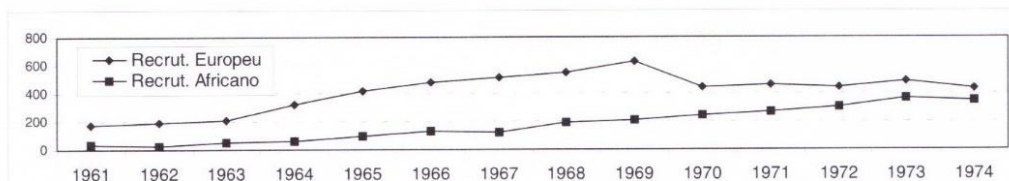
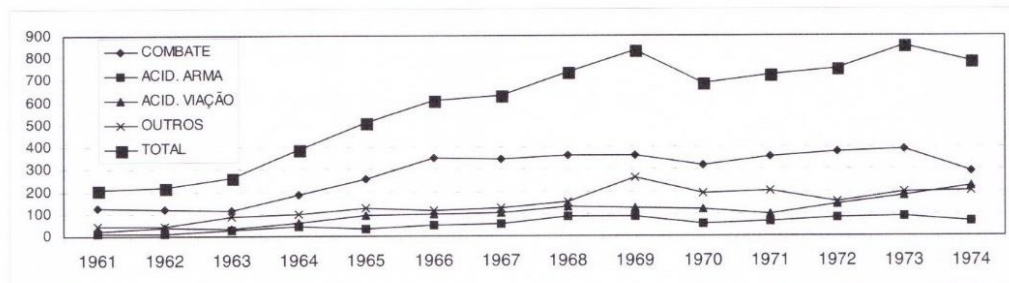
	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
ANGOLA	126	121	83	103	93	106	101	118	95	82	53	78	51	96
GUINÉ	0	0	34	78	83	133	152	132	119	109	103	81	139	77
MOÇAMBIQUE	0	0	0	3	83	121	92	111	147	187	199	218	202	117
TOTAL	126	121	117	184	259	360	345	361	361	378	355	377	392	290
	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Recrut. Europeu	109	112	105	169	237	311	301	296	290	281	238	244	236	185
Recrut. Africano	17	9	12	15	22	49	44	65	71	97	117	133	156	105



Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 201.

Anexo 12 - Baixas em combate, por acidente, ou outras razões, nos três TO

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
COMBATE	126	121	117	184	259	350	345	361	361	318	355	377	392	290
ACID. ARMA	11	12	27	42	35	48	56	87	89	55	67	80	90	67
ACID. VIAÇÃO	24	39	34	62	92	97	106	134	124	122	100	142	179	225
OUTROS	46	46	86	99	126	113	124	155	262	192	203	151	195	202
TOTAL	207	218	264	387	512	608	631	737	836	687	725	750	856	784
Recrut. Europeu	175	189	208	323	419	481	510	545	629	440	459	444	491	435
Recrut. Africano	32	29	56	64	93	127	121	192	207	247	266	306	365	349



Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 201.

Anexo 13 - Forças terrestres em Angola

UNIDADES / SUBUNIDADES	Fev-61	Jun-61	Nov-61	Dez-62	Jul-63	Dez-66	Jul-68	Fev-71	Abr-74
Comandos de Zonas Militares			4	4	4	4	4	4	4
Comandos de Áreas Militares							1	1	1
Comandos de Agrupamentos						7	8	6	5
Regimentos de Infantaria	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Escolas/Centros de Instrução	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Batalhões de Caçadores	5	16	28	35	32	31	34	35	35
Grupos de Artilharia	3	3	3	4	4	3	2	2	2
Grupos de Reconhecimento	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agrup/Bat de Engenharia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agrup/Bat de Transmissões	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Companhias do tipo Caçadores	18	59	105	143	136	150	163	167	175
Esquadrões de Reconhecimento	2	2	3	3	3	5	6	6	6
Companhias de Cmds Fzs Pqs	1	1	1	5	6	8	12	13	14
Batarias de Artilharia	5	5	9	10	9	9	11	11	11
Batarias de Anti-Aérea				1	1	1	1	1	1
Companhias de PM	1	2	2	3	3	3	3	3	4
Companhias de Engenharia	1	1	1	3	3	4	4	4	4
Companhias de Construções				1	1	2	2	2	2
Pelotões de Reconhecimento						2	2	3	3
Pelotões de Morteiros		3	3	21	17	19	21	21	21
Pelotões de Canhões		3	3	3	2	1	3	3	3
Pelotões de Anti-Aérea				6	7	6	6	4	4
Grupos de Tropas Especiais							30	72	115

Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 198.

Anexo 14 - Forças terrestres na Guiné

UNIDADES / SUBUNIDADES	Fev-61	Ago-62	Nov-63	Dez-64	Dez-66	Dez-68	Ago-69	Ago-70	Abr-74
Comandos de Agrupamento				2	3	2	2	2	1
Comandos Agrup Oper (CAOP)							1	2	2
Comandos Agrup Tempor (COT)									1
Comandos Operacionais(COP)						3	4	1	3
Comd Bat de Comandos Guiné									1
Comandos Bat tipo Caçadores		5	8	12	14	13	18	18	18
Grupos de Artilharia								1	1
Centros Instrução Militar	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agrup/Bat de Engenharia				1	1	1	1	1	1
Centro Instrução Comandos				1	1	1	1	1	1
Companhias do tipo Caçadores	1	12	27	47	66	66	81	79	84
Companhias Caçad Guiné	2	3	3	3	3	3	3	8	14
Esquadrões de Reconhecimento	1	1	1	1	1	2	2	2	3
Comp Cmds Fz Pq	1	2	2	4	6	9	9	11	12
Batarias de Artilharia	1	1	1	1	1	1	1		
Batarias de Anti-Aérea									4
Companhias de PM		1	1	1	1	1	1	1	1
Companhias de Engenharia			1						
Pelotões Caçadores Indep.		4	7	4	6				
Pel Caç Indep Recr Local						19	19	18	19
Pelotões de Artilharia					12	15	20	27	34
Pelotões de Reconhecimento		1	2	13	14	13	13	14	14
Pelotões de P M	1				1	1	1	1	2
Pelotões de Morteiros		5	5	8	10	10	10	10	10
Pelotões de Canhões		1	1	1	3	3	3	3	3
Pelotões de Anti-Aérea		1	1	1	1	1	1	1	
Companhias de Milícias				5	20	25	25	30	45
Grupos Especiais de Milícias									23

Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 199.

Anexo 15 - Forças terrestres em Moçambique

UNIDADES / SUBUNIDADES	Fev-61	Fev-63	Out-64	Jul-65	Dez-67	Dez-68	Jul-70	Jul-73	Abr-74
Comandos Operacionais				1	1	1	1	2	3
Comandos Territoriais		3	3	2	2	2	2	2	2
Comandos de Agrupamento		1	2	3	6	6	6	9	12
Bat / Grupos da Guam Norm	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Escolas/Centros de Instrução	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Batalhões de Caçadores	7	11	12	13	28	28	28	30	31
Grupos de Artilharia	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupos de Reconhecimento									
Agrup/Bat de Engenharia		1	2	2	2	2	2	2	2
Agrup/Bat de Transmissões						1	1	1	1
Companhias do tipo Caçadores	16	56	64	72	105	107	107	116	127
Esquadrões de Reconhecimento	3	3	3	5	5	5	4	3	3
Companhias de Cmds Fz Pq		5	5	6	10	12	13	19	19
Batarias de Artilharia	4	5	5	6	6	6	6	5	5
Batarias de Anti-Aérea			1	1					
Companhias de PM		2	2	2	3	3	3	5	5
Companhias de Engenharia	2	3	3	4	4	6	8	9	7
Companhias de Construções	1	1	2	2	2	2	2	2	1
Companhia de Transmissões	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pelotões de Reconhecimento			6	6	6	6			
Pelotões de Morteiros						3	3	3	3
Pelotões de Canhões					2	2	2	2	2
Pelotões de Anti-Aérea					2	2	2	2	2
Gr. Especiais Paraquedistas						8	10	10	12
Grupos de Tropas Especiais								40	83

Fonte: BACELAR, Sérgio, *A Guerra em África 1961-1974 – estratégias adotadas pelas Forças Armadas*, p. 200.

Anexo 16 - Relação dos Oficiais que reuniram em Alcáçovas, a 9 de setembro de 1973

Cap. Inf^{te} José Clementino Pais
Cap. Inf^{te} Fernando Gil Almeida Lobato de Faria
Cap. Inf^{te} Luis Fernando Gonçalves Riquito
Cap. Art^{te} Vasco Prego Rosado Durão
Cap. Art^{te} José Luis da Conceição Cardoso
Cap. Inf^{te} António Manuel Cachado Pessanha de Oliveira
Cap. Inf^{te} Carlos Manuel Costa Lopes Camilo
Cap. Art^{te} Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso
Ten. Art^{te} João António Andrade da Silva
Ten. Art^{te} Pedro Manuel Lopes de Sales Grade
Cap. Inf^{te} António Fernando de Oliveira Prata
Cap. Inf^{te} Florindo Eugénio Baptista Moraes
Cap. Art^{te} Albino Luis Ferreira da Cal
Cap. Inf^{te} Rui Fernando Ribeiro de Lucena Coutinho
Ten. Art^{te} José Cândido Custódio Pereira
Cap. Art^{te} Rodrigo Manuel Lopes de Sousa e Castro
Cap. Art^{te} Henrique José de Castro Osório Maurício
Cap. Inf^{te} José Rui Borges da Costa
Cap. Art^{te} João Manuel de Melo Mariz Fernandes
Cap. Eng^{te} Henrique Manuel de Vasconcelos Bon de Sousa
Cap. Inf^{te} José Alberto Carneira Rino
Ten. Inf^{te} António Alves Marques Júnior
Ten. Inf^{te} Alfredo Manuel da Costa Horta
Ten. Art^{te} Alberto Nuno Lara Ponces de Carvalho
Ten. Inf^{te} Helder Manuel Veríssimo Neto
Ten. Inf^{te} Fernando Frazão Fernandes Costa
Cap. Inf^{te} António Afonso Gonçalves
Ten. Inf^{te} Manuel Macedo Marques
Ten. Cav^{te} Joaquim Canteiro Capão
Ten. Inf^{te} Miguel Fernando Guint Barbosa
Cap. Art^{te} Eduardo Diniz Leitão dos Santos Almeida
Ten. Inf^{te} Luis Manuel Gomes dos Santos Lopes
Ten. Cav^{te} António José Guerreiro Júdice
Ten. Inf^{te} Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz
Ten. Inf^{te} Rui Alexandre Cardoso Teixeira
Cap. Inf^{te} Paraquedista Cristóvão Manuel Furtado Avejar de Sousa
Cap. Art^{te} Miguel António Fradique da Silva
Cap. Inf^{te} José Cabaço Louro
Cap. Inf^{te} António da Silva Pinto
Cap. Inf^{te} José Eduardo de Miranda da Costa Moura
Cap. Inf^{te} António Melo de Carvalho
Cap. Inf^{te} Leonardo dos Santos Freixo
Cap. Art^{te} Samuel Matias do Amaral
Cap. Cav^{te} Rui da Costa Ferreira
Ten. Art^{te} José Martins Cabaça Ruaz
Cap. Inf^{te} António Luis Ferreira Amaral

Cap. Inf^{te} Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira
 Cap. Inf^{te} Armindo Medeiros Baptista
 Cap. Inf^{te} Manuel de Paiva Bastos
 Ten. Inf^{te} Vitor Manuel Vicente Fernandes
 Cap. Inf^{te} Rui Manuel da Silva Ramalho
 Cap. Inf^{te} Manuel Maria Pontes Figueiras
 Ten. Inf^{te} José Luis do Vale Mesquita
 Ten. Inf^{te} António dos Santos Vieira
 Ten. Inf^{te} Armando Ferreiro
 Alf. Inf^{te} Dario Alberto de Azevedo Sobral
 Cap. Art^{te} José Ribeiro Salgueiro
 Cap. Cav^{te} João Francisco Ramos do Rego Bayam
 Cap. Art^{te} Joaquim Luis Dias Antunes Ferreira
 Ten. Art^{te} Valdemar José de Oliveira Patricio
 Cap. Art^{te} Luis Filipe Candeias da Silva Barata
 Cap. Inf^{te} José Cândido de Oliveira Bessa Menezes
 Ten. Art^{te} Anibal José Rocha Ferreira da Silva
 Ten. Art^{te} José Manuel Pinto Marques Nave
 Cap. Inf^{te} Jorge Alberto Ferreira Manarte
 Ten. Art^{te} José Henrique Duarte Mendes
 Ten. Art^{te} Mário Ribeiro Baptista
 Cap. Inf^{te} Reinaldo Saboia dos Santos Madeira
 Cap. Inf^{te} Jacinto Gonçalves Cabrita
 Cap. Inf^{te} Henrique José Pinto Correia de Azevedo
 Ten. Art^{te} Manuel João Ferreira Sousa
 Ten. Art^{te} José Manuel Freire Nogueira
 Cap. Inf^{te} Diniz Joaquim Brás Sebastião
 Cap. Inf^{te} António Ramos da Rocha
 Cap. Inf^{te} João Manuel Bicho Beatriz
 Cap. Inf^{te} Luis Manuel de Oliveira Pimentel
 Cap. Inf^{te} Alberto Freire de Matos
 Cap. Inf^{te} José Augusto da Costa Abreu Dias
 Cap. Inf^{te} Frederico Carlos dos Reis Morais
 Cap. Inf^{te} Luis de Sousa Ferreira
 Cap. Inf^{te} José Gomes Pereira
 Cap. Inf^{te} Augusto José Monteiro Valente
 Cap. Inf^{te} Aprigio Ramalho
 Cap. Inf^{te} Antero Anibal Ribeiro da Silva
 Cap. Art^{te} Luis Lopes Francisco
 Ten. Inf^{te} Joaquim José Pinto Carvalho de Oliveira
 Cap. Inf^{te} Paraquedista José Manuel da Silva Pinto
 Cap. Inf^{te} Paraquedista Manuel Bação da Costa Lemos
 Cap. Inf^{te} Pedro Fernando Azeredo Rosa Falcão
 Ten. Inf^{te} Américo José Guimarães Fernandes Henriques
 Cap. Inf^{te} Paraquedista Maximino Cardoso Chaves
 Ten. Inf^{te} Henrique Rosário Correia de Lacerda Ramalho
 Cap. Inf^{te} Paraquedista António Loureiro Costa
 Cap. Inf^{te} Manuel Estevam Martinho da Silva Rolão
 Cap. Inf^{te} José Manuel Geadas Piteira Santos
 Cap. S.A.M. Manuel de Sousa Cardoso da Silva
 Cap. Art^{te} José Augusto dos Santos Rosário Simões
 Cap. Inf^{te} Carlos Trindade Clemente

Cap. Art^a António Gabriel Albuquerque Gonçalves
 Cap. Inf^a José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes
 Cap. Inf^a António José Guerra Gaspar Borges
 Cap. Inf^a António José Sardoeira Pereira da Silva
 Cap. Inf^a António Feijó de Andrade Gomes
 Cap. Inf^a Manuel Dias Chagas
 Cap. Inf^a Carlos Alberto Mauricio Gomes
 Cap. Inf^a David Custódio Gomes Magalhães
 Cap. Inf^a Alfredo Antunes Lopes
 Cap. Art^a Eduardo da Conceição Santos
 Ten. Inf^a José Amândio Gonçalves Trigo
 Cap. Cav^a Armindo José Pinto Machado
 Cap. Inf^a José Nunes Celorico
 Cap. Inf^a David Manuel de Matos Martelo
 Cap. Inf^a Jorge Manuel Silvério
 Cap. Inf^a Rui Martins Rodrigues
 Cap. Inf^a Joaquim Rafael Ramos dos Santos
 Alf. Inf^a João Gabriel Bargão dos Santos
 Cap. Inf^a Vasco Correia Lourenço
 Cap. Inf^a Jorge Manuel Henriques Caetano
 Ten. Art^a António Manuel de Jesus Rosado da Luz
 Cap. Art^a Raúl Alberto Laranjeira Henriques
 Ten. Inf^a Mário de Oliveira Cardoso
 Ten. Inf^a Carlos Alberto Frias Barata
 Ten. Inf^a Adelino Nunes de Matos
 Ten. Inf^a Fernando Pereira dos Santos Aguda
 Cap. Eng^a Mário Eduardo Abrantes de Mendonça Frazão
 Cap. Inf^a Albano da Gama Diogo
 Cap. Inf^a José Eduardo Romano Fries
 Cap. Inf^a João Rodrigo Silva Ramalho Rocha
 Cap. Inf^a Boaventura José Martins Ferreira
 Cap. Inf^a Luciano Ferreira Duarte
 Cap. Inf^a Abílio José Barbosa Monteiro de Macedo
 Ten. Inf^a Fernando Nuno da Silva Pinto
 Ten. Inf^a Valdemar José Moura da Fonte
 Ten. Inf^a António da Silva Fernandes
 Cap. Inf^a Diamantino Gertrudes da Silva
 Cap. Inf^a José Luis Machado de Oliveira

Fonte: <http://www.25abril.org> (consultado a 29/09/2016)

Anexo 17 - Preparação e execução das operações do 25 de Abril no Norte de Portugal

PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DO GOLPE MILITAR DE 25 DE ABRIL

NO NORTE DE PORTUGAL

*Aguiar
Sai.*

Quando há cerca de 20 anos preparávamos a execução do que veio a ser o golpe militar de 25 de Abril de 1974, os Oficiais intervenientes, tácitamente se impuseram um compromisso de silêncio e o não reivindicarem qualquer privilégio ou promoção, com fundamento na nossa intervenção nos acontecimentos que vieram a suceder.

A par de alguns, cuja deficiente formação militar lhes permitiu auto-classificarem-se como "cérebros do 25 de Abril", outros houve, como Casanova Ferreira ou Manuel Monge, verdadeiros autores do planeamento para o sul do País, que souberam manter um silêncio discreto e digno.

Mas, passados que são 20 anos, quando a revelação de actuações e atitudes tardia é para render privilégios, chegou o tempo, e a História o exige, para falar de factos e situações então vividos e até hoje não divulgados.

Assim, muito sucintamente, passo a revelar o que se passou no Norte de Portugal com vista à preparação do golpe militar, factos que se vieram a desenrolar a um ritmo e sob um comando totalmente autónomos em relação a Lisboa.

O descontentamento, que se respirava em largos sectores do Exército antes de Abril de 74, nascera com o desastre da Índia em 1961, quando a muitos Oficiais se tornou claro que a política ultramarina do Estado Novo conduzia o País e o Ultramar para novos desastres.

Quanto à génese dos conceitos que vieram a motivar muitos dos Oficiais que tomaram parte no golpe das Fs. As. a 25 de Abril, ela encontra terreno propício nêsse descontentamento

.../

Assinatura
2.

e tem raízes na Guiné, nos finais dos anos 60 e início da década de 70, com a chegada do Gen. Spínola ao Governo daquela antiga província ultramarina.

Na verdade, sob a orientação directa daquele Governador e Comandante-Chefe, todos os quadros das tropas chegadas da Metrópole eram presentes a reuniões presididas por aquele General, em que se expunha e era debatida a ideia de uma solução política para a guerra do ultramar e uma descolonização no quadro de uma grande Comunidade Portuguesa, com a audição democrática das populações interessadas.

A este conjunto restrito de Oficiais, com uma ideia e uma mentalidade formadas, alguns dos quais vieram mais tarde a formar a chamada ala spinolista, vieram juntar-se em meados de 73 e em 74, na sequência do decreto dos milicianos, um grande número de outros Oficiais, na sua maioria capitães, animados sobretudo por razões corporativas.

Esta foi a origem de uma das fracturas, talvez a mais dramática e visível, que, posteriormente ao golpe de 25 de Abril, se veio a revelar entre os Militares que nêle entrevistaram, ou nêle "tomaram o combóio". E se entre os primeiros se contam Oficiais Superiores, mais velhos e moderados, entre os segundos predomina uma multidão dos Capitães mais jovens e radiciais.

Em Agosto de 1973, comandava interinamente o CICA 1 no Porto, quando uma nota circular do Ministério do Exército determinava que os comandantes reunissem com os Capitães para os esclarecer no sentido de que o decreto dos milicianos não os prejudicava. Porque isso não era verdade, comuniquei ao Gen. Comdt. da RMP, Gen. Eduardo Martins Soares que em minha opinião os Capitães tinham razão e, não podendo eu mentir-lhes, pedia que fôsse substituído no comando da Unidade. O problema resolveu-se com a chegada, dias depois do Coronel comandante do CICA 1.

*Assunt
Sui:* 3.

Porque era Tenente-Coronel e talvez também pelo apoio dado aos Oficiais descontentes, assumi naturalmente o "comando" das actividades preparatórias do golpe militar de 25 de Abril no Norte de Portugal.

Deste modo, em princípios de 74 o "estado maior" do movimento no Norte tinha por sede o CICA 1, contando, entre outros, com o Maj. Eurico Corvacho, com o Maj. Borges e o Cap. Albuquerque. Realizaram-se várias reuniões quer no aquartelamento, quer em casa do Cap. Inf. Rocha, quer em Miramar em casa do Cap. Themudo, tendo eu o cuidado de sempre informar o comandante da Unidade Cor. Azevedo do que se passava.

Mantínhamos ligação com a Comissão coordenadora operacional em Lisboa, e enviámos vários delegados às reuniões efectuadas no Sul, em Óbidos, em Cascais, etc.

Assentou-se que o planeamento no Norte era totalmente autónomo, apenas dependendo para a sua execução de um sinal vindo de Lisboa, que seria a seu tempo combinado.

Trabalhando com o "estado maior" no plano operacional do golpe militar, fomos surpreendidos pelas exonerações dos Generais Spínola e Costa Gomes, com as sequentes "rebelião" dos Oficiais do CIOE de Lamego e a tentativa falhada do 16 de Março a partir das Caldas.

Revoltado, apresentei um requerimento em que afirmava que a minha lealdade militar continuava hipotecada aos Generais Spínola e Costa Gomes deixando de estar ligado aos meus superiores hierárquicos, pelo que sugeria a minha passagem imediata à reserva.

O referido requerimento foi após o 25 de Abril encontrado pelo Maj. Almeida Bruno na secretária do Ministério do Exército, Gen. Andrada e Silva, com um despacho a determinar que eu fosse

*Assinado
Sai.*

4.

presente a uma Junta de Inspeção Hospitalar a fim de passar à Reserva por ... deficiência mental...

Entretanto tentamos informar o Gen. Spínola que o esperávamos no CICA 1 para a partir do Norte desencadear o golpe militar, e ultimarem-se os contactos com as unidades da Região.

Pessoalmente contactei o então Coronel Passos Esmeriz, a primeira vez no seu gabinete de comandante do RI6 e, já na tarde de 24 de Abril, na sua residência à rua da Constituição, onde o puz ao corrente do nosso planeamento para essa noite, pois recebêramos a indicação do sinal para o desencadear das operações que seria através da RR e do RCP. Informei-o que, por unanimidade dos Oficiais implicados, ele seria o Comandante interino da região e que o esperaria do QG, logo que este nos caísse nas mãos.

Durante o planeamento encontramos várias dificuldades, entre as quais, uma era o prever como reagiriam as forças que nos podiam ser adversas - GNR, DGS, PSP e LP, e a outra era a de como neutralizar rapidamente o QG/RMP onde funcionava o Gabinete de Contra-subversão.

Quanto à primeira dificuldade, foi por nós ponderada, e concluiu-se que, contra o Exército, nem a GNR, nem a DGS, nem a PSP, nem a LP, teriam meios e sobretudo convicção para se nos oporem, sobretudo se a direcção ou comando da reacção contra o golpe fossem neutralizados. Aquela preocupação ficaria para segunda prioridade. Os acontecimentos vieram confirmar a justeza da opção feita.

O queurgia era o domínio rápido do QG onde funcionava

.../

*Argued
Sen.* 5.

um Gabinete de contra-subversão chefiado pelo General Comdt. da Região, e onde não contávamos com algum elemento aderente; o recém-promovido Major Corvacho, que até pouco antes comandara a Polícia Militar no QG, propoz o estratagema seguinte que, após estudo, foi aceite e utilizado com êxito:

Operava a partir do QG uma "brigada dos desertores" formada por três elementos da Polícia Militar, que saía num Volkswagen preto para "pescar" desertores em aldeias distantes e denunciados pelas autoridades locais; com um telefonema falso provocou-se a saída da "brigada" para uma direcção prevista e no itinerário foi detida e conduzida ao CICA 1, onde durante a tarde do dia 24 foi esclarecida da finalidade do golpe e obtida a sua inteira colaboração. Foi essa brigada e respectiva viatura que obteve a abertura do portão de serviço do QG, frente à Igreja da Lapa, por onde as equipes destinadas ao domínio do QG penetraram de imediato e de surpresa.

Cada equipe, comandada por um Oficial, utilizando um esquema do interior do edifício que lhe foi fornecido, correu imediatamente para o cumprimento da missão recebida - dominar a Guarda e Casa da Guarda, as casernas, as arrecadações de armamento e munições, o centro de comunicações, o Oficial de Dia, etc. A operação-relâmpago iniciada às 04H02 de 25 de Abril estava terminada com êxito apenas oito minutos depois!

(ver em anexo a constituição das equipes e o esquema do QG)

Estas forças, comigo e com o "estado-maior", tinham iniciado o deslocamento do CICA 1 para as imediações do QG a partir das 03H30 em camiões militares fechados com toldos e deslocando-se isoladamente na noite citadina, com espaços de 2 em 2 minutos, por itinerários diferentes para não levantar suspeitas.

Entretanto, levou-se o Oficial de Dia a telefonar para as residências do Brigº Barreto, 2º Comdt. da Região, e do Cor. Ramos de Freitas, Chefe do EM da Região, para os informar de que o QG tinha sofrido mais um ataque bombista e que duas

.../

*Assim
Sai.*

6.

viaturas os iriam buscar às suas residências. Assim se procedeu à detenção destes dois Oficiais que foram conduzidos ao CICA1 e libertados ao fim da tarde do dia 25.

O decorrer das operações do golpe, ao longo da madrugada e manhã do dia 25 de Abril, está sucintamente descrito na "fita do tempo" que fui elaborando no meu posto de comando instalado no próprio centro de comunicações do QG, e que se junta.

Mas um facto merece destaque: O telefonema do Gen. Andrade e Silva, cerca das 04H30 para o QG; eu próprio atendi êsse telefonema, cujos termos tenho gravados na memória:

- Fala Gen. Andrade e Silva. É do QG do Porto?
- É do QG do Porto, sr. General
- Determino que o R.C.6 marche imediatamente sobre Lisboa para... quem está ao telefone?
- O Ten.Cor. Carlos de Azeredo que acabou de conquistar o QG para o golpe militar dos Generais Spínola e Costa Gomes
- (Após uma pequena pausa) Ah! Ah! Ah! Muito engraçado!
- Senhor General, rirá melhor quem rir no fim ! respondi eu e cortei a comunicação.

Ainda me pergunto qual teria sido o desenvolvimento do golpe em Lisboa, se fosse conhecido e esperado pelo RC 7, pela GNR e outras Fôrças, o apoio e auxílio das Unidades do Norte?

No QG residia, como actualmente, o General comandante da Região, que chegara na tarde de 24 de uma reunião em Lisboa. Pelo cozinheiro-impedido da residência mandei dizer ao Gen. Martins Soares que lhe garantia a segurança da residência, mas que não nos dificultasse a vida; mas suspeito que o velho General esteve em ligação telefónica com o Gen. Andrade e Silva, o que era de esperar da sua lealdade ao regime. Tinha aprazado

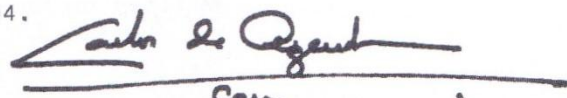
.../

o casamento de uma filha para o dia 27 de Abril, com convidados, na residência oficial do QG, e assim aconteceu sem que ninguém o molestasse; alguns dias depois ao deixar o QG foi agradecer o modo como foi tratado. Humilhar os adversários nunca dignificou uma revolução.

A 26, de manhã dirigi-me com uma coluna blindada para a sede da DGS no Porto, onde uma multidão, incitada pela Eng^a Virgínia Moura do PCP, queimava viaturas e cometia vários desacetos ameaçando o edifício. Ocupei o quartel da DGS, libertei os três ou quatro presos que ali se encontravam, e já ao princípio da tarde conduzi para o QG os elementos da DGS, conforme instruções dadas pelo novo comandante da Região Cor. Passos Esmoriz, tendo deixado uma pequena guarda ao edifício da DGS.

A 27 de Abril fui chamado a Lisboa, à Cova da Moura e nomeado Delegado da Junta de Salvação Nacional, encarregado do Governo e Governador Militar para a Madeira.

Lisboa, 20 de Abril de 1994.


CARLOS DE AZEREDO
General

Anexo 18 - Cronologia operacional do 25 de Abril na Região Militar do Porto

Anexo V

*Cópia datilografada do original
manuscrito)*

ACONTECIMENTOS NA REGIÃO MILITAR DO PORTO VISTOS DO Q.G.

(Fita do tempo)

Dia 25 de Abril de 1974

BC3 - Braga

BC9 - Viana

BC10 - Chaves

- 00.28 - Ouvido pelas Unidades o sinal para início da operação através da Rádio Renascença.
- 02.30 - Início dos preparativos em diversas Unidades
CICA 1 Centro de Instrução de Condutores Auto,
BC 9 Batalhão de Caçadores 9, CIOE-Centro de Instrução de Operações Especiais, RAP 2-Regimento de Artilharia Pesada 2, RC 6-Regimento de Cavalaria 6.
- 03.30 - Hora H para a Região Militar do Porto. As Unidades referidas iniciam os deslocamentos para o cumprimento das respectivas missões. O CICA 1 (Centro de Instrução de Condutores Auto 1) sai para o Quartel General.
- 04.02 - As forças do CICA 1 iniciam a operação para a posse do Q.G. Simultaneamente equipas da mesma Unidade vigiam as residências do Brig^o 2^o Comandante da R.M.P. e do CEM a fim de os deter.
- 04.10 - Termina a ocupação do QG/RMP pelas forças do CICA 1.
- 04.20 - (+) Comunicações do BC 9, do CIOE e do RAP 2 de que se estavam a deslocar para os locais previstos. Informa-se as Unidades e as Forças Militarizadas da Guarnição do Porto de que o QG estava na posse das Forças do Movimento e de que "tôda a Região Militar tinha aderido". É comunicado ao Cor. Passos Esmeriz, Comte. do RI 6 (Regimento de Infantaria 6), como estava previsto, para vir ocupar no

.... /

QG as suas funções de Comandante da Região Militar Porto, interino.

04.30 (+) O Ministro do Exército, Gen. Andrade e Silva telefona para o QG para que o RC 6 (Regimento de Cavalaria 6) marche imediatamente para Lisboa. Comunico-lhe que o QG estava na posse do Movimento e que o RC 6 estava connosco.

04.50/05.00 - O Comte. do RC 6 informa-me que o Comte. da GNR o convidou para com a PSP colaborar no ataque ao QG para aqui desalojar as forças do Movimento, tendo sido dissuadido do intento pelo Comte. do RC 6 que se declarou com o Movimento. (A ordem tinha vindo do Ministro do Exército).

Ordenei ao Comte. do RC 6 para sair com parte do Esquadrão de Rec. (Panhard) para as imediações do Quartel/GNR do Carmo.

05.00/07.00 - Conforme o planeamento as tropas do BC 9 (Viana) ocupam o Aeroporto e cortam os acessos de Viana e Braga para o Porto. O RAP 2-Regimento de Artilharia Pesada ocupa e controla as pontes sobre o Douro (D. Luiz e Arrábida) e guarda as antenas da RTP-Rádio Televisão no Monte da Virgem e do RCP em Miramar.

O CIOE-Centro de Instrução de Operações Especiais-atinge com 1 companhia a 5 Grupos de Combate o Freixo e segue para o "Campo 24 de Agosto". O RC 6 com 1 Esquadrão de reconhecimento (-) em trânsito pela cidade estaciona em frente ao Quartel do Carmo (GNR) em manobra de dissuasão. O Comte. do CICA 1 informa que já ali se encontram detidos o Brigº 2º Comte. RMP e o Cor. CEM.

↳ (Brig. Barreto) ↳ (Cor. Ramon de Freitas)

.../

- O RI 8 (Braga) não ocupou o alto da Via Norte, como estava previsto (Comte. indeciso)
- O RI 13 (V. Real) não ocupou o Alto da Serra de Valongo na Formiga.

Às 05.58 os TLP cortam todas as ligações do QG com o exterior. As ligações mantêm-se com as Unidades via rádio, telefone militar e STORNO.

08.00/09.00 - Informado de que o CICA 1 estava desguarnecido e temia uma acção para libertar os prisioneiros, ordenei que as tropas do CIOE no "Campo 24 de Agosto", guarnecessem o CICA 1 e ali se mantivessem em reserva. Durante o resto da manhã e parte da tarde repetidamente informei o Comte. do RI 6 da situação, e que o esperava no Q.G.

19.00 (+) É conhecida a rendição do Governo.

19.25 - Entrou no QG/RMP a fim de assumir as funções de Comandante intº da RMP, o Comte. do R.I 6, Cor. Passos Esmeriz.

O Comte. Operacional na RMP

a) CARLOS DE AZEREDO
Ten. Cor. Cav.^a

NOTA: Na tarde de 28 de Abril entreguei uma cópia desta "Fita do Tempo" ao Ten. Cor. Alexandre Dias de Lima, na Cova da Moura, a fim de a fazer chegar ao n/General Spínola.